ESTG

INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

DESENHO PARA UM PLANO DE INTERPRETAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO

Abordagens e propostas

Daniela Alice Lima de Carvalho Caneja

DESENHO PARA UM PLANO DE INTERPRETAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO

2025

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Daniela Alice Lima de Carvalho Caneja

Desenho para um Plano de Interpretação para o Centro Histórico de Viana do Castelo

Abordagens e Propostas

Nome do Curso de Mestrado
Turismo, Inovação e Desenvolvimento

Projeto efetuado sob a orientação do
Professora Doutora Olga Matos

Agosto de 2024

MEMBROS DO JÚRI

Presidente:

Doutora Alexandra Isabela Lopes Correia

Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Vogal:

Doutor Gonçalo Nuno Ramos Maia Marques, Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Arguente

Vogal:

Doutora Olga Maria Pinto de Matos, Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Orientadora

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Carlos Eduardo.

Que o exemplo sirva de inspiração.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha profunda gratidão à Professora Doutora Olga Matos, pela orientação, apoio e disponibilidade ao longo da realização deste projeto. Obrigada por acreditar e sempre me motivar.

Ao meu marido João, que sempre acreditou em mim e nunca me deixou desistir. Pela paciência e amor dedicado.
Ao meu filho Carlos Eduardo, por me inspirar…
A vocês devo o entusiasmo de acreditar no meu potencial e valor.

Aos meus pais, agradeço os valores que me transmitiram e que contribuíram para ser quem sou. Obrigada pela ajuda e o apoio que me dão todos os dias e pelo Amor que cultivam na nossa família.
Ao meu irmão, por me encorajar.
Aos meus padrinhos, pelo orgulho que sentem e pelo carinho sempre transmitido.

Aos colegas, professores e amigos, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, por terem marcado tão positivamente a minha vida académica e pessoal.

A todos, que de alguma forma contribuíram e me encorajaram neste percurso. Muito obrigada.

Resumo

Sendo Viana do Castelo um destino turístico com uma demanda histórico-cultural importante e que possui, reunido no seu Centro Histórico, um conjunto patrimonial significativo, verificou-se, não haver na cidade um local, como um Centro de Interpretação, que reúna diferentes meios orientadores e interpretativos para a aproximação, compreensão e valorização do património, por parte do público e da própria comunidade local. Considerados recursos turísticos primários, os bens patrimoniais culturais e naturais de um destino assumem grande influência na procura turística. Assim, é essencial a criação de produtos turísticos baseados no Património.

A Interpretação do património, através da efetivação de Centros de Interpretação, auxilia na promoção dos destinos, na preservação do património e cria no visitante um desejo de conhecer melhor a região e tudo o que lhe está relacionado. Tem ainda a função pedagógica, através de atividades educativas, de promoção turística e investigação, proporcionando experiências de fruição e de aprendizagem.

Desta forma, pretende-se com este projeto a criação de um documento capaz de oferecer propostas e abordagens metodológicas para a criação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo, no sentido de melhorar a experiência do visitante, na valorização do património e na preservação da memória e da História de Viana do Castelo.

PALAVRAS CHAVE: Viana do Castelo; Centro Histórico; Património; Interpretação; Centro de Interpretação.

Abstract

Being Viana do Castelo a touristic destination with a significant historical and cultural demand and that it has a significant heritage collection in its Historic Centre, it was noted that there is no place in the city, such as an Interpretation Centre, that brings together different guiding and interpretive means for the public and the local community to approach, understand and value the heritage. Considered primary tourist resources, a destination's cultural and natural heritage assets have a great influence on tourist demand. So, it is essential to create Heritage-based tourism products.

Heritage interpretation, through the creation of Interpretation Centres, helps to promote destinations, preserve heritage and creates a desire in visitors to learn more about the region and everything related to it. It also has a pedagogical function, through educational activities, tourism promotion and research, providing experiences of enjoyment and learning.

The aim of this project is to create a document capable of offering proposals and methodological approaches for the creation of an Interpretation Centre for the Historic Centre of Viana do Castelo, in order to improve the visitor experience, enhance the heritage and preserve the memory of Viana do Castelo's History.

KEYWORDS: Viana do Castelo; Historic Centre; Heritage; Interpretation; Interpretation Centre.

Lista de abreviaturas/siglas

ACES Europe - Associação das Cidades Europeias do Desporto

AIMinho – Associação Industrial do Minho

B-ON – Biblioteca do Conhecimento Online

CMVC - Câmara Municipal de Viana do Castelo

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

ET27 - Estratégia Turismo 2027

IA – Interpretation Australia

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Infraestruturas de Portugal

IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

NAI – National Association for Interpretation

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMT - Organização Mundial do Turismo

QR Code - Quick Response Code

RCAAP - Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

RENATES - Registo Nacional de Teses e Dissertações

TCP – Turismo do Centro de Portugal

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

VWC – PMTVC - Viana Welcome Centre – Posto Municipal de Turismo de Viana do Castelo

Índice

Agradecimentos vii

Resumo ix

Abstract xi

Lista de abreviaturas/siglas xiii

Índice xv

Índice de figuras xx

Capítulo I. Introdução 1

Capítulo II. Metodologia 6

Capítulo III. Interpretação 10

1. ICOMOS 10

2. Carta Ename 10

3. Interpretação 11

3.1 Objetivos 14

3.2 Princípios 15

3.3 Filosofia da Interpretação 19

3.4 Interpretação como parte do lazer 20

3.5 Benefícios da Interpretação 20

3.5.1 Benefícios Educacionais 21

3.5.2 Benefícios Recreativos 21

3.5.3 Benefícios Inspiracionais 22

3.5.4 Crescimento Individual 22

3.5.5 Benefícios para a Sociedade 23

3.5.6 A identidade e a cultura local 23

3.5.7 Desenvolvimento do sentido ético e do papel da sociedade no mundo 24

4. O Guia Intérprete 26

5. Centro de Interpretação 28

Capítulo IV. Plano de Interpretação 31
1. Modelo de Plano de Interpretação 32
1.1 Constituição de um Plano de Interpretação 32
1.2 Formação de Equipa de Planeamento 33
1.3 Inventário 33
1.3.1 Análise do visitante 33
1.3.2 Visitante portador de deficiência visual e auditiva 34
1.3.3 Recursos 36
1.4 Serviços Interpretativos 37
1.5 Planeamento – Preparação do Plano 38
1.6 Visão geral do sítio 39
1.7 Metas, objetivos e temas 39
1.8 Componentes do Programa 41
1.9 Implementação 46
1.10 Equipamentos e desenvolvimento do sítio 46
1.11 Manutenção, calendário e orçamento 47
1.12 Utilização Tipo das Instalações 49
1.13 Áreas de informação/orientação e exibição 49
1.14 Requisitos audiovisuais 50
1.15 Usos administrativos e áreas de vendas 50
1.16 Monitorização, Avaliação e Revisão do Plano 51
Capítulo V. Caracterização do Estudo de Caso 53
1. Centro Histórico 53
2. A Importância dos Centros Históricos para o Turismo 55
3. Viana do Castelo 56
3.1 Viana do Castelo – Destino Turístico 56
3.2 O Centro Histórico de Viana do Castelo 59
3.3 O Património do Centro Histórico 60

Capítulo VI. Projeto para um Centro de Interpretação para o Centro Histórico de Viana do Castelo 62
1. Análise 62
2. Conceptualização do Centro de Interpretação 62
2.1 Designação 63
2.2 Proposta 63
2.3 Breve evolução histórica do território 63
2.4 Localização 65
..... 66
2.5 Desenho do Espaço e Funções 66
2.6 Equipa de Planeamento 69
2.7 Os Recursos Patrimoniais selecionados 71
2.8 Meios e métodos Interpretativos 71
2.9 O Perfil do Visitante 72
2.10 Comunicação e divulgação 75
2.11 Sugestão de Itinerário Turístico Pedestre 76
2.12 Descrição geral de um Itinerário – como exemplo 81
2.13 Plano de Manutenção, Monitorização e Avaliação 83
Capítulo VII - Conclusões 86
Capítulo VIII - Recomendações 90
Bibliografia 92
Apêndices 106
Apêndice 1 – Muralha e Portas da cidade 108
Apêndice 2 - Capela das Almas 110
Apêndice 3 - Chafariz da Praça da República 112
Apêndice 4 - Paços do Concelho ou Paços Municipais 114
Apêndice 5 - Edifício da Misericórdia e Igreja 116
Apêndice 6 - Casa dos Sá Sotomaior 118
Apêndice 7 - Museu do Traje 120

Apêndice 8 - Hospital Velho 122
Apêndice 9 – Igreja Matriz (Sé) 124
Apêndice 10 – Capela e Casa das Malheiras 126
Apêndice 11 - Casa dos Lunas 128
Apêndice 12 - Casa de João Velho ou dos Arcos 130
Apêndice 13 - Casa dos Nichos 132
Apêndice 14 - Casa dos Costa Barros 134
Apêndice 15 - Estátua de Viana 136
Apêndice 16 - Convento de S. Bento 138
Apêndice 17 - Ponte Eiffel 140
Apêndice 18 - Casa dos Abreu Távora (“dos Condes da Carreira”) 142
Apêndice 19 - Casa dos Werneck 144
Apêndice 20 - Igreja da Caridade / Convento de Sant’Ana 146
Apêndice 21 - Teatro Municipal Sá de Miranda 148
Apêndice 22 - Casa dos Melo Alvim 150
Apêndice 23 - Estação Ferroviária de Viana do Castelo 152
Apêndice 24 - Escola da Avenida 154
Apêndice 25 - Casa da Vedoria (Arquivo distrital) 156
Apêndice 26 - Museu Municipal / Palacete dos Barbosa Maciel 158
Apêndice 27 - Igreja e Convento de São Domingos 160
Apêndice 28 - Igreja da Senhora da Agonia 162
Apêndice 29 - Forte ou Castelo de Santiago da Barra 164
Apêndice 30 - Navio Gil Eannes 166
Apêndice 31 - Biblioteca Municipal 168
Apêndice 32 - Coliseu | Centro Cultural 170

Índice de figuras

Figura 1 Interpretação em Braille 35
Figura 2 Avatar tridimensional 36
Figura 3 Esquema de sequência padrão 38
Figura 4 Planeamento de Plano de Interpretação 40
Figura 5 Placa Interpretativa 42
Figura 6 Sinais de direção e identificação turística 42
Figura 7 Sinal rodoviário de Identificação do Património 43
Figura 8 Mapa de Portugal. Comarca de Viana do Castelo 57
Figura 9 Limite do Plano de Pormenor do Centro Histórico 60
Figura 10 Pavilhão AlMinho situado no Campo d'Ágonia 66
Figura 11 Planta Sugestão Centro de Interpretação 68
Figura 12 Sugestão de painel de madeira 69
Figura 13 Exemplo de Organograma do CI 70
Figura 14 Proposta de Logótipo 76
Figura 15 Exemplo de painel/tela interativa 77
Figura 16 Mapa/sugestão itinerário pedestre 78
Figura 17 QR Code 79
Figura 18 Mapa interativo com legenda 79
Figura 19 Mapa interativo com legenda no Google Earth 80
Figura 20 Sugestão de Placa interpretativa 81
Figura 21 Mapa da Muralha Medieval e das Portas 108
Figura 22 Capela das Almas 110
Figura 23 Chafariz da Praça da República 112
Figura 24 Paços do Concelho 114
Figura 25 Edifício da Misericórdia 116
Figura 26 Casa dos Sá Sotomaior 118
Figura 27 Museu do Traje 120
Figura 28 Hospital Velho 122
Figura 29 Igreja Matriz 124
Figura 30 Casa e Capela das Malheiras 126
Figura 31 Casa dos Lunas 128
Figura 32 Casa dos Arcos 130
Figura 33 Casa dos Nichos 132
Figura 34 Casa dos Costa Barros 134

Figura 35 Estátua de Viana 136
Figura 36 Igreja de São Bento 138
Figura 37 Ponte Eiffel 140
Figura 38 Casa dos Abreu Távora 142
Figura 39 Casa dos Werneck 144
Figura 40 Convento da Caridade 146
Figura 41 Teatro Municipal Sá de Miranda 148
Figura 42 Casa dos Melo Alvim 150
Figura 43 Estação Ferroviária 152
Figura 44 Escola da Avenida 154
Figura 45 Casa da Vedoria 156
Figura 46 Palacete dos Barbosa Maciel 158
Figura 47 Igreja de São Domingos 160
Figura 48 Igreja da Nossa Sra. da Agonia 162
Figura 49 Forte de Santiago da Barra 164
Figura 50 Navio Gil Eannes 166
Figura 51 Biblioteca Municipal 168
Figura 52 Centro Cultural 170

Capítulo I. Introdução

O presente projeto enquadra-se na perspetiva da interpretação do património enquanto oportunidade para o desenvolvimento de um desenho de um plano de interpretação para o Centro Histórico de Viana do Castelo. Este plano, deve ser capaz de estabelecer uma comunicação singular com o turista, o visitante e a comunidade, permitindo-lhes relacionarem-se com a cidade, de uma forma inovadora, pessoal e enriquecedora e ao mesmo tempo, sensibilizá-los para a preservação e valorização da sua memória, da sua identidade e do seu património. O Centro Histórico de Viana do Castelo dispõe de um diverso conjunto patrimonial, que guarda e revela a identidade, a memória e a História da cidade e das suas gentes. Espelhado nas suas ruelas medievais e nos seus edifícios históricos, o seu património constitui um atrativo turístico que deve ser preservado, valorizado e dinamizado, trazendo à cidade e à sua comunidade os benefícios que o turismo cultural implica. Analisando a oferta turística em Viana do Castelo, no que diz respeito à promoção do seu património e à relação entre o visitante, a cidade e o centro histórico, foram identificadas três fragilidades: a promoção turística desintegrada, com foco para o artesanato, folclore e eventos periódicos, como se verifica nos diversos momentos em que o Turismo de Viana do Castelo participa; a escassez de uma oferta turística cultural diversificada e o não aproveitamento do valor histórico da cidade, considerando por exemplo, a época da expansão marítima que muito contribuiu para a sua identidade, história e desenvolvimento.

Deste modo, e dada a necessidade de se encontrarem diferentes modelos de comunicação cultural e patrimonial, urge a adoção de novas formas de interpretação e novas dinâmicas culturais. Como resposta, nos últimos anos, tem surgido um novo conjunto de estruturas culturais, os Centros de Interpretação, no sentido de transmitir e reafirmar conhecimentos, costumes, usos e práticas materiais e imateriais que resultam da identidade cultural de cada comunidade. Assim, através da combinação de recursos educativos, tecnologia interativa e abordagens interpretativas inovadoras, que um Centro de Interpretação pode oferecer, estabelece-se uma janela para o passado, uma compreensão do presente e uma visão do futuro.

O objetivo geral deste projeto é propor, através da estruturação de algumas propostas para um plano de interpretação do património, a criação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo como meio de divulgação, preservação e valorização do património material e imaterial e da sua identidade local. Como objetivos específicos, o presente trabalho propõe, em primeiro lugar, a realização

de um estudo dos conceitos, teorias e abordagens que envolvem a Interpretação do património e um Plano de Interpretação, para aprofundar a compreensão, o conhecimento teórico e as práticas aplicadas. De seguida, e como segundo objetivo específico, propõe-se a efetivação de um trabalho de campo para registar e elencar os recursos patrimoniais e monumentos do Centro Histórico de Viana do Castelo, com a finalidade de selecionar os mais significativos e que possam integrar o processo interpretativo. Para tal, definiram-se alguns critérios de seleção, nomeadamente: o valor histórico, o valor arquitetónico e o valor social. Como terceiro objetivo, apresenta-se o levantamento fotográfico destes recursos que serve como uma resenha patrimonial em complemento aos critérios de seleção, que é acompanhado de uma breve descrição do mesmo. O quarto objetivo baseia-se na análise do perfil do visitante, como etapa fundamental na perceção dos padrões demográficos e comportamentais do visitante, assim como as suas motivações e expectativas no destino, afim de adequar as propostas interpretativas à realidade dos visitantes. Por último, propõe-se a apresentação de algumas propostas e abordagens daquilo que podem ser os conceitos integradores para a implementação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo.

Ao longo desta proposta serão explorados os principais conceitos e elementos-chave que encerram, primeiramente a compreensão da interpretação do património, seguidamente a estruturação base de um plano de interpretação e a posterior apresentação de algumas propostas para a possível implementação de um projeto para um Centro de Interpretação.

No que diz respeito à estrutura deste projeto, iniciou-se com o capítulo da metodologia que detalha os métodos de pesquisa científicos aplicados. Este capítulo evidencia a abordagem metodológica abrangente, combinando a fundamentação teórica e a prática, a recolha de dados e o trabalho de campo para a realização do projeto. O estudo, de natureza qualitativa e exploratória, adotou o paradigma interpretativo e o método de estudo de caso, usando fontes secundárias.

No **capítulo I**, apresenta-se a fundamentação teórica da interpretação do património, designadamente, o conceito, os princípios, objetivos, filosofia e benefícios. A interpretação é uma ferramenta e uma estratégia de comunicação, que visa, qualificar a experiência do visitante e ao mesmo tempo valorizar o património, tornando-se fundamental, pois objetiva aproximar o público deste, facilitando a sua compreensão e o seu uso social. Sem interpretação, os ambientes naturais ou culturais, os países ou os sítios não destacam nem enaltecem o seu valor intrínseco, a sua história e sua herança. Desenvolver o interesse público e a compreensão sobre o significado do local, ajuda as pessoas a conectar-se aos recursos, para que possam entender melhor os

valores especiais destes. Os benefícios da interpretação abrangem não só o património, mas também outros três beneficiários, o visitante, a sociedade em geral e os gestores dos sítios. O visitante, pelo serviço direto prestado pelo guia intérprete, a sociedade, cujos cidadãos informados estão em sintonia com o seu ambiente cultural e natural e os gestores dos sítios que beneficiam com os resultados positivos de um serviço eficaz para o público.

Afim de facilitar e planear estratégias que auxiliam a conectar e orientar o visitante para o uso e fruição sustentável de equipamentos e recursos patrimoniais, **no capítulo II** é contextualizado e estruturado um Plano de Interpretação. Este plano preconiza e define a visão interpretativa e como relacionar os recursos com os visitantes, a partir das suas características, necessidades e desejos. São propostos os temas, as histórias e as experiências que servem como as principais mensagens da interpretação do sítio, através de determinados métodos e técnicas que se adequem ao sítio e ao visitante. O plano define também um estilo para sítio - os sinais, as publicações, a correlação de serviços pessoais e não pessoais e o equilíbrio dos esforços no local e fora do local. Considera ainda as metas de tempo e de financiamento para novos desenvolvimentos. Pode ainda apresentar recomendações, como por exemplo, propor a construção de um Centro de Interpretação para transmitir a história principal do sítio e oferecer sugestões de publicações, material de referência e programas interpretativos e prescrever técnicas, como exibições, trilhos autoguiados, brochuras, vídeos e experiências virtuais para completar um programa interpretativo eficaz.

Depois de estruturado o plano de interpretação, passa-se ao **capítulo III** onde se fez a caracterização do estudo de caso, mais concretamente, o Centro Histórico de Viana do Castelo, apresentando o conceito geral de Centro Histórico e a sua importância para o turismo e uma breve apresentação da cidade de Viana do Castelo, enquanto destino turístico bem como do seu património mais relevante. O Centro Histórico caracteriza-se por ser o espaço geográfico onde estão reunidos os edifícios mais antigos de uma localidade, os quais possuem interesse histórico e com valor social, cultural e turístico onde o turismo poderá desenvolver-se paralelamente com outras atividades económicas, dado que a maioria dos monumentos históricos se situam dentro destas zonas. Viana do Castelo integra um vasto e diverso património que guarda e revela a identidade e a História da cidade e das suas gentes. Assim, pretende-se demonstrar a relevância da criação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo como estratégia na valorização e preservação do seu património material e imaterial e da memória da comunidade vianense. Pelo que, no **capítulo IV** é proposta a criação de uma proposta para o desenho de um projeto para um Centro de Interpretação

do Centro Histórico de Viana do Castelo que visa criar um espaço imersivo e educativo que celebre a história, os costumes e a diversidade cultural da região. Com uma abordagem multifacetada, o centro pretende envolver visitantes de todas as idades, interesses e origens, promovendo um diálogo significativo entre o homem e o ambiente que o rodeia. Este documento oferecerá uma visão do conceito de Centro de Interpretação, delineando os seus valores fundamentais, além de destacar os recursos e experiências que os visitantes poderão esperar ao explorar este espaço. Ao promover a consciencialização e a apreciação do património cultural, o Centro de Interpretação aspira em se tornar um local de aprendizagem e descoberta para as gerações presentes e futuras.

Desde a seleção do local até a integração de vários meios interpretativos, cada aspeto do projeto foi considerado para garantir que o Centro de Interpretação se torne um destino inspirador e educativo, que poderá assumir várias funções, apresentando-se como um espaço polivalente, um espaço aberto à comunidade, aberto às escolas e com um papel ativo não só na interpretação do património, mas também na educação e na preservação da memória. Foi desenvolvida uma sugestão de desenho do espaço e funções, selecionados os recursos patrimoniais mais significativos, sugestões de itinerário e novas placas interpretativas. Estas sugestões tiveram como base o estudo desenvolvido das teorias de Tilden (2007), Knudson, Cable e Beck (2003), alguns dos investigadores mais reconhecidos na área da Interpretação e ainda, da análise realizada ao perfil do visitante de Viana do Castelo.

Nos capítulos finais **(V e VI)** são apresentadas as conclusões e recomendações deste projeto, com base na estrutura metodológica abordada, onde se salienta a importância da interpretação do património, da estruturação de um Plano de Interpretação e da criação de um Centro de Interpretação como estratégias de comunicação, de promoção da educação e de valorização cultural.

Deste modo, pretende-se com este projeto propor a criação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo, como ponto de partida e chegada para o reconhecimento e valorização do património histórico e cultural da cidade. Acredita-se que é possível criar uma nova e inovadora proposta de experiência interpretativa para a preservação da História, da cultura e da memória de Viana do Castelo, oferecendo as abordagens fundamentais para o sucesso desta iniciativa que visa fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento turístico e educacional da cidade.

Capítulo II. Metodologia

O presente capítulo apresenta a metodologia como a lógica dos procedimentos científicos, utilizada para a proposta de um projeto para um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo. Após a definição dos objetivos do projeto, foi estruturada a metodologia para a conceção dos seus capítulos.

Este estudo é de natureza qualitativa e exploratória, centrado no paradigma interpretativo e no estudo de caso, utilizando fontes secundárias para aprofundar a compreensão sobre o tema e fornecer uma base sólida para a construção de um Plano de Interpretação que suporte uma proposta para o projeto de um Centro de Interpretação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), na abordagem qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. É uma investigação descritiva, os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números e os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados. Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. Os mesmos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, ou seja, não recolhem dados para confirmar hipóteses construídas previamente, em vez disso, as abstrações são construídas à medida que os dados recolhidos se vão agrupando (Hudolin,1973). O estudo exploratório é um estudo preliminar, cujo objetivo principal é familiarizar-se com um fenómeno que se pretende investigar, de modo que o foco da investigação é projetado com maior compreensão e precisão. É geralmente utilizado para simplesmente satisfazer a curiosidade e o desejo de compreender melhor; para testar a viabilidade de efetuar um estudo mais cuidadoso, e ainda para desenvolver os métodos a utilizar num estudo mais cuidadoso (Babbie, 2020). Optamos pelo estudo de caso, de cunho intrínseco, por considerarmos que os objetivos traçados delimitam um espaço singular de investigação e aproximação a uma determinada realidade, no caso a cidade de Viana do Castelo. Como refere Yin: “A investigação do estudo de caso permite investigar um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.” (2005: 86).

Iniciou-se uma pesquisa, conduzida através da análise de fontes secundárias e de um estudo de caso específico. As fontes secundárias basearam-se em artigos científicos, livros e teses, servindo como suporte para a realização do enquadramento teórico sobre as temáticas em estudo, nomeadamente, a interpretação do património, os Centros históricos, a História e o Património de Viana do Castelo e os Centros de

Interpretação, sendo as principais fontes de recolha a B-ON, o RCAAP, o RENATES e o repositório do IPVC.

No que respeita ao tratamento e análise de dados, face ao problema em questão, através da abordagem qualitativa foi aplicada a técnica de análise documental que permitiu obter uma perceção mais completa de uma realidade mais restrita. Ou seja, este paradigma de investigação pretende absorver, ao máximo, os valores, crenças e processos do facto em análise. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a riqueza de informações que pode ser extraído dos documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Este processo sustentou, teoricamente, a elaboração dos capítulos I, II e III.

A pesquisa e análise de fontes secundárias teve início no ano de 2023 e realizou-se, essencialmente, nas bibliotecas Municipal e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e ainda através de documentos disponibilizados online. Já em 2024, entre fevereiro e abril, foram realizadas visitas ao terreno para a elaboração da lista do património mais significativo do Centro Histórico de Viana do Castelo, para o levantamento de registos fotográficos e para a observação e seleção de um local possível para implementação de um Centro de Interpretação. Note-se que, as fotografias apresentadas sem fonte, são da autora.

Para a conceção da componente prática do projeto, foi feita uma reflexão sobre os principais elementos do modelo do plano de interpretação. De seguida foram identificados, através do estudo, da observação e do trabalho de campo, os monumentos e marcos históricos mais expressivos do Centro Histórico de Viana do Castelo e definidos alguns critérios de seleção, nomeadamente: o valor histórico, o valor arquitetónico e o valor social.

Foram também identificados, entre os edifícios disponíveis na cidade, os locais possíveis para a criação/implementação de um Centro de Interpretação. Dos locais observados foi selecionado o que apresentava melhor centralidade relativamente ao Centro Histórico, melhor área envolvente, facilidade de estacionamento e boa acessibilidade. Relativamente ao edifício selecionado, observou-se ser o mais adequado, pois possui uma grande área disponível para o espaço expositivo, boa acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, possui um auditório, casas de banho, área de receção e cafetaria e outras divisões que poderão ser adaptadas segundo as necessidades de implementação e ainda porque possui boa capacidade de adaptação ao projeto proposto.

Desenvolveu-se a estruturação de uma proposta para a implementação de um Centro de Interpretação onde se apresentam sugestões sobre a localização, o desenho do espaço e funções, a formação de equipas de planeamento, os meios e os métodos interpretativos, os meios de comunicação e divulgação, sugestões de itinerários e novas placas interpretativas. Foi ainda realizada a análise e interpretação de dados quantitativos, relativamente ao perfil do visitante, de modo a adequar a proposta ao tipo de visitante que visita a cidade.

Realizaram-se também, visitas a outros centros históricos, nomeadamente do Porto e Braga, ao Centro Interpretativo do Caminho Português da Costa e ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, para observação de elementos interpretativos relevantes, a fim de auxiliar a realização da proposta do plano de interpretação. Quinzenalmente, foram realizadas sessões de orientação tutorial com a orientadora deste projeto de mestrado, para orientação, discussão e reflexão, focadas na obtenção de novas fontes de pesquisa.

No decorrer da realização deste projeto, foram encontradas algumas dificuldades, nomeadamente, na obtenção de dados atualizados sobre o perfil do visitante de Viana do Castelo, que foram superadas após o contacto com o Turismo do Município de Viana do Castelo, pois tais informações, não se encontram disponíveis publicamente. Foram-nos facultados dois grupos de dados, provenientes do resultado dos levantamentos estatísticos realizados pelo Viana Welcome Centre – Posto Municipal de Turismo de Viana do Castelo (VWC – PMTVC). O primeiro relativamente ao ano de 2010 e o segundo e mais recente, ao ano de 2020, que através de uma análise geral nos possibilitou perceber o perfil do visitante.

A identificação e seleção de um edifício adequado e ajustado à implementação do Centro de Interpretação, foi outra dificuldade encontrada, uma vez que, os que se encontram disponíveis necessitam de obras de adaptação da estrutura, dado que não foram construídos de raiz para o efeito.

Capítulo III. Interpretação

Antes de iniciar o estudo de caso é importante realizar a revisão bibliográfica dos principais conceitos relacionados com a interpretação do património. Estes conceitos foram analisados com base em autores significativos na área da interpretação. Este capítulo inicia com a referência ao ICOMOS como sendo uma organização dedicada à proteção e valorização do património e à Carta Ename, adotada por este organismo, especificamente sobre a interpretação. Seguidamente explorou-se o que é a interpretação do património, qual a sua origem, a sua definição, os seus objetivos, princípios, e finalmente, a relevância dos guias intérpretes e dos Centros de Interpretação para a divulgação e usufruto do património dos Centros Históricos.

1. ICOMOS

O ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, é uma organização não-governamental mundial, ligada à UNESCO, empenhada em promover a teoria, a metodologia e a tecnologia aplicada à conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios.

Foi criado em 1965, na sequência dos primeiros encontros entre arquitetos, historiadores e especialistas internacionais, desde o início do século XX, e em particular dos envolvidos na elaboração da Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza, 1964).

Trata-se de uma rede interdisciplinar formada por profissionais do setor do património, nomeadamente: arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores da arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas, que trabalham, pela promoção da ética da conservação, e pelo incremento do reconhecimento público pelo património mundial em todas as suas formas e diversidade. (ICOMOS, 2023).

2. Carta Ename

Carta adotada pelo ICOMOS, sobre a interpretação e a apresentação de sítios culturais que surge do reconhecimento da importância da comunicação com o público como elemento essencial do processo de conservação, assim como a Carta de Veneza (1964) que estabeleceu o princípio de que a proteção dos vestígios materiais de um local com valor patrimonial histórico e que é essencial para a sua conservação.

Reconhece, ainda, que toda a ação de conservação do património, independentemente das tradições culturais é, um ato de comunicação (ICOMOS, 2008).

Hoje, é reconhecido que a Interpretação resulta positivamente no que diz respeito à conservação do património.

Esta Carta tem como objetivos definir os princípios básicos da interpretação, quer como parte importante na conservação do património, quer como instrumento para incrementar a apreciação e a compreensão pública dos sítios culturais (ICOMOS, 2008). Visa ainda, sete princípios fundamentais, que reconhecendo a interpretação como parte do processo de conservação e gestão do património cultural, se baseiam na compreensão, comunicação, respeito, sustentabilidade e inclusão (ICOMOS, 2008).

3. Interpretação

O conceito de Interpretação enquanto disciplina, surgiu recentemente, e começou a ser empregue nos parques e *resorts* do Canadá e do Oeste Americano, nos anos 20 (vinte) do século XX. Enos Mills, proprietário de um *resort*, usou em 1920 o termo "nature guiding" para descrever o seu próprio trabalho nas Montanhas Rochosas do Oeste Americano. Foi ele, quem terá pela primeira vez usado o termo "interpret", para descrever o trabalho dos "nature guiding". Naquela época, o termo alternativo para definir interpretação era "education" (Makruski, 1978, cit. in Knudson et al., 2003:7-8).

Mais tarde, em 1957, Freeman Tilden, conhecido como o "Pai da Interpretação", com a publicação do seu livro "Interpreting Our Heritage", foi quem fez o termo interpretação, tornar-se amplamente reconhecido. Acredita-se que a história da Interpretação do património começou nesse ano (Knudson, et al., 2003).

Freeman Tilden nasceu a 22 de agosto de 1883, em Massachusetts, Boston nos Estados Unidos da América. O seu pai, Samuel Tilden, era um famoso jornalista que o encorajou a escrever. Ainda jovem, trabalhou com o pai e escreveu alguns artigos para o jornal Boston Transcript. Viajou e conheceu o mundo, tornando-se fluente em várias línguas. Aos 19 anos de idade, regressou aos Estados Unidos da América voltando ao jornalismo, mas também à escrita de livros de ficção, contos e poemas. Aos 58 anos de idade, Tilden resolveu dar um novo rumo à sua vida e em 1941, apresentou-se a Newton Drury, o diretor do Serviço de Parques Nacionais, dizendo-lhe que gostaria de fazer algo de mais útil para o mundo. Drury aproveitou a oportunidade de poder ter um funcionário talentoso ao seu serviço e nomeou-o seu "assistente administrativo" com a responsabilidade de formular um plano para as relações-públicas e a Interpretação do Sistema dos Parques Nacionais. A partir daí, Tilden escreveu muitas palavras, não só

para entreter os seus leitores, mas também para os informar e educar (Craig, cit. In Tilden, 2007:5-6).

A interpretação é uma ferramenta e uma estratégia de comunicação, que visa, qualificar a experiência do visitante e ao mesmo tempo valorizar o património. Vários autores e instituições ligados à conservação do património definiram o conceito de Interpretação.

Tilden (2007:163), define a interpretação como uma atividade educativa que não se limita apenas a fornecer informações factuais. Pretende revelar significados e relações, quer seja através do contacto direto com os objetos originais, quer seja por meio da sua representação. Afirma ainda que é um serviço que se presta aos visitantes, no sentido de lhes revelar em parte a beleza, a maravilha, a inspiração e o significado espiritual do que se esconde por detrás do que se é capaz de perceber através dos sentidos. É a revelação de uma verdade maior, que qualquer explicação ou facto, isoladamente, não consegue desvendar, é uma tentativa de revelar as verdades que estão por detrás das aparências:

"interpretation is an attempt to reveal the truths that lie behind the appearances" (2007:163).

A interpretação tornou-se uma ferramenta fundamental que objetiva aproximar o público ao património, facilitando a compreensão e o uso social deste, sendo um conceito muito abrangente.

Tilden considera ainda que a interpretação não é somente educação, mas sim provocação, e que seria mais fácil defini-la por aquilo que ela não é, para o visitante conseguir ver para além do alcance físico da sua própria visão, através da provocação e da criatividade, despertando o interesse das pessoas através do domínio da comunicação (2007:161).

Já Alderson e Low (1985) no seu livro "Interpretation of historic sites", entendem a interpretação, como o empenho para facilitar aos visitantes a compreensão da história e o significado de acontecimentos, pessoas e objetos, a que o local está associado.

No mesmo sentido, há também quem defenda que a interpretação é um processo que visa explicar ou elucidar significados e quando aplicada ao património pode ser utilizada de vários meios, melhorando a compreensão, apreciação e proteção dos sítios culturais e naturais (Beck & Cable, 2002).

Diversas definições sugerem que a interpretação oferece mais do que factos, utilizando também fenómenos para transmitir o significado de algo e desenvolver entendimento profundo. Estimula o interesse das pessoas e ajuda a desenvolver as suas capacidades, ensina a ler paisagem, a reviver a sua história e a sentir a sua arte. Os intérpretes usam a informação, mas vão além dos factos. A informação é a matéria-

prima que o intérprete trabalha, adapta e apresenta de modo a atrair, interessar e esclarecer os visitantes (Knudson, Cable, & Beck, 2003).

Segundo o ICOMOS (2008), a interpretação refere-se ao conjunto das atividades destinadas a aumentar a sensibilização do público e a melhorar a sua compreensão do sítio cultural. É também utilizado o termo apresentação, como sendo a comunicação dos conteúdos interpretativos de um sítio cultural através de métodos de comunicação expressamente concebidos para esse efeito e do acesso físico ao bem cultural.

A NAI – National Association for Interpretation e a IA – Interpretation Australia, são associações que se dedicam a apoiar e promover a interpretação do património e os seus profissionais. Com base nas suas experiências, estas associações desenvolveram também as suas definições de interpretação.

A NAI – National Association for Interpretation (2023), na sua mais recente versão, considera a interpretação como uma abordagem de comunicação que proporciona experiências significativas, relevantes e inclusivas que melhoram a compreensão, ampliam perspetivas e inspiram os visitantes.

Por outro lado, e numa visão menos factual e mais envolvente, a IA – Interpretation Australia (2023), acredita que a interpretação transmite ideias, informações e conhecimentos que levam ao entendimento pelos visitantes, do seu meio envolvente. Envolve emoções, aprimorando experiências e aprofundando a compreensão de lugares, pessoas, eventos e objetos do passado e do presente.

Todas estas perspetivas assumem o lado educacional da interpretação, facilitando ao visitante uma melhor compreensão do significado dos bens patrimoniais, otimizando a visita e estimulando o interesse. A interpretação qualifica a visita e a compreensão aproxima.

Em suma, a Interpretação apresenta-se como a “voz” do património e dos recursos dos territórios através da sua “matéria-prima”, a informação, contribuindo para educar e provocar os visitantes, de forma que estes consigam ver para além do alcance físico da sua própria visão, e, deste modo, desfrutar de experiências turísticas únicas, autênticas e memoráveis (Knudson et al., 2003). Mas mais do que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade (Murta & Albano, 2005).

3.1 Objetivos

Os objetivos da interpretação estabelecem as suas bases, na qualidade da experiência do visitante.

Freeman Tilden afirma, no seu livro "Interpreting our Heritage" que a interpretação é "uma atividade educativa que tem como objetivo revelar significados e relações através do uso de objetos originais, por experiência própria e por meios ilustrativos, em vez de, simplesmente, comunicar informações factuais" (2007:8). Diz ainda que, a interpretação deve ter como objetivo apresentar o todo em vez de uma parte, e deve referir-se ao Homem como um todo (Tilden, 2007:9), ou seja, deve estimular o visitante a expandir os seus horizontes.

Por outro lado, Mills (1920) afirmou que o objetivo da interpretação do património é ajudar os visitantes a escolherem como passar o seu tempo de lazer, sendo esta escolha um fator sustentável dos povos e das nações, porque enriquece as experiências de lazer, a perceção da vida quotidiana e das tradições.

Contudo, a interpretação tem outros objetivos, e segundo Knudson, Cable e Beck (2003) a razão de ser da interpretação é ajudar as pessoas a desenvolverem o sentido de lugar, a responderem à beleza do meio-ambiente e a entenderem o significado da sua própria história e cultura. Ajudar os visitantes a reconhecerem num determinado local, mais do que uma simples montanha, rio ou uma cidade, mas também a desenvolverem a identidade das características especiais e únicas. A Interpretação deve expandir-se num horizonte mais amplo, por exemplo, ensinar como se pode relacionar um campo de batalha com toda uma guerra e os seus efeitos duradouros sobre a política e a vida dos seus habitantes; fazer com que um visitante ao sair de um museu ou de um centro interpretativo, sinta o que lá encontrou de forma diferente ou especial e, dentro de si mesmo, um estímulo para descobrir mais e levar pistas de como e onde poderá exercer a sua própria pesquisa de interpretação (Knudson, Cable & Beck, 2003: 8).

Acredita-se que a interpretação contribuirá, no futuro, para uma sociedade com mais vitalidade, pois os seus objetivos vão muito além de umas simples viagens agradáveis pelo campo. O seu propósito será promover um modo de vida menos impactante para o planeta e fortalecer laços com o nosso património cultural e ainda contribuir para uma relação mais harmoniosa entre o indivíduo e o meio-ambiente. As experiências interpretativas devem ensinar a cuidar melhor do planeta e do património cultural. Uma interpretação com qualidade, em cada nação, será a garantia de um futuro melhor, pois cidadãos bem formados e informados respeitarão mais os seus recursos,

a sua cultura e tomarão decisões, tendo em consideração os impactos sobre as gerações futuras. Reiterando ainda que para além dos benefícios socioeconómicos, a interpretação do património acrescenta valor ao turismo, bem-estar à comunidade recetora, e contribui para que os visitantes usufruam de experiências únicas e memoráveis (Knudson, Cable & Beck, 2003:385).

Marek Nowacki (2012) na sua obra "Heritage Interpretation" descreve os objetivos da interpretação como o resultado da transmissão efetiva de informações para o maior número de pessoas. A interpretação deve transformar um local aparentemente comum em algo único e especial. Estes objetivos devem também orientar os visitantes para os serviços básicos, perigos, locais de abastecimento disponíveis, alojamentos, parques de campismo, meios de transporte; serviços de turismo e recreação, sobre a política de gestão do sítio, sobre a cultura local ; envolver na interpretação dos recursos naturais e culturais, e promover o respeito pelos mesmos; e finalmente, incutir uma mudança no comportamento dos visitantes, no sentido de fomentar atitudes e comportamentos sustentáveis na gestão dos recursos naturais e de proteção do património.

Acrescenta ainda a IA – Interpretation Australia (2023), que a interpretação tem como objetivos o enriquecimento da experiência do visitante tornando-a mais significativa, assim como o desenvolvimento de uma consciência nos visitantes e organizações, incentivando o uso consciente dos recursos.

3.2 Princípios

Num esforço interpretativo e empenhado, Tilden (2007) apresenta seis princípios da Interpretação. Afirma primeiramente que a interpretação que não relacione o que está a ser exibido ou descrito, de alguma forma, com a personalidade ou a experiência do visitante, será estéril, ou seja, não será frutífera. E para ser frutífera a interpretação deve incluir informação, que é a sua base, embora sejam coisas completamente distintas, toda a interpretação incluí informação, sendo este o segundo princípio. O terceiro princípio define a interpretação como a arte que combina muitas artes, quer os materiais apresentados sejam científicos, históricos ou arquitetónicos, tendo em conta que qualquer arte pode ser ensinada. Mas o principal objetivo da interpretação, está no quarto princípio, que defende que a interpretação não é simplesmente instrução, mas sim provocação, pois o visitante deve ser estimulado a ver além dos seus horizontes. O quinto estabelece que a interpretação deve ter como objetivo apresentar o todo em vez da parte e deve dirigir-se à pessoa como um todo, ao invés de qualquer fase, pois a

sabedoria não é o conhecimento de muitas coisas, mas a perceção da unidade subjacente de factos. Por fim o sexto princípio de que, segundo o qual, a interpretação dirigida a crianças até aos doze anos de idade, não deve ser uma diluição da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem, fundamentalmente, diferente e adaptada, devendo ser de melhor qualidade e apresentada num programa separado (2007:34-35).

Anos mais tarde, a Carta Ename estabeleceu outros sete princípios. As cartas adotadas pelo ICOMOS salientam a importância da comunicação com o público como elemento essencial do processo de conservação. Ao reconhecer que a interpretação faz parte do processo de conservação e gestão do património cultural, a Carta Ename estabeleceu então sete princípios fundamentais nos quais se deve basear a interpretação, independentemente dos meios e formas mais adequadas às circunstâncias (ICOMOS, 2008).

Assim como os princípios de Tilden (2007), a Carta Ename (2008) vem reforçar a importância da comunicação e da consciencialização, e no seu primeiro princípio define como a interpretação deve facilitar a compreensão e a valorização dos sítios culturais e promover a sensibilização do público para a necessidade da proteção e conservação do património, através de, por exemplo, programas destinados à interpretação e à apresentação enriquecendo a experiência pessoal, aumentar o respeito e o conhecimento do público e pôr em evidência a importância da conservação dos sítios culturais; envolver a comunidade e estimular o seu interesse; interpretação adaptada a diferentes tipos de público, do ponto de vista demográfico e cultural; incluir pessoas com mobilidade reduzida e o dever de os recursos serem fisicamente acessíveis a todos e nos casos onde o acesso físico seja restrito devido a preocupações de conservação, sensibilidades culturais ou por questões de segurança, devem ser previstos noutro local.

A interpretação deve estar assente em bases sólidas de informação, neste sentido, o segundo princípio defende que a interpretação e a apresentação devem basear-se em fontes fidedignas, investigadas através de métodos científicos e académicos, bem como nas tradições culturais vivas, podendo ser: orais e escritas, os vestígios materiais, as tradições e os significados atribuídos ao sítio cultural. As fontes desta informação devem ser documentadas, arquivadas e tornadas acessíveis ao público. Nos sítios culturais, onde as tradições orais ou a recordação de personagens históricos revelam a sua importância, os programas interpretativos devem incorporar estes testemunhos orais, quer de forma indireta, através dos equipamentos e serviços de interpretação, quer diretamente através de membros da comunidade. As reconstruções visuais, através de desenhos artísticos, arquitetónicos ou por computador, devem basear-se em análises

especificas dos aspetos ambientais, arqueológicos, arquitetónicos e históricos, incluindo fontes escritas, orais, iconográficas e de fotografias. Os programas e atividades de interpretação e de apresentação devem, igualmente, ser documentados e arquivados para servir de referência e de reflexão no futuro. A interpretação deve respeitar as várias contribuições históricas para o significado do sítio, distinguir e datar, com precisão, as sucessivas fases da sua evolução, mostrando as diversas influências recebidas, tendo em conta todos os grupos humanos que contribuíram para o seu significado histórico e cultural. O ambiente natural, a paisagem e as características geográficas são parte integrante dos valores históricos e culturais de um sítio. No seu terceiro princípio, a Carta Ename, define que a interpretação de sítios de património cultural deve relacionar-se com o meio envolvente e com os seus contextos sociais, culturais, históricos, naturais em todos os seus aspetos, seja, histórico, político, espiritual ou artístico e ter em consideração os valores a eles associados. Os elementos intangíveis de um sítio cultural, tais como as tradições culturais e espirituais, as histórias, a música, a dança, o teatro, a literatura, as artes visuais, os costumes e o património gastronómico devem ser tidos em conta na interpretação. A preservação da autenticidade dos sítios culturais, no espírito do documento de Nara (Japão) de 1994 está patente no quarto princípio que atenta que, a autenticidade está diretamente ligada às comunidades humanas e aos vestígios materiais. Aquando da elaboração de um programa de interpretação do património este deve respeitar as comunidades locais, as funções sociais tradicionais do sítio e as práticas culturais. A interpretação deve contribuir para a conservação da autenticidade do sítio cultural, divulgando os seus significados sem pôr em causa os seus valores culturais ou provocar alterações físicas irreversíveis. As estruturas e serviços interpretativos, tais como os quiosques, sinalizações, painéis informativos, teatros, etc, devem integrar-se harmoniosamente no sítio, respeitando o seu carácter, o meio ambiente, bem como os seus valores culturais e naturais, evitando perturbações aos locais.

Um plano de interpretação de um sítio de património cultural deve ser sensível ao seu ambiente natural e cultural, constituindo a sustentabilidade social, financeira e ambiental o principal objetivo. Neste contexto, e na base do quinto princípio são estabelecidos os princípios da sustentabilidade. Os programas de interpretação devem ser pensados e estudados aprofundadamente, quer relativamente aos impactos dos equipamentos de interpretação, quer do elevado número de visitantes, bem como as características físicas, a integridade e o meio ambiente dos sítios culturais. O aumento do número de visitantes e de receitas de bilheteira não devem constituir os únicos critérios de sucesso dos programas interpretativos. Estes programas devem procurar proporcionar benefícios justos e duradouros a todos os interessados, através da

formação, da educação e da criação de emprego. A manutenção dos meios técnicos e tecnológicos implementados na infraestrutura interpretativa, deve ser regular e eficaz.

A interpretação de sítios de património cultural deve ser o resultado de uma colaboração efetiva entre os profissionais do património, as comunidades locais e os outros interessados, assim, o sexto princípio define a inclusão e participação. Devem ser integrados na elaboração dos programas de interpretação investigadores com experiência multidisciplinar, especialistas em conservação, autoridades públicas, gestores, profissionais ligados aos programas de interpretação, operadores turísticos e outros profissionais. O público e as comunidades de acolhimento devem ser considerados e respeitados nos seus direitos tradicionais e responsabilidades. Os projetos de expansão ou de revisão dos programas de interpretação e apresentação devem ser abertos aos comentários e à participação do público. Durante estes processos de interpretação, aquando da utilização de vários suportes de divulgação (tais como as apresentações multimédia *in situ*, suportes eletrónicos ou elementos impressos), a propriedade legal e o direito de uso de imagens, textos e outros materiais destinados à interpretação devem ser previamente discutidos, esclarecidos e acordados.

E uma vez que, a interpretação dos sítios culturais é um processo gradual e evolutivo, de compreensão e de explicação, o sétimo princípio assenta sobre a importância da investigação, da formação e da avaliação. Os programas interpretativos devem prever uma revisão periódica, pois a interpretação não deve ser considerada por terminada no momento da entrada em funcionamento de um equipamento ou de determinados serviços de interpretação. Os programas e os equipamentos de interpretação devem ser concebidos e realizados de modo a facilitar a revisão dos seus conteúdos e/ou a sua expansão, devendo prever um processo de acompanhamento e avaliação continuo, onde os visitantes, membros da comunidade e os profissionais do património estão associados. Como são considerados recursos educativos, então a sua conceção deve ter em conta, a participação de voluntários; a integração em programas escolares, em estudos ou noutras formas de aprendizagem ao longo da vida. A formação de profissionais qualificados em interpretação patrimonial é fundamental, abordando matérias como a criação de conteúdos, a gestão, as novas tecnologias, as visitas guiadas e a educação. Assim como, os programas académicos sobre conservação, devem incluir módulos de formação sobre a interpretação e a apresentação. O próprio sítio cultural deve proporcionar programas e cursos de formação para o pessoal encarregado da gestão do sítio e da sua interpretação, que devem também ser acessíveis às comunidades de acolhimento para que estas possam acompanhar os progressos nestes domínios. A cooperação internacional e a troca de

experiências são fundamentais para desenvolver e manter padrões metodológicos relacionados com as técnicas de interpretação. Deste modo, é crucial, a promoção de conferências e reuniões internacionais, nacionais e locais, bem como o intercâmbio de profissionais. Estas formas de cooperação possibilitam a partilha de informações sobre abordagens e experiências de interpretação em diversas regiões e culturas.

3.3 Filosofia da Interpretação

A interpretação, serve como uma ferramenta para alcançar uma gestão dos recursos culturais e naturais, capaz e bem-sucedida. A interpretação eleva a recreação além da diversão através do uso inteligente do tempo de lazer. Leva as pessoas da apreciação passiva, à compreensão emotiva dos ambientes culturais e naturais. A interpretação eficaz aumenta as chances de sucesso em missões e apoio público. A efetividade dessas missões revela uma relação explícita ou implícita com os benefícios educacionais da interpretação, ajudando prestar um serviço satisfatório ao visitante que se revela satisfeito, informado e solidário (Knudson et al., 2003).

Sem interpretação, ambientes naturais ou culturais, países, sítios perdem parte do seu valor, da sua história e herança. Por exemplo, em 1943, na costa Norte da República Dominicana, foi destruído e arrasado um sítio arqueológico (sem interpretação), para dar lugar a um parque de estacionamento. A interpretação ajuda a preservar o valor. Por meio de museus, florestas, parques e outras áreas, surgem oportunidades para informar e educar as pessoas. Pode evitar eventos trágicos, ao desenvolver o interesse público e a compreensão sobre o significado do local. A interpretação ajuda essas pessoas conectar-se aos recursos, para que possam entender melhor os valores especiais desses (Knudson et al., 2003).

Um dos pensamentos mais citados de Abraham Lincoln, afirma que,

"(…) uma nação com pouca consideração pelo seu passado tem pouca esperança para o seu futuro. A herança de qualquer nação reside nos seus recursos naturais, no seu senso de conexão histórica e nas suas coleções e representações culturais. O vigor e a força do futuro de uma nação surgem do saudável apego do seu povo às suas raízes. A interpretação preserva e comunica essa herança" (cit in Knudson et al., 2003).

3.4 Interpretação como parte do lazer

Ao tempo que dispomos livremente para repouso ou recreação e às atividades que realizamos nesse tempo, chamamos de lazer.

No lazer, as pessoas celebram a vida, e libertam as mentes. Procuram lugares bonitos e histórias inspiradoras, passeios na natureza, música, teatro, jogos e aventuras, em ambientes diferentes do seu quotidiano. Aproveitamos para pescar, caçar, escalar, nadar, cantar, caminhar e deslizar sobre a água ou a neve (Knudson et al., 2003).

Enriquecer essas experiências deve ser a primeira preocupação dos intérpretes, tornando-as de alguma forma mais significativas. Isso significa ajudar os visitantes a terem mais diversão, prazer e alegria. Surpreendentemente, isso pode ser feito com assuntos bastante sérios, mas não necessariamente com uma abordagem sombria. Como a interpretação ocorre com mais frequência em locais de recreação durante o tempo de lazer, os visitantes buscam prazer, diversão e até experiências de pico na interpretação. Observadores constataram que a interpretação e os intérpretes podem tornar-se muito monótonos, sugerindo que o intérprete deveria "ler" o público como "lê" a paisagem. A partir dessa premissa, desenvolver e adaptar programas capazes de atrair e atender a todo o tipo de público visitante. Torna-se importante transmitir aos visitantes os valores do património, através de experiências, de programas educacionais e interpretativos e de visitas frequentes (Knudson et al., 2003).

Os intérpretes lideram, capacitam e encorajam. Educam, divertem, exibem e informam, mas acima de tudo, os intérpretes enriquecem as experiências recreativas com conteúdo e uma sensação de realização pessoal (Knudson et al., 2003).

3.5 Benefícios da Interpretação

A interpretação afeta as pessoas positivamente. Dá-lhes informações básicas e direções e ao mesmo tempo ensina-as a observar e a estudar a beleza e o legado ao seu redor. Provoca-as e prepara-as para melhor interpretar por si mesmas, elevando-as a um nível alto de satisfação dentro da experiência recreativa. Os benefícios da interpretação abarcam três beneficiários, os visitantes, a sociedade em geral e os gestores dos sítios. O visitante, pelo serviço direto prestado pelo intérprete, a sociedade informada cujos cidadãos estão em sintonia com o seu ambiente cultural e natural e para os gestores que beneficiam com os resultados positivos de um serviço eficaz com o público (Knudson et al., 2003).

Muitas pessoas escolhem passar o seu tempo livre e de lazer com passeios e caminhadas pela natureza, visitas a museus e locais históricos e participando em eventos interpretativos. Os turistas e os visitantes valorizam as novas experiências e delas extraem satisfação e prazer, retirando benefícios disso. A satisfação é notória, pois as pessoas, voluntariamente, deslocam-se aos locais de interesse, incorrendo em custos de taxas e viagens por exemplo (Knudson et al., 2003).

É dever do intérprete servir o público e a ele se dedicar. Os intérpretes alcançam as pessoas e enriquecem as suas experiências de forma educativa, recreativa e inspiradora (Knudson et al., 2003).

3.5.1 Benefícios Educacionais

As definições mais comuns de Interpretação enfocam os aspetos educacionais da experiência interpretativa. Tilden (2007) afirma que a interpretação é uma atividade educacional.

A aprendizagem é uma experiência importante, agradável e enriquecedora. Alguns visitantes desejam desenvolver o seu conhecimento, por exemplo, sobre os habitats de espécies raras de animais, gostam de compreender a história de lugares e pessoas, etc. Existem, por exemplo, museus, parques naturais e zoológicos que contactam escolas e oferecem aos alunos a oportunidade de aprender sobre questões ambientais, ciências, estudos sociais, etc. Vincular programas de interpretação com currículos escolares locais produz benefícios para as escolas, professores e alunos. Assim como beneficia os intérpretes e fortalece a relação e o apoio da comunidade local (Knudson et al., 2003).

3.5.2 Benefícios Recreativos

Embora as pessoas considerem a aprendizagem uma experiência positiva, a maioria não está interessada em adquirir conhecimentos nos seus tempos livres. A diversão em ambientes recreativos é a prioridade. Deve então ser-lhes permitido passar o seu tempo livre no local de património de forma agradável. Tilden (2007) constatou que toda a interpretação deve ser recreativa, pois as pessoas buscam principalmente diversão e não instrução. Neste sentido, os intérpretes devem proporcionar interpretação estimulante, divertida, prazerosa e satisfatória para os visitantes. As experiências recreativas agradáveis têm também benefícios na saúde física e mental das pessoas, pois melhoram a qualidade de vida, reduzem stress, reforçam a autoconfiança. (Knudson et al., 2003).

3.5.3 Benefícios Inspiracionais

A Interpretação bem-sucedida não só encoraja a recreação, mas também invoca uma resposta emocional. Ajudar os visitantes a descobrir a beleza de uma obra de arte ou de uma paisagem faz parte do trabalho de um intérprete que ocupa a maravilhosa posição de se valer de “acessórios” estimulantes que tocam as emoções do público.

Tilden (2007:88) escreveu que a melhor utilização dos parques e reservas nacionais, que se inserem no âmbito do trabalho de interpretação, reside na elevação espiritual.

Os intérpretes podem inspirar o seu público ao melhorar as suas capacidades de perceber a qualidade do que está ao seu redor. Leopold (1966 cit in Knudson et al., 2003:52) afirmou que a nossa capacidade de perceber a qualidade na natureza, começa como na arte, com o belo. Depois expande-se através de sucessivas fases, do belo para valores ainda não captados pela linguagem. O intérprete auxilia as pessoas à medida em que avançam nessas fases, de maneira que, um individuo não apenas perceberá a beleza em paisagens montanhosas, mas também encontrará beleza e inspiração em pradarias e praias. Uma boa interpretação pode inspirar as pessoas com experiências arrepiantes, independentemente do cenário (Knudson et al., 2003).

O equilíbrio entre educação, recreação e inspiração é parte de uma interpretação sólida e bem conseguida, onde o grande beneficiário é o público.

3.5.4 Crescimento Individual

O crescimento individual conseguido pela interpretação resume todos os benefícios elencados anteriormente. A interpretação ensina, entretém e inspira o público, levando ao seu crescimento individual.

Várias teorias procuram explicar as motivações do ser-humano e porque buscamos educação e recreação, porque visitamos museus, florestas, eventos e porque nos inspiramos neles. Abraham Maslow (1954) desenvolveu uma teoria que sugere que as pessoas têm uma hierarquia de necessidades e motivações que representou como sendo uma pirâmide. Na base da pirâmide encontram-se as necessidades básicas ou fisiológicas, como ar, comida, água e sono. Depois de satisfeitas essas necessidades mais básicas as pessoas vão passando para outras necessidades socialmente orientadas, como de estima e autorrealização. Maslow expressa a importância da autorrealização como uma metanecessidade (necessidade superior), pois esta é o ponto mais alto das motivações de crescimento individual. Acrescenta ainda que as

experiências de autorrealização são momentos de maior felicidade, pois incluem sentimentos de alegria e profundo prazer (Knudson et al., 2003).

Em suma, a interpretação do património e o trabalho do intérprete, são para o público, uma fonte de conhecimento, enriquecimento pessoal, recreação, inspiração e crescimento individual. Mas estes benefícios não são apenas individuais, a interpretação traz também benefícios coletivos que englobam a sociedade.

3.5.5 Benefícios para a Sociedade

Além dos benefícios individuais recorrentes da interpretação de qualidade, os benefícios são também coletivos, ou seja, para a sociedade em geral. Apesar dos amplos benefícios educacionais, a interpretação promove o bem-estar público. Contribui também com valores associados à recreação, melhoria da saúde pública, família, unidade comunitária e estabilidade (Godbey, Graefe & James,1993 cit in Knudson et al., 2003). A disponibilidade de atividades recreativas proporciona a diminuição da criminalidade e o incremento de valores sociais.

Os museus, por exemplo, permitem que as comunidades locais ampliem o seu próprio senso de comunidade. Enriquecem a vida da comunidade onde se inserem, oferecendo uma perspetiva mais profunda de valor comunitário, continuidade e mudança, como locais de construção comunitária.

A interpretação oferece experiências agradáveis nos tempos livres e entretenimento para todos os públicos, quer eles sejam locais ou visitantes. Oferece ainda estatuto para voluntários e colaboradores, através do desenvolvimento de competências, na preparação de projetos de interpretação e na comunicação com os visitantes (Knudson et al., 2003).

3.5.6 A identidade e a cultura local

A interpretação pode ajudar a manter a identidade nacional e os laços com o país e a sua cultura. Uma nação para ter orgulho e um sentido de identidade, deve estar consciente das suas raízes e do seu património, conscientes da existência e relevância de lugares que têm especial importância. O orgulho nacional é o que pode salvar estes sítios da ruína. Os cidadãos de qualquer nação precisam de se identificar com os seus recursos naturais e culturais. Esse vínculo ajuda a sentirem-se parte da nação e promove a unidade e o sentido de pertença. Este facto faz com que sejam impedidas por exemplo ações de vandalismo contra o património. Da mesma forma, que é importante a fomentação da tolerância, com a aprendizagem na diversidade de

costumes, estilos e atitudes dos concidadãos. A valorização do seu legado cultural e natural inspira os cidadãos a buscar realização pessoal enquanto contribuem para a riqueza das suas comunidades e nações (Knudson et al., 2003).

De acordo com as Diretrizes de Interpretação do Património da Austrália, “Sharing our stories” (2007), uma boa interpretação, atrai, envolve e inspira os visitantes. Identifica o que é único e especial em locais e coisas específicas. Isto é importante, quando um objeto é bastante comum, como uma ceifeira-debulhadora, por exemplo. O que o torna interessante são as histórias sobre as pessoas que a utilizaram ou onde e como foi utilizada. Dá sentido a lugares, culturas, estruturas e coleções, ligando-as às pessoas e à história daquele local; minimiza as questões ambientais e culturais, encorajando os visitantes a agir de forma responsável e respeitável; atua como um substituto para as coisas que não podemos experenciar diretamente, por exemplo, como era viver antes de ser fornecida água canalizada; ajuda a satisfazer a crescente procura de experiências educacionais dos visitantes; serve de veículo para desenvolver a compreensão e o prazer de apreciar objetos e obras de arte; incentiva a coesão social, dando às comunidades um sentido de lugar, pertença e identidade.

3.5.7 Desenvolvimento do sentido ético e do papel da sociedade no mundo

A interpretação facilita o desenvolvimento de um ambiente global mais consciente, apelando para um desenvolvimento sustentável e guiando para um caminho de ação construtiva e inteligente. Torna também possível a compreensão do significado ético da visita e coloca-o num contexto mais amplo. Ajuda a reconhecer triunfos e derrotas na história da humanidade, a compreender os problemas tecnológicos e explica como os recursos naturais são utilizados e convertidos. Aponta para a importância do visitante se tornar uma pessoa melhor. Cabe então aos intérpretes, enriquecer as experiências dos visitantes, educando-os e inspirando-os (Knudson et al., 2003).

3.5.8 Benefícios Ambientais

Gera também benefícios ambientais, no sentido em que aumenta a apreciação das paisagens naturais e culturais e alarga a compreensão das questões, por exemplo: alterações climáticas, gestão da água e perda da biodiversidade. A interpretação do património, pode ajudar a proteger os ecossistemas, a biodiversidade e os recursos naturais, mudando atitudes e promovendo comportamentos adequados que minimizem

impactos ambientais negativos (Knudson et al., 2003), pois cria, tantos nos locais como nos visitantes responsabilidade de preservação.

3.5.9 Benefícios Económicos

A interpretação do património utiliza recursos ambientais e culturais para oferecer benefícios económicos ao Governo, às empresas e às comunidades. O setor do turismo está em crescimento e o património e a oferta de novas experiências, atraem turistas nacionais e estrangeiros. Os visitantes virão e permanecerão mais tempo num local se existirem atrações disponíveis, bem comercializadas e com valor acrescentado através da interpretação. Os visitantes exigem uma gama de outros serviços, particularmente restauração e alojamento. A expansão da hotelaria e de empresas de animação turística para satisfazer esta procura criará empregos e gerará mais riqueza para a comunidade recetora (Knudson et al., 2003).

3.5.10. Benefícios para o Património e para a sua Preservação

Para além de todos os benefícios atrás explanados, a interpretação desempenha um papel fundamental na proteção dos recursos naturais e culturais. As pessoas são levadas a conhecer, a entender e apreciar um local, um evento histórico ou uma cultura. Através da interpretação os indivíduos desenvolvem o interesse em preservar e manter, desenvolvem uma conexão com os recursos patrimoniais que os move com entusiasmo e com sentido de proteção.

Faz parte do papel do intérprete usar a interpretação como ferramenta de gestão, como influenciador do comportamento dos visitantes. A interpretação desencoraja o vandalismo e o acúmulo de lixo e incentiva o apoio financeiro e político. Estes profissionais dão significado e enaltecem o caráter especial e as qualidades das comunidades, regiões e ecossistemas. São eles que comunicam o valor dos recursos à sociedade e aos indivíduos (Knudson et al., 2003).

Relatos recolhidos durante as décadas de 80 e 90 denotam o contributo da interpretação na proteção e preservação dos recursos. Por exemplo, a simples distribuição de um folheto interpretativo com informações de baixo impacto num parque de campismo, reduziu em 50% os danos em árvores e a acumulação de lixo. Quando este folheto começou a ser distribuído através de contacto pessoal, a redução dos impactos subiu para 80% (Knudson et al., 2003:66).

Todas as intervenções, sejam elas, através de posters, placas, sinais, vídeos ou apelos verbais, vão contribuir para a sensibilização do público na redução de

comportamentos prejudiciais à sustentabilidade e preservação dos recursos, assim como à sua própria segurança.

3.5.11. Segurança

A segurança e preservação dos recursos é fundamental para a sua continuidade e sobrevivência, mas importa também a segurança dos visitantes. Neste sentido, a interpretação tem também um papel importante. A segurança constitui um importante fator para que escolhe um determinado local para visitar. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (1997), segurança é sinónimo de qualidade e é uma condição imprescindível para um turismo responsável. Isto significa zelar pela vida, saúde, integridades física, psicológica e económica dos visitantes.

O uso da interpretação é também um instrumento de segurança. Os intérpretes devem alertar para ameaças como plantas perigosas, situações climáticas extremas, animais selvagens, etc. E o recurso a elementos interpretativos como sinais, folhetos, pósteres, artigos de jornal ou até transmissões sonoras aumentam significativamente o cumprimento em conformidade das regras de segurança (Knudson et al., 2003).

Sumariamente, entende-se que a interpretação é fundamental na proteção dos recursos naturais e culturais. A sua ação influencia o comportamento das pessoas e por este meio incentiva boas práticas e apoios tanto públicos como particulares. É assim importante desenvolver esforços interpretativos como ferramenta de gestão, assumindo estratégias de comunicação para atrair e persuadir o interesse das pessoas. Estas estratégias são normalmente vertidas num plano de interpretação e concretizadas pelos guias intérpretes.

4. O Guia Intérprete

O guia intérprete é, como o próprio nome indica, o profissional que, em monumentos, centros de interpretação, museus ou outros locais de interesse turístico, guia o visitante e interpreta os recursos para que este depreenda as características do local ou do recurso visitado (Brito, 2008).

Para Beck e Cable (2011), um guia-intérprete é alguém que trabalha com as pessoas para transmitir o significado das paisagens naturais e culturais e dos recursos que as compõe. É alguém que investe, ao longo da sua vida, em formação e experiência para poder compartilhá-la. Possui técnicas de comunicação eficazes no sentido de criar histórias criativas, significativas e provocadoras e está sempre atualizado em assuntos

locais, regionais, nacionais e internacionais para melhor se relacionar com a vasta diversidade de visitantes. Um guia-intérprete é também alguém que comunica com entusiasmo e transmite respeito pelo recurso. É alguém que se preocupa com o bem-estar dos visitantes, que zela pela sua segurança, dignidade e qualidade das experiências e, acima de tudo, respeita o valor moral dos visitantes e o seu potencial de crescimento.

Este profissional auxilia o uso dos sentidos, responde às dúvidas do visitante ou à sua curiosidade, adapta-se ao seu nível cultural e tem um papel muito importante na proteção de determinados recursos (Harrison, 1977 cit in Pacheco & Brilha, 2014:106).

É reconhecido que os serviços interpretativos, quando efetivados por pessoal especializado, para além de lhes conferir uma natureza mais humanizada, prestam um serviço mais ajustado às características do visitante (Morales, 2001).

Por último, a um bom intérprete exige-se que tenha boas bases em interpretação do património; que possua um vasto conhecimento dos objetos e do local a interpretar; que conheça o perfil dos visitantes; que seja um bom comunicador e seja capaz de adaptar o seu trabalho/linguagem a cada tipo de público; que saiba como e quando adequar outro tipo de recursos e meios e que seja formal, cortês, criativo e com sentido de humor (Pacheco & Brilha, 2014).

A formação destes profissionais deve ser especializada, rigorosa e continua, baseada em estudos académicos e técnicas de comunicação. A excelência do trabalho do guia intérprete exige conhecimento, mas também talento para inspirar o visitante enquanto o informa.

Hoje em dia, há já várias instituições de ensino pelo mundo que oferecem cursos de interpretação que debatem a importância de obter bases sólidas em comunicação e em conteúdos como história, ciências naturais, arqueologia, etc. Uma especialização abrangente beneficiará o profissional, que ao longo da carreira deve apostar na sua formação através de workshops, programas de treino, seminários, conferências, etc e complementar isso com as suas próprias experiências pessoais, através da leitura e das viagens (Knudson et al., 2003).

Os guias intérpretes desempenham um papel fundamental de conexão entre os visitantes e os recursos patrimoniais, complementando e enriquecendo as funções educativas e interpretativas, por exemplo, de um Museu ou de um Centro de Interpretação.

5. Centro de Interpretação

É geralmente aceite que as atrações patrimoniais devem transmitir informações relevantes aos visitantes, bem como atender às suas necessidades e expectativas (Beeho & Prentice, 1997; Poria et al., 2006). A interpretação dos Centros Históricos, focada nas experiências e na satisfação dos visitantes, poderá funcionar como um catalisador para o crescimento do turismo e da valorização do seu património.

Muitas são as técnicas, meios e suportes interpretativos utilizados para aproximar o visitante ao património. Assim, e no sentido de melhorar a experiência do visitante e na valorização do património do Centro Histórico de Viana do Castelo, propõe-se com este projeto, a criação de um Centro de Interpretação.

A Federación Española de Municipios y Provincias (2003) define o Centro de Interpretação como sendo um equipamento destinado a promover e difundir um território através de comunicação interpretativa, baseando-se em elementos nativos que constituem o património cultural e natural da região. As suas áreas básicas são: receção, administração, área de exposição e divulgação, centro de documentação e armazém.

Já para Bertonatti, Iriani e Castelli (2010:21), um centro de interpretação é uma exposição em torno de um guião de tipo museográfico com intenção pedagógica, que relaciona emocionalmente o visitante e o património, estimulando o seu interesse em comprometer-se com a sua conservação ou cuidado.

Moreira-Wachtel e Solís (2013:69), destacaram que os Centros de Interpretação são edifícios com salas de exibição, exposições, programas audiovisuais e espaços para palestras, que estão localizados perto ou em locais de interesse patrimonial, fornecendo informações sobre os principais temas do local.

No mesmo enquadramento, Garrido e Sanchéz (2015:148), definem Centros de Interpretação como instalações públicas ou privadas cujo propósito final é a interpretação, consciencialização e disseminação de um bem patrimonial, podendo abranger aspetos naturais, históricos, culturais e etnográficos. Estes centros devem ter um tema monográfico apresentado a partir de uma perspetiva geográfica e cultural integradora. Da mesma forma, estes devem estar localizados no contexto geográfico onde se localiza o bem patrimonial interpretado. Assim, o mesmo espaço interpretativo pode servir para promover turisticamente o espaço geográfico em que se enquadra e também através de produtos locais.

Relativamente às suas funções enquanto espaço interpretativo, Piñol (2011) identificou quatro: a primeira, a função de apresentar um elemento do património natural

e cultural, sem que haja a obrigação de contacto direto com o recurso; a segunda, oferecer orientações suficientes para a compreensão do objeto do património em causa e do contexto onde ele se encontra inserido; a terceira, promover a utilização e consumo de produtos locais onde o centro se encontra localizado e por fim criar no visitante um desejo de conhecer a localidade e tudo o que lhe está relacionado, deixando a sensação de que tudo pode ser conhecido em apenas um dia.

Os Centros de Interpretação proporcionam uma ampla variedade de benefícios. Oferecem oportunidades de aprendizagem para todos, e têm um papel fundamental na preservação e proteção do património natural, cultural e histórico. São locais de inspiração e diversão para artistas, cientistas, famílias, alunos, e todos os que os visitam (TCP, 2024). Apostam na valorização e conservação do património através da interação direta entre o património e os visitantes (Baeyens, 2005). Este modelo de interpretação permite ao visitante um contacto com o local onde está inserido, com base numa comunicação que explica porque aquele património é único. Estes centros trabalham para educar e consciencializar o visitante em relação ao património. A principal técnica utilizada tende a ser a exposição cenográfica, com o apoio audiovisual. Para além das zonas de exibição, os Centros de Interpretação oferecem outros serviços como, loja, bar, restaurante ou até serviços de informação turística (Baeyens, 2005).

A aparição de centros de interpretação dedicados à vida urbana constitui uma etapa essencial na introdução de equipamentos culturais representativos de uma maneira de pensar a instituição museológica de forma diferente, com o objetivo primordial de fornecer chaves de compreensão do espaço urbano em que se encontra e de incitar o visitante a descobri-lo por si mesmo, considerando-se que estes equipamentos se inscrevem plenamente no processo de experiências de musealização das cidades (Lima et al., 2019: 5).

O Centro de Interpretação é a base da concretização prática do Plano de Interpretação, transformando as diretrizes teóricas e estratégicas em experiências educativas e interativas que valorizam e preservam o património cultural e histórico.

Capítulo IV. Plano de Interpretação

Um Plano de Interpretação é o documento-chave produzido para o planeamento interpretativo, que define como interpretar um recurso natural, cultural, histórico ou outro. É onde são descritas as formas de produzir experiências marcantes e repletas de conhecimento para os visitantes. Estes planos facilitam estratégias que ajudam os intérpretes a conectar o visitante aos recursos. Orientam o uso sustentável de equipamentos e recursos para que os visitantes possam encontrar significado cultural, valores naturais e históricos de um lugar ou região e a sua importância para suas vidas (Knudson et al., 2003).

A filosofia básica da interpretação auxilia a elaboração de um plano de interpretação, reunindo os seus vários componentes: os visitantes e as formas de alcançá-los, o dever de atender o maior número de pessoas possíveis e os recursos e as suas capacidades (Knudson et al., 2003).

Um plano de interpretação pode apresentar vários tipos de abrangência, podendo ser de escala reduzida, para um objeto ou monumento por exemplo, ou de escala territorial, onde se incluem áreas maiores e mais densas. Uma boa localização das estruturas, e a seleção eficaz dos temas e dos meios mais adaptados às situações concretas, são fatores essenciais para a eficácia do plano de interpretação (Brás, 2005).

O plano preconiza como relacionar os recursos com os visitantes, a partir das suas características, necessidades e desejos. Ele define a visão interpretativa de como o local deve atender melhor os visitantes, tendo em conta os recursos naturais e culturais. A partir da **visão**, o plano propõe os **temas** e as histórias que servem como as principais mensagens da interpretação do sítio. Em seguida, propõe um conjunto de **experiências** para apresentar aos clientes, os temas e histórias, e prescreve as **técnicas e métodos** a serem utilizados, dentro das limitações **financeiras e físicas**. O plano define um estilo para sítio - os sinais, as publicações, a correlação de serviços pessoais e não pessoais e o equilíbrio dos esforços no local e fora do local. Também considera metas de **tempo e financiamento** para novos desenvolvimentos. Assim, o plano orienta o desenvolvimento de exposições, produtos e programas interpretativos do início ao fim. Como um exemplo específico de recomendações, um plano pode propor a construção de um centro interpretativo para transmitir a história principal do sítio e oferecer publicações, material de referência e programas que forneçam os detalhes. Também prescreveria outras técnicas, como exibições, trilhos autoguiados, brochuras, vídeos e experiências virtuais para completar um programa interpretativo eficaz (Knudson et al., 2003:310).

1. Modelo de Plano de Interpretação

Desenvolvido pelos elementos da equipa de planeamento, são estabelecidos objetivos claros e mensuráveis, tanto quanto ao custo-benefício como à eficácia do programa (Knudson et al., 2003). O tema do plano é escolhido, tendo em conta os recursos existentes, sempre no sentido de os valorizar e garantir a sua longevidade para as próximas gerações.

O processo de desenvolvimento de um plano de interpretação é definido em seis etapas, como demonstra a seguinte tabela (ver Tabela1):

Modelo de Plano de Interpretação					
Etapas					
Formação de Equipa de Planeamento	Origem: Setor público		Origem: Setor Privado		
Inventário	Análise do visitante	Recursos naturais e culturais	Serviços Interpretativos		
Preparação do Plano	Visão geral do sítio	Metas, Objetivos e Temas	Componentes do Programa		
Implementação	Equipamentos	Desenvolvimento do sítio	Manutenção	Calendário	Orçamento
Utilização tipo das instalações	Áreas de Informação/Orientação	Áreas de Exibição	Requisitos audiovisuais	Usos Administrativos	Áreas de vendas
Monitorização e Avaliação	Monitorização do Plano	Avaliação da eficácia	Revisão do Plano		

Tabela 1 - Modelo de Plano de Interpretação *(Elaboração própria adaptado de Knudson et. al, 2003)*
Fonte: Knudson et al, 2003

1.1 Constituição de um Plano de Interpretação

O desenvolvimento de um plano de interpretação requer um trabalho multidisciplinar reunindo especialistas de várias áreas do conhecimento. Um Plano de Interpretação é subdividido em seis etapas: **formação da equipa de planeamento; inventário interpretativo; elaboração do plano; requisitos de implementação;**

utilização funcional das infraestruturas e equipamentos e por fim a **monitorização e avaliação.**

1.2 Formação de Equipa de Planeamento

Para desenvolver um Plano de Interpretação é necessário reunir uma equipa de planeamento. Esta equipa será constituída por diversos elementos de diferentes origens. Entre eles, os recursos humanos do sítio, onde estão incluídos os gestores e os guias intérpretes. Devem também constituir a equipa, administradores superiores, um responsável político (se aplicável), representantes de clientes e elementos da comunidade local. O tamanho da equipa pode variar de acordo com a progressão do trabalho. Estes integrantes devem ser criativos e visionários, que possam compreender as pessoas, a importância dos recursos, as metodologias interpretativas e os aspetos práticos como um todo (Knudson et al., 2003).

Já referido várias vezes no decorrer deste projeto, o intérprete é uma peça fundamental para uma boa interpretação, pelo que a sua presença não deve ser dispensada, até mesmo no processo de planeamento. Os intérpretes do património são os colaboradores ou voluntários que trabalham no sítio cultural e estão envolvidos, de forma permanente ou temporária, nas tarefas da divulgação pública de informação sobre o valor e o significado do património cultural (ICOMOS, 2008).

Em suma, esta equipa deve apresentar uma dinâmica de planeamento, mantendo um grupo de trabalho coeso, que combine conhecimento, processos criativos, com recursos e visitantes.

1.3 Inventário

O inventário é fundamental para que sejam identificados e elencados os recursos patrimoniais disponíveis para interpretação. Depois, devem ser agrupados e relacionados com os temas subordinados ao sítio (Knudson et al., 2003). Um inventário detalhado oferece dados fundamentais para a tomada de decisões informadas e adequadas ao visitante no que diz respeito à oferta dos serviços interpretativos.

1.3.1 Análise do visitante

As necessidades, perceções e expectativas dos visitantes fazem parte do processo de planeamento, portanto, é importante considerar as diferentes categorias, origens e características dos visitantes, dado que estes podem ser grupos escolares,

famílias, excursões turísticas ou indivíduos, todos com interesses diversos (Knudson et al., 2003: 312).

Tilden (2007) afirmou que a interpretação que não relacione o que está a ser exibido ou descrito, de alguma forma, com a personalidade ou a experiência do visitante, será estéril, pois o interesse do visitante deve estar sempre em primeiro lugar.

É primordial conhecer o perfil dos visitantes, saber quem são, como eles vivenciam o local e o que eles esperam no futuro. Para tal, devem ser auscultados através de observação sistemática, entrevistas e inquéritos por questionário. A análise dos dados recolhidos levará a um conjunto de opções interpretativas de gestão que integrarão o plano de interpretação. O desafio consiste em usar a informação dos visitantes para planear os métodos de interpretação, para que eles se sintonizem com o sítio e com a sua envolvência do presente e do passado. O planeamento ajuda o intérprete a dar vida ao sítio em cada um dos seus visitantes (Knudson et al., 2003:312).

1.3.2 Visitante portador de deficiência visual e auditiva

No sentido de criar um espaço diversificado e inclusivo, torna-se necessário eliminar barreiras físicas, sensoriais e intelectuais. Os visitantes portadores de deficiência visual e auditiva, têm as mesmas necessidades e desejos de participar em atividades culturais quanto o público dito normal. A integração deste público impõe a eliminação de barreiras arquitetónicas, sensoriais e sociais, assim, os museus e centros de interpretação, que funcionam como meio de difusão da cultura, comportam um papel fundamental na inclusão social deste grupo. A falta de acessibilidade constitui um obstáculo para a satisfação da população com deficiência, impedindo a sua inclusão. Os museus, como recurso capaz de atrair visitantes para os destinos, desempenham um importante papel educacional para a promoção de uma consciência social para a inclusão dos portadores de deficiências (Mesquita & Carneiro, 2012). Descrito no Art. 59º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei 47/2004 – os museus devem fornecer apoio a todos os visitantes com necessidades especiais, nomeadamente a pessoas com deficiência, devendo publicitar o apoio referido, bem como promover condições de igualdade na fruição cultural.

O processo da interpretação como meio de comunicação com os visitantes tem um papel fundamental, pelo que se espera que, de forma inovadora e acessível seja adequada a todos os tipos de público, nomeadamente os portadores de deficiência visual. É importante a utilização de técnicas para que toda a informação apresentada seja legível, como por exemplo, o número de caracteres utilizados em cada linha dos textos, os contrastes cromáticos entre as letras, a utilização de macro carateres, o

Braille, meios áudio e de suporte informático (McGinnis, 2007). De referir como exemplo, folhetos da exposição em Braille (ver figura 1) e experiências táteis em maquetes, mapas, estátuas, etc. O Instituto Português de Museus (2004) refere que "...essas opções, essenciais para alguns, serão aproveitadas por todos, (...); as pessoas passam a escolher entre ler e ouvir a informação, ou simplesmente ver ou ver e tocar um objeto" (p.29). As estratégias adotadas para melhorar a acessibilidade aos deficientes visuais podem beneficiar todos os visitantes (Mesquita & Carneiro, 2012).

Já para os deficientes auditivos, a língua gestual é geralmente a primeira língua adquirida, e ler um texto escrito é o equivalente a utilizar uma língua estrangeira. A língua gestual utiliza gestos e expressões faciais para a comunicação, sendo utilizada por grande parte dos deficientes auditivos. Atualmente a criação de conteúdo em língua gestual é efetuada através de vídeos convencionais. Como exemplo de uma boa prática, existe uma tecnologia que propõe um método de tradução e interpretação de textos para língua gestual, que é apresentado aos utilizadores por um avatar tridimensional (ver figura 2), facilitando a produção de conteúdo e favorecendo a interpretação e a acessibilidade (Filho, 2012).

Figura 1 Interpretação em Braille. Museu da Presidência.

Fonte: https://www.museu.presidencia.pt/pt/visitar/museu-da-presidencia-da-republica/acessibilidade/

Figura 2 Avatar tridimensional. Unicamp.

Fonte: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/526/comunica%C3%A7%C3%A3o-estabelecida

1.3.3 Recursos

Relativamente aos recursos a selecionar, deve ser elaborada uma lista de forma a identificar todos os recursos existentes, identificando o seu significado, as suas características e a sua história, separando os recursos culturais dos naturais. A análise dos recursos culturais deve identificar histórias humanas significativas do local, contando as suas vivências como o seu "lar tradicional" (Knudson et al., 2003:312).

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural português, "*o património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização" (p.5808)*. O conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, que assim assegura a transmissão de uma herança nacional, cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. Os recursos patrimoniais culturais estão divididos em três grupos: património imaterial, património móvel e património imóvel. A Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999:2) aponta o património cultural e natural, as diversidades e as culturas vivas como sendo as grandes atrações turísticas no futuro.

1.4 Serviços Interpretativos

Tradicionalmente, a interpretação iniciou por contacto e interação pessoal, mas atualmente o intérprete possui ao seu alcance uma variada gama de métodos interpretativos para alcançar os seus clientes. No sentido de procurar o meio que mais se adequa ao tipo de recurso e visitante, a tecnologia moderna oferece uma variedade de equipamentos e ferramentas, escolhidas entre muitas com base nas vantagens, finalidades e custos (Knudson et al., 2003:120).

A interpretação pode ser conseguida através de vários métodos, incluindo: painéis informativos, exposições de tipo museológico, passeios a pé, palestras, visitas guiadas e aplicações multimédia. Pode também incluir publicações impressas e eletrónicas, conferências, instalações *in situ*, programas educativos, atividades comunitárias, investigação e formação. Para complementar as técnicas de interpretação são também utilizados equipamentos e serviços que se entendem como todas as instalações físicas, os equipamentos e os espaços culturais, ou com eles relacionados, que podem ser utilizados, para fins de interpretação e apresentação, incluindo as novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes (ICOMOS, 2008).

Os dispositivos tecnológicos de interpretação podem trazer benefícios, mas também frustrações, isto tanto para os visitantes como para os intérpretes. Os seus efeitos têm respostas mistas nas pessoas, pelo que, o seu uso deve ser criterioso (Knudson et al., 2003:121).

As recomendações para o projeto de interpretação começam baseadas em padrões de visitação, ou seja, a capacidade e o número de visitas, nomeadamente, o total de visitas anuais; o número de visitantes em dias de pico; o número de pessoas de uma só vez no local em dias normais; o número de visitantes no centro interpretativo ao mesmo tempo e os veículos de uma só vez no local. A partir desta análise o plano define, logisticamente, as experiências e o que as instalações devem oferecer aos visitantes.

Seguidamente, é importante delinear uma tipologia de visita, elaborando um Plano de Visita, e para tal, deve ser feita uma sequência padrão (ver figura 3):

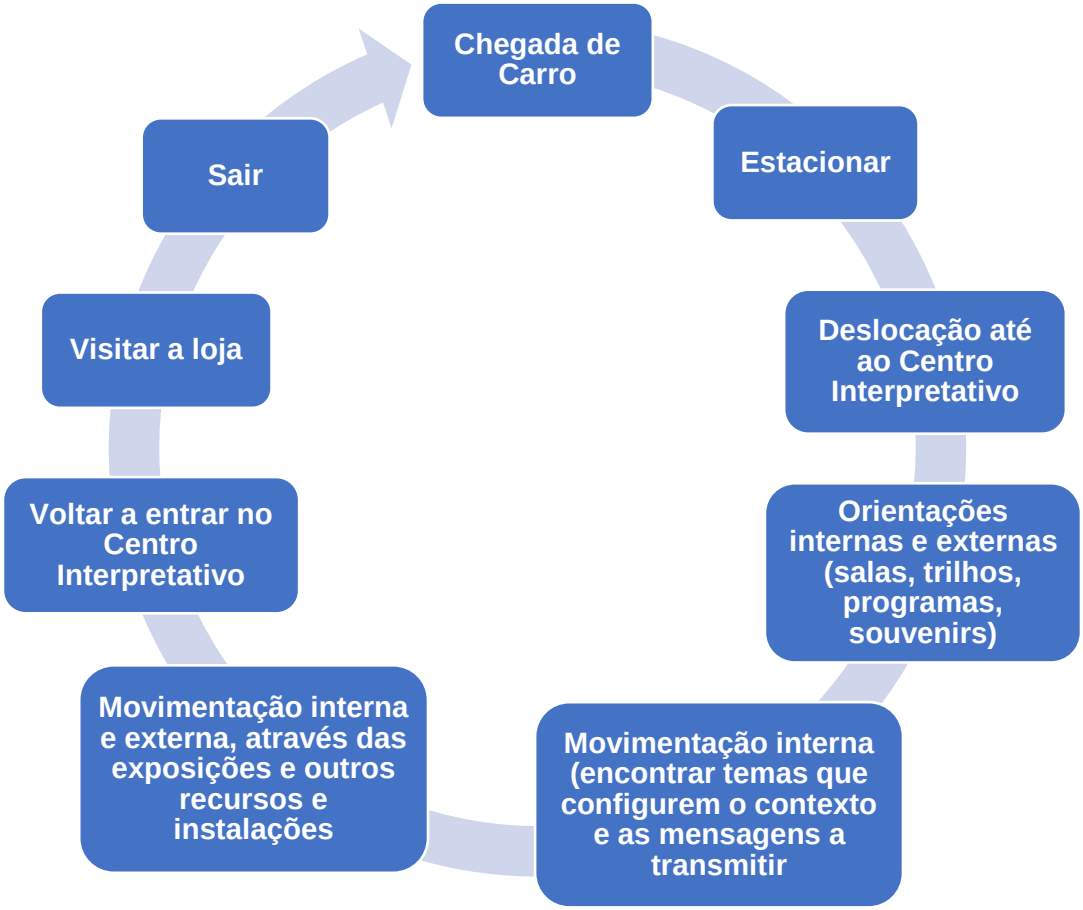


Figura 3 Esquema de sequência padrão (Elaboração própria adaptado de Knudson et. al, 2003)

Fonte: Knudson et. al, 2003

Para cada um desses locais, considera-se uma sinalização adequada e uniforme para orientar e direcionar os visitantes. Identificar bem as exposições, as salas/serviços (WC, Bar, auditório, etc), áreas de reuniões de grupo, orientação dos pontos de interceção e estacionamento de veículos é uma prioridade (Knudson et al., 2003:313).

1.5 Planeamento – Preparação do Plano

O primeiro passo para a elaboração de um plano de interpretação é o processo de planeamento. Depois de identificadas as características e funcionalidades dos recursos, o plano de interpretação sugere a forma de os relacionar com os visitantes, com base nas suas características, necessidades e desejos.

1.6 Visão geral do sítio

O Planeamento define a **visão** interpretativa de como as instalações/serviços devem servir melhor os visitantes, tendo em conta os seus recursos e propõe um conjunto de experiências para apresentar os temas e histórias. Prescreve as técnicas e os suportes a utilizar nas diferentes partes do sítio, dentro dos limites financeiros e físicos. Define ainda as técnicas e recursos interpretativos: sinais, publicações, etc. Considera o calendário e os objetivos de financiamento para o desenvolvimento e por fim, orienta o desenvolvimento de exposições interpretativas, produtos e programas interpretativos do início ao fim (Knudson et al., 2003).

1.7 Metas, objetivos e temas

Marek Nowacki (2012) Professor na WSB Merito University em Poznan, na Polónia, acrescenta, no seu livro "*Heritage Interpretation"* que, o plano de interpretação reúne, depois de analisadas, todas as necessidades interpretativas. De seguida é determinada uma ampla gama de serviços, instalações, e programas interpretativos para comunicar da maneira mais eficaz e eficiente, o propósito, significado e os temas do sítio. Sendo que, se trata de um processo orientado por objetivos que define os meios apropriados para alcançar as experiências desejadas pelos visitantes e oferece oportunidades para o público formar as suas próprias conexões intelectuais e emocionais com os significados inerentes aos recursos, protegendo-os e preservando-os.

Existem ainda quatro palavras-chave para definir o trabalho de planeamento interpretativo. A primeira é a **Visão,** que orienta o processo de planeamento para alcançar um fim. De seguida temos a **Mudança**, uma vez que os planos geralmente exigem alguns tipos de alteração nos métodos interpretativos. A gestão dos **Riscos e Conflitos** que vem com qualquer mudança. E por fim o **Desafio** que é facilitar e coordenar o processo de planeamento (Knudson et al., 2003).

Um plano de interpretação surge da análise dos seus dois principais componentes, os visitantes e os recursos. Depois de identificar as características dos recursos mais significativos e o perfil dos visitantes, deve-se definir uma visão de como o recurso deve servir os visitantes; e finalmente, sugerir como relacionar os recursos com as características, necessidades, motivações e desejos dos visitantes, propondo um conjunto de experiências, nomeadamente, temas e estórias. A gestão dos recursos deve procurar saber quem são os seus visitantes e o que procuram, de modo a poder decidir o que deseja que vejam, aprendam e apreciem. É também necessário

desenvolver diferentes temas para o sítio. Uma variedade de métodos interpretativos precisam ser prescritos. Esta etapa define como os temas serão comunicados a diferentes públicos. Por isso, é fundamental definir o número de visitantes, os espaços que vão ser utilizados, as exposições, as diferentes instalações e os parques de estacionamento (Knudson et al., 2003).

Este planeamento interpretativo envolve três etapas básicas: a recolha de factos, objetivos, público-alvo, oportunidades, opções e circunstâncias ou limitações. A definição dos temas, métodos e técnicas; e finalmente a implementação do plano (Knudson et al., 2003).

Numa outra perspetiva, Brás (2005) apresenta, os passos para o planeamento de um plano de Interpretação, considerando as seguintes fases: Inventário e análise; Definição dos objetivos; Definição dos temas; Propostas de implementação; e Diretivas operacionais (ver figura 4).

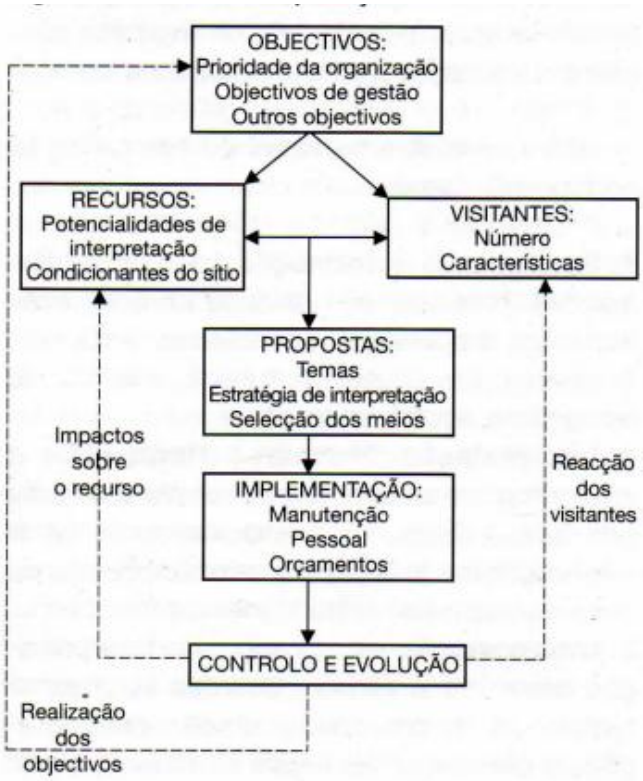


Figura 4 *Planeamento de Plano de Interpretação*

Fonte: Brás, 2005

Seguindo as perspetivas acima identificadas, depois de definidas as metas, os objetivos e os temas, seguem-se as técnicas e métodos interpretativos que darão "corpo" ao plano de interpretação propriamente dito.

1.8 Componentes do Programa

Os **painéis e placas interpretativas** (ver figura 5) são hoje bons aliados no sentido de ampliar a informação de suporte às estruturas conservadas *in loco* e funcionam como componentes do programa de interpretação. Estes devem ser colocados em harmonia com a paisagem e posicionados em frente ao monumento e em local onde os visitantes passem ou se reúnam, de modo que o recurso fique bem visível. Devem possuir um bom contraste de cores, como por exemplo, fundo claro e letra escura. Os textos devem ser breves, com cerca de 25 a 50 palavras e apresentar-se em coluna. Quanto aos seus materiais, estes devem ser sustentáveis e preferencialmente de madeira, metal, porcelana ou a fibra de vidro. As dimensões deverão rondar os 40 a 50 cm e no máximo até 106 cm. O tipo de letra serifada é o mais usual, com 72 pontos para os títulos e temas, 24 a 36 para os sumários, frases-chave ou subtemas e 18 a 20 para os detalhes de texto e legendas. Na montagem, o ângulo de perfil médio é o ideal, pois oferece facilidade de leitura a pessoas com diferentes estaturas e com mobilidade condicionada. A escrita dos textos requer clareza, simplicidade e interesse, pois as placas interpretativas devem usar uma linguagem acessível ao cidadão comum evitando, por exemplo, termos técnicos. Os textos devem chamar a atenção dos visitantes, pois são eles quem lhes fala, quem os encoraja a ler e a lembrarem-se de tudo aquilo que leram. São úteis e significativos e devem contar uma história que seja simultaneamente educativa e divertida. As suas palavras e imagens devem provocar emoções, produzindo sentimentos que ajudem o visitante a criar laços com o sítio (Knudson et al., 2003).

Considera-se, fundamental, a correta **sinalização e acessibilidade** dos sítios. Assim, além de uma necessária sinalização internacional genérica, com uma simbologia própria, têm vindo a desenvolver-se propostas isoladas, a nível municipal. Foram implantados, em Portugal, ao longo das autoestradas, painéis informativos da autoria das concessionárias, que sinalizam os locais mais marcantes do património nacional (ver figuras 6 e 7). Para tal, localmente deve necessariamente, existir um plano para a sinalização, com uma proposta genérica de sinalização para o concelho, símbolos estes, representativos da tipologia de estrutura, bem como da terminologia escolhida para a designação dos sítios. Esta preocupação deverá traduzir-se não só nas placas direcionais, como também naquelas que nos apresentam o local.

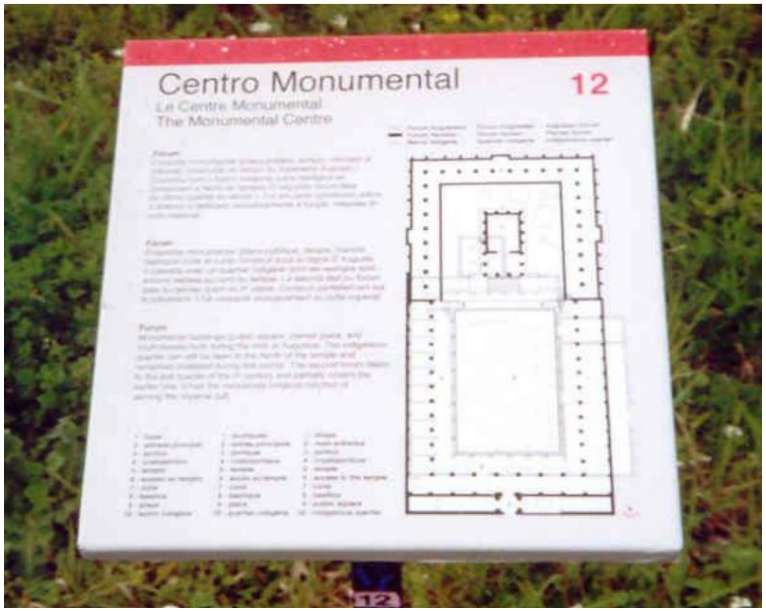


Figura 5 Placa Interpretativa

Fonte: Matos O., 2021

Figura 6 Sinais de direção e identificação turística. Infraestruturas de Portugal.

Fonte: https://servicos.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/parceiros/normas-de-sinalizacao/sinais-de-alerta

Figura 7 Sinal rodoviário de Identificação do Património. Infraestruturas de Portugal

Fonte: https://servicos.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/parceiros/normas-de-sinalizacao/sinais-de-alerta

A **iluminação** é também um sistema muito importante pois ajuda a tornar o recurso visível e a favorecê-lo, assim como a protegê-lo de possíveis atos de vandalismo. É um complemento à valorização do património e à sua segurança e proteção.

O programa de interpretação também inclui os **itinerários**, que são percursos que podem ser internos ou externos relacionados com o recurso. São estudados e idealizados para oferecer uma melhor experiência ao visitante e uma ordem lógica de visitação. Idealmente, devem ter uma sequência planeada de paragens, em que, em cada uma das quais se desenvolve uma parte do assunto tratado. Este percurso pode ser identificado por meio de, por exemplo, setas colocadas no chão, ou fixadas em pontos bem visíveis. Também por brochuras ou mapas que incluem tópicos do que vão verificar ao longo do percurso.

Outro ponto importante prende-se com o tipo de informação apresentada: uma linguagem de comunicação acessível e não técnica e uma conexão entre a informação e a proposta do itinerário. Sem essa conexão, o itinerário pode tornar-se num deambular confuso e desordenado, em nada acrescentando à compreensão (Matos, 2008).

Podem ser utilizadas diversas **técnicas de visualização**, e diversos meios que favoreçam o recurso e a sua compreensão. Muitas delas requerem tecnologia e criatividade.

Geralmente são utilizados objetos ou artefactos, que só por si se tornam monótonos. Para tal, por exemplo, é importante que esses objetos sejam incluídos num

contexto ou cenário, para os visitantes os relacionarem facilmente com um espaço ou um facto. A projeção de vídeos é utilizada também para envolver o visitante física e mentalmente. Assim como a construção de cenários, como florestas, com cheiros e sons reais. Exposições interativas permitem que o visitante, toque, sinta e manipule algo. A sensação real de texturas, por exemplo, aumenta o interesse e melhora a experiência e a aprendizagem do visitante. Também é utilizada a holografia moderna que cria modelos tridimensionais para efeitos visuais e artísticos. Neste caso, o seu custo limita a sua implementação (Knudson et al., 2003).

Existem também outros tipos de soluções que vão desde a criação de bons enquadramentos e posicionamento de visão, aparelhos de ótica, uso da luz artificial, aparelhos audiovisuais e até a criação de centros informativos junto do próprio recurso (Matos, 1992).

Portanto, as diversas técnicas de visualização, são utilizadas no sentido de comunicarem mensagens, valores, conexões e inspiração, esperando o reconhecimento dos visitantes.

A informação divulgada deve ser apropriada, inclusiva e adaptada a todo o tipo de visitantes. Deve também ser correta, clara e concisa, e baseada em fontes científicas. Muitas pessoas têm poucos conhecimentos de História, pelo que é essencial referir as datas e o contexto histórico em que a peça/monumento se enquadra. Usar imagens, como mapas, por exemplo, para ilustrar o que se quer dizer é mais eficaz do que explicar (Mineiro, 2006).

Preferir as palavras comuns a palavras raras, compridas ou difíceis de ler e pronunciar. Na necessidade de usar termos técnicos ou outros que não fazem parte da linguagem corrente, estes devem ser explicados no próprio texto ou em alternativa, deve ser construída uma frase de maneira que o significado desse termo seja simples de entender pelo contexto (Mineiro, 2006).

Numa exposição, por exemplo, pode haver vários tipos de **texto** que convém hierarquizar desde o início – textos de introdução à exposição, de apresentação de um assunto (ou de uma secção dentro desse assunto), tabelas de peças (individuais ou de grupo), ou ainda outros como painéis de contextualização, painéis didáticos dirigidos a públicos específicos como as crianças ou textos explicativos do funcionamento de equipamento (Mineiro, 2006, p. 11).

Os intérpretes usam uma ampla gama de materiais escritos para transmitir as mensagens interpretativas. A maioria enquadra-se na categoria dos livros, brochuras, catálogos, guias, etiquetas, mapas, etc. (Knudson et al., 2003). Assim, os textos escritos devem ser acessíveis à leitura da grande maioria das pessoas. Escrever de modo a chamar a atenção do visitante e a motivá-lo a ler o painel seguinte é uma arte, tem uma

técnica que se pode aprender e se aperfeiçoa com a prática. Esses textos devem ser a ponte entre o conservador, o investigador, o especialista e o público. Estes textos são uma espécie de guia pessoal do visitante na exposição, e é por isso que devem ser mais próximos do texto jornalístico. A idade de leitura a que se dirige um jornal é 10-12 anos, o que quer dizer que é facilmente lido e compreendido pela maioria da população, jovens e adultos que não precisam de ter uma escolaridade muito avançada. A regra de ouro é um assunto por parágrafo, uma afirmação por frase. Tanto as frases como os parágrafos devem ser curtos, embora com tamanho variável para que o ritmo da leitura não seja monótono (Mineiro, 2006:3).

O tipo de **linguagem** utilizado é de elevada importância, pois é desta que vai depender a compreensão de todo o contexto. Assim, a linguagem necessita de ser adequada, simples e clara. Sem utilização de termos técnicos e de fácil compreensão para qualquer tipo de público.

A linguagem interpretativa tem três componentes, nomeadamente, o texto, o objeto e o design que devem constituir o ponto central de um plano de interpretação, de modo a combinar e a relacionar, eficazmente, os recursos e os visitantes (Knudson et al., 2003:224).

Tilden (1977:58) observa que a utilização de linguagem técnica e desconhecida, pode gerar desinteresse por parte do visitante. Se este não poder entender prontamente a linguagem utilizada, pode facilmente concluir que o local está além do seu alcance e capacidade de desfrutar. É primordial achar o encontro entre a mensagem e o visitante.

Portanto, deve ser usada uma linguagem simples e direta, do dia-a-dia, evitando frases complexas (Mineiro, 2006).

A **comunicação e informação** eficientes contribuem, consideravelmente, para o sucesso na rentabilização de um sítio patrimonial.

É então importante definir, previamente, o tipo de informação que deverá ser expressa e os públicos-alvo a que se destina. Envolver o visitante oferecendo experiências de comunicação interativa, é um fator de sucesso, principalmente nos jovens em idade escolar. Existem, assim, diferentes estratégias de comunicação de acordo com o público-alvo a atingir (Matos, 2008).

A **divulgação** será outro dos fatores a ter em conta. Uma enorme atenção deve colocar-se na escolha da informação que aí importa veicular. Não se visita aquilo que não se conhece; para querer conhecer é necessário estar motivado; e a motivação depende, também, de alguma forma, do grau de atratividade (Matos, 2008). Campanhas com imagens cativantes e informação de leitura agradável e atualizada (desdobráveis, cartazes, postais) devem ser divulgadas a partir da entidade gestora, em colaboração com as autarquias, as regiões de turismo e as associações culturais. A

responsabilidade destes conteúdos será do responsável científico do sítio, em colaboração com um técnico de publicidade e marketing (Matos, 2008).

Outro meio que oferece hoje em dia amplas possibilidades de divulgação é a *World Wide Web,* pois esta chega mais longe e alcança um maior número de pessoas. A presença online é atualmente fundamental para o sucesso e a relevância de qualquer projeto. Uma página de internet bem desenhada e estruturada, junta aos textos de divulgação e informação, fotografias, imagens, animações, visitas virtuais, etc. (Matos, 2008).

Finalmente, a divulgação pode também ser realizada através de parcerias mediante a pré-venda de bilhetes de ingresso por agências de viagens. Esta parceria poderá ser feita em conjunto com outros sítios, museus ou recursos da região, constituindo parte de um circuito ou itinerário temático (Matos, 2008).

1.9 Implementação

A elaboração de um plano de interpretação pressupõe a definição clara de princípios chave, sem cair em minúcias. O plano deve ser lido por quem o irá implementar e permanecer como uma referência para aí voltar sempre que seja necessário. Deve ser conciso e claro, de forma a transmitir as ideias e as abordagens, estimulando e dirigindo a imaginação dos intérpretes e supervisores (Knudson et al., 2003:320). Esta etapa do processo de planeamento deve realçar os custos reais/orçamento, os timings, a logística, os equipamentos, as instalações, os tempos de desenvolvimento, a manutenção e o calendário (Veverka, 1994).

1.10 Equipamentos e desenvolvimento do sítio

Desenvolver uma estratégia de implementação é fundamental. A decisão para a implementação do projeto interpretativo requer tempo e planeamento efetivo e cuidadoso. Geralmente são exigidos materiais e **equipamentos** dispendiosos. Exigem também, meios atraentes ao visitante. Portanto é importante pensar em como o cativar, como o envolver, como o manter o tempo suficiente para apreciar e assimilar a mensagem e como fazer com que o visitante consiga conectar os recursos ao mundo em redor (Knudson et al., 2003). Assim, a interpretação pode ser conseguida através de vários meios, incluindo: placas e painéis informativos ou interpretativos, exposições de tipo museológico, passeios a pé ou trilhos, palestras, visitas guiadas e aplicações multimédia. Pode também incluir publicações impressas e eletrónicas, conferências,

instalações *in situ*, programas educativos, atividades comunitárias, investigação e formação. Para complementar as técnicas de interpretação são também utilizados equipamentos e serviços que se entendem como todas as instalações físicas, os equipamentos e os espaços culturais, ou com eles relacionados, que podem ser utilizados, para fins de interpretação e apresentação, incluindo as novas estratégias de interpretação e as tecnologias existentes (ICOMOS, 2008).

Tendo em conta o estudo de caso e o trabalho desenvolvido no presente projeto, importa abordar a questão da Interpretação não-pessoal. A interpretação não-pessoal domina a maior parte das experiências dos visitantes, que se orientam sozinhos usando mapas, placas, etiquetas, folhetos e sinais como as suas principais fontes de interpretação. Na maioria dos casos, o trabalho não-pessoal atingirá muito mais pessoas do que os encontros pessoais com guias intérpretes. Este caso evidencia a necessidade de um bom planeamento, para que sejam projetados, escritos e colocados estrategicamente os diferentes meios interpretativos não-pessoais. Podem ser utilizados variadíssimos métodos interpretativos que fornecem informação sendo os mais comuns: as exposições, imagens, sinais e placas interpretativas, publicações, brochuras, mapas, vídeos, áudios, etc. (Knudson et al., 2003:232).

Este tipo de interpretação não pode ser considerado impessoal, pois é feita por pessoas que a planeiam e preparam, para pessoas que a recebem. Inevitavelmente, a interpretação recorrerá cada vez mais a dispositivos tecnológicos como: imagens, slides, computadores, realidade virtual, etc., mas o importante é encontrar o meio termo, ou seja, transformar até o mais impessoal, na matéria da realidade, encontrar um equilíbrio entre a filosofia, a realidade e a tecnologia de modo a alcançar mais visitantes. Para tal, é necessário arte, imaginação e habilidade para criar e aproximar mais o visitante da realidade (Beck & Cable, 2011).

1.11 Manutenção, calendário e orçamento

O sucesso da implementação do projeto interpretativo está onde todos beneficiam da experiência (Knudson et al., 2003).

Para tal, é necessária uma gestão funcional e efetiva, onde importa a necessidade de se evitar os perigos para a conservação e a **manutenção** dos sítios. De acrescentar ainda, um outro conjunto de desafios que envolvem não só as questões orçamentais, o pessoal especializado, as equipas de manutenção e segurança, mas também a gestão e satisfação do público, os programas didáticos e todo o stock e material de divulgação (Matos, 2008).

A manutenção e o orçamento são geralmente vistos como questões desafiantes. Como em qualquer outro serviço/negócio, a satisfação dos clientes é um fator primordial, então, a interpretação desempenha aqui um papel crucial para o sucesso do projeto (Knudson et al., 2003).

A gestão de um sítio exige permanência ou assiduidade nele ou visitas frequentes por parte do seu responsável científico. Um organograma deve apresentar todo o staff do local. Isto inclui os membros da direção, os técnicos e todo o pessoal de manutenção, bilheteira, loja, limpeza, etc.

É necessário assegurar um programa de manutenção adaptado à realidade do sítio, apostando no combate à invasão de ervas e arbustos infestantes, a limpeza e recolha de lixos, a verificação do estado do recurso patrimonial, dos painéis e placas interpretativas, vedações, a sinalização, o estado dos caminhos e as orientações de percurso. Quando se trata de locais privados, cabe à tutela assegurar a responsabilização do proprietário pela garantia de conservação do sítio (Matos, 2008). A inexistência de um plano de manutenção, poderá conduzir ao insucesso do projeto, dado que, são necessárias condições mínimas para possibilitar a visitação.

Outro fator de sucesso na implementação de um plano de interpretação, é a **calendarização.** Para tal, é necessário ter nesta altura as metas e objetivos do plano bem definidos, depois identificar todos os intervenientes no projeto, listar e atribuir tarefas e por fim, definir datas e frequências.

Financeiramente todos os projetos apresentam desafios, pois os **orçamentos** são geralmente escassos. A interpretação sugere inovação, e em regra os intérpretes são pessoas bastante criativas, no entanto, as questões orçamentais podem por vezes ser um obstáculo para os meios interpretativos mais inovadores. Portanto, na criação do plano de interpretação é importante que estas limitações sejam tidas em consideração. Por conseguinte, Knudson, Cable e Beck (2003:344) afirmam que o trabalho árduo, o planeamento inovador e a visão voltada para o futuro permitiram que muitos negócios prosperassem financeiramente. A aplicação de estratégias comerciais e de marketing de última geração, juntamente com uma forte base filosófica nos valores da interpretação da história cultural e natural, podem ajudar a construir negócios interpretativos mais fortes e autónomos, mesmo em tempos difíceis.

Considerando que o que aqui se apresenta é o desenho de um plano de interpretação, com propostas e abordagens, não serão aqui expressados custos associados à sua implementação.

1.12 Utilização Tipo das Instalações

O sítio pode incluir vários tipos de instalações e estas com diversas funcionalidades. Cada um desses locais carece de sinalização de modo a orientar e informar os visitantes. Dentro das utilizações tipo, estas instalações podem ser, áreas de exibição, auditórios, casas de banho, áreas de informação, lojas, serviços administrativos, espaços de trabalho, arrumos, áreas de alimentação (bares, refeitórios), salas de reunião, áreas de estacionamento, etc. (Knudson et al., 2003:313).

1.13 Áreas de informação/orientação e exibição

A interpretação acontece geralmente em museus e centros de interpretação. Estes podem funcionar em edifícios instalados em cidades, parques naturais, palácios, igrejas, etc. A sua estrutura diverge dependendo do tema e do local onde se situa e ainda da história que se quer contar. O próprio design do edifício transmite parte da mensagem do tema em questão. O tamanho das áreas deve ser reflexo do número de visitantes por hora nos horários de pico e devem também ser acessíveis a todos. Assim, e no sentido de proporcionar a melhor experiência, é prioritário que o espaço possa acolher, confortar, orientar, informar e convidar à participação dos visitantes.

As áreas existentes podem variar, mas normalmente os museus e centros de interpretação oferecem: área de receção e informação ao visitante, que funciona também como bilheteira; sanitários; loja para venda de publicações e lembranças; eventualmente bar ou restaurante; biblioteca, que disponibiliza para estudo e pesquisa, livros, brochuras e relatórios; áreas de exibição permanentes e temporárias com diversas coleções e equipamento tecnológico e audiovisual; auditório, que pode ter várias utilizações (cinema, teatro, música, seminários, etc) e salas de aula, para apoio a escolas e professores.

A possibilidade de o sítio cumprir outras funções, dentro das áreas disponíveis, passa pela introdução de experiências para os visitantes. Concretizando-se através de diversas atividades e projetos, como feiras, conferências ou concertos. Estas atividades são introduzidas com o intuito de aproximar os locais ao património através da criação de serviços educativos para públicos escolares e de serviços culturais destinados a públicos mais vastos, como instrumento de aprendizagem e animação sociocultural permanente (Duarte, 2013). Estas atividades podem concretizar-se com a elaboração de trilhos, itinerários ou rotas; ateliers; workshops; visitas guiadas para públicos específicos; visitas noturnas; concertos e performances (Knudson et al., 2003).

1.14 Requisitos audiovisuais

O programa interpretativo envolve um diverso conjunto de assuntos e atividades, buscando atender a todo o tipo de público. A tecnologia moderna oferece, hoje em dia, uma variedade de equipamentos e ferramentas que cabe ao intérprete escolher tendo em conta as vantagens, finalidades e custos envolvidos. O potencial das tecnologias é muito vasto, mas a sua aplicação e utilização deve ser criteriosa, pois requer uma manutenção rigorosa (Knudson et al., 2003).

Grandes telas com projeção de vídeo são hoje em dia muito utilizadas, tanto em sítios naturais, como culturais e históricos, oferecendo grande oportunidade de interpretação (Knudson et al., 2003). O uso de computadores, painéis interativos e dispositivos de realidades virtual, torna o museu ou centro de interpretação mais atrativo para a sociedade contemporânea." *Tais recursos vêm auxiliar na resolução de problemas quotidianos, onde a ciência e a tecnologia encurtam a distância entre os indivíduos e os lugares. A eficácia e a rapidez do processo virtual, no que tange a informação, fazem com que haja maior interação a nível global."* (Rezende, 2016:22).

Os intérpretes enfrentam desafios e oportunidades ao usarem tecnologias audiovisuais, ao aproveitar o seu poder de alcance, no sentido de informar e transmitir aos visitantes mensagens válidas de interpretação e valorização do património (Knudson et al., 2003).

Ainda, de acordo com Hall e McArthur (1998), os meios audiovisuais são das técnicas que mais atraem os visitantes. Estes meios são normalmente dotados de interatividade, o que os torna muito apelativos do ponto de vista sensorial. São igualmente muito flexíveis, pois são facilmente adaptados aos vários tipos de visitantes e de simples execução e repetição dos conteúdos.

1.15 Usos administrativos e áreas de vendas

Dentro das instalações do museu ou centro de interpretação, existem várias áreas, sendo elas comuns a colaboradores e visitantes e outras exclusivas ao staff. Essas zonas exclusivas incluem áreas de uso administrativo com funções internas da gestão do sítio, como escritórios e salas de trabalho e armazéns. As áreas de vendas são comuns e incluem as bilheteiras, loja de lembranças e de produtos da região, venda de livros e outras publicações, bar ou restaurante (Knudson et al., 2003).

1.16 Monitorização, Avaliação e Revisão do Plano

Um plano de interpretação não termina no momento da implementação do plano, deve antes ser um processo contínuo de monitorização e atualização. A monitorização e revisão permitem adaptações no decorrer do tempo que são a base para o registo da evolução permanente do plano de interpretação. As adaptações podem ser o resultado, por exemplo, da opinião dos visitantes, quer através da observação (comportamentos, atitudes, expressões, etc), quer da realização de inquéritos junto deles (Brás, 2005).

A Carta Ename (2008) refere ainda que, deve ser dada continuidade à pesquisa, formação e avaliação. A continuidade da pesquisa e da consulta são importantes para promover a compreensão e a apreciação da importância de um sítio e devem ser elementos integrantes de cada plano de interpretação do património. Os visitantes, os intérpretes e os membros das comunidades associadas, devem ser envolvidos neste processo de contínua monitorização do processo de interpretação.

A avaliação mantém o programa interpretativo atualizado, evitando a sua estagnação. Em complemento, a avaliação e monitorização englobam, para além dos interesses e necessidades dos visitantes, o desempenho dos intérpretes, para que estes profissionais encontrem sempre novas metodologias de trabalho; a qualidade das instalações, para conceber se são as mais adequadas e a produtividade global do programa e das instalações, para aferir a eficiência do investimento financeiro (Knudson et al., 2003).

Capítulo V. Caracterização do Estudo de Caso

O Centro Histórico da cidade de Viana do Castelo foi o local selecionado para este estudo. Cada cidade tem aquilo que se convencionou chamar de Centro Histórico, um local onde a voracidade do progresso poupou as memórias materiais que lhe conferem a identidade (Fernandes, 2011:13). O seguinte capítulo aborda o conceito de Centro Histórico e a sua importância para o turismo. Segue-se uma breve apresentação da cidade de Viana do Castelo, do seu Centro Histórico e do Património nele contido.

Considerando que geograficamente os Centros históricos podem ser de cidades, vilas ou aldeias e uma vez que o estudo de caso se irá incidir no Centro Histórico de Viana do Castelo, ter-se-á em consideração apenas as definições de Centro Histórico urbano.

1. Centro Histórico

O Centro histórico é o espaço geográfico onde estão reunidos os edifícios mais antigos de uma localidade, os quais possuem interesse histórico e com valor social, cultural e turístico. Normalmente nestes locais encontram-se estruturas com diversas funções, principalmente habitacional, comercial e serviços.

De acordo com o Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 426/89 de 6 de dezembro (Revogado pelo Decreto-Lei n.º 220/08, de 12 de novembro) os Centros Históricos são "…*conjuntos edificados cuja homogeneidade permite considerá-los representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar…"(p.5310)*

A UNESCO (1976) definiu os centros históricos como sendo um conjunto histórico ou tradicional que faz parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, assegurando a presença viva do passado que os modelou.

Já em 1987, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, também conhecida como Carta de Washington e complementar à Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (Veneza, 1964)1, refere nos seus termos que, todas

[1] Carta de Veneza (1964) A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de

as cidades do Mundo, por serem o resultado de um processo de desenvolvimento mais ou menos espontâneo, são a expressão material da diversidade das sociedades ao longo da sua História. Refere ainda que os centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo homem constituem documentos históricos e são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.

Estes, pelo seu enquadramento natural ou construído, exprimem os valores próprios das civilizações. É necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social (…) (Salgueiro, 1992: 392).

Caetano (1999:17) refere, que o que se denomina de Centro Histórico coincide com o espaço urbano que, nos séculos passados, correspondia à totalidade da cidade, onde conviviam distintas classes sociais e todos os meios urbanos de produção, artesanato, comércio, negócios e administração, sedes de instituições, governo, etc.

O centro histórico coincide normalmente com o centro da origem do conjunto populacional, de onde surgem outras áreas consolidadas pelo passar do tempo, conferindo assim a esta zona características e identidade próprias, cuja delimitação deve implicar um conjunto de regras relativas à sua conservação e valorização (DGOTDU, 2005).

É também, por definição, um lugar central relativamente à restante área construída, sendo definido pelo seu "…poder de atração sobre os habitantes e turistas, como foco polarizador da vida económica e social (…) permanecerá sempre como a parte antiga da cidade, e isso explica que o elemento mais marcante de um centro histórico na atualidade seja a sua imagem simbólica" (Cavém, 2007:16).

O centro histórico é o local de encontro, pois, a sua centralidade e valor histórico, torna-o o ponto principal da cidade. Esta dualidade de espaço e tempo, torna-o o lugar de encontro de uma população que vive além do próprio centro. É também o local onde diferentes sociedades de diferentes épocas e momentos históricos se encontram. O centro histórico transcende o tempo e o espaço e torna-se simbólico pelo seu património e este simbolismo permite ao cidadão identificar-se e através da sua centralidade e do seu sentido de pertença e identidade (Carrión & Hanley, 2007).

Desde há séculos que as cidades são o resultado das sociedades que as construíram e edificaram física e culturalmente, através de um processo contínuo ao longo dos tempos. Todo o conjunto de atividades económicas e sociais, cívicas,

---

uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.

habitacionais e patrimoniais, prestadas pelas cidades tinham o seu núcleo nos seus centros históricos, a sua área mais central (Sebastião, 2010).

O conceito é transversal aos vários autores, permanecendo a ideia de que os Centros históricos se revestem de elevada importância sendo o espelho da identidade local, a expressão do património e a representação da evolução histórica e humana da cidade.

2. A Importância dos Centros Históricos para o Turismo

O património cultural está diretamente ligado ao turismo, pois este constitui uma forte atração turística. O turismo, por sua vez, promove e aproxima os visitantes ao património.

Ruschmann (1997) refere que os Centros históricos são áreas de grande interesse turístico, nas quais o turismo poderá desenvolver-se paralelamente com outras atividades económicas, dado que a maioria dos monumentos históricos se situam dentro das zonas urbanas, e tratando-se de cidades históricas, podem ter no turismo uma fonte de rendimento.

Os centros históricos de muitas cidades, enquanto lugares de património e de convergência de dinâmicas, reúnem uma riqueza de recursos culturais, reflexo de uma forte identidade construída ao longo da história, e por tal, constituem uma forte atração turística, pelo que têm vindo a captar uma crescente procura (Henriques, 2003).

Os centros históricos, enquanto locais centrais onde se desenvolve toda a ação cultural, social, política e económica, possuem um forte valor simbólico, favorecendo o sentimento de pertença das comunidades locais. O sector do turismo e o sector cultural têm vindo a assumir um papel relevante na sociedade contemporânea e assumem-se como áreas estratégicas responsáveis pelo crescimento económico e social de muitos territórios (Baptista & Ferreira, 2010).

Os turistas procuram experiências autênticas nos tempos e lugares fora dos quotidianos. Os centros históricos tornam-se focos de atenção pela sua simbologia e autenticidade (Bishara, Lopes, Amorim, & Figueira, 2014).

O património cultural do centro histórico está profundamente relacionado com as vivências de uma comunidade e a sua salvaguarda representa valorizar não só o seu

potencial turístico, como também as suas memórias, histórias e acima de tudo a identidade local (Bishara et al., 2014).

O turismo apropria territórios, patrimónios e criação contemporânea. O valor histórico e patrimonial do centro histórico, apropriado pelos turistas que o visitam, coloca em evidência matrizes identitárias que facilitam a ligação dos turistas à comunidade. Neste sentido, a comunidade local tem um papel fundamental, ao assumir o protagonismo na imersão dos turistas e ao coadjuvar as suas experiências que se pretendem, "únicas e autênticas" (Ashworth &Tunbridge, 2000 cit in Bishara, Lopes, Amorim, & Figueira, 2014)

Em 1967, resultado da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), foi elaborado um relatório conhecido como as Normas de Quito. Este documento centrou-se na valorização do património cultural em função do turismo, propondo medidas legais e técnicas para a fruição turística do património. Referindo ainda que, os investimentos económicos resultantes do turismo, poderiam simultaneamente favorecer a conservação do património e o desenvolvimento turístico, contribuindo para a melhoria das comunidades (Rocca & Oliveira, 2020).

O património aliado ao turismo tornou evidente as suas consequências económicas e sociais. A exploração turística dos recursos patrimoniais permite uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, mesmo para regiões até então menos exploradas, criando postos de trabalho e revitalizando as economias locais (Silva, 2000: 220).

3. Viana do Castelo

Viana do Castelo é uma cidade repleta de história, cultura e tradições, que reúne em si um conjunto de fatores relevantes que a tornam um destino turístico em desenvolvimento.

3.1 Viana do Castelo – Destino Turístico

Viana do Castelo é uma cidade costeira no Norte de Portugal conhecida pelo seu património histórico-cultural e natural, estando enquadrada no referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década - **Estratégia Turismo 2027 (ET27).**

Situa-se a cerca de 45 minutos do aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro no Porto e a 60 minutos do aeroporto de Vigo (Espanha). Tem acessibilidades funcionais

como as autoestradas A27 e A28, estação rodoviária e ferroviária e porto de mar (ver figura 8).

Figura 8 Mapa de Portugal. Comarca de Viana do Castelo

Fonte: https://comarcas.tribunais.org.pt/comarcas/comarca.php?com=vianacastelo

A etnografia vianense, recai essencialmente no folclore português e no artesanato, com especial relevo para a louça, os bordados e os trajes.

A cidade conjuga, a arquitetura antiga com a arquitetura contemporânea, proporcionando ao centro histórico e envolvente da cidade uma equilibrada junção do clássico com o moderno. A Praça da República é, há quinhentos anos, o centro cívico da cidade. O Templo do Sagrado Coração de Jesus, no topo do Monte de Santa Luzia a 250 metros de altitude, situa-se em zona privilegiada, quer pela paisagem, quer pelo caráter sagrado do local (CMVC, 2022). O Funicular de Santa Luzia, leva os visitantes a vencer um desnível de 160 metros, numa viagem de seis a sete minutos percorrendo 650 (seiscentos e cinquenta) metros.

Reconhecida como património da cidade, a Ponte Eiffel constitui uma obra de engenharia e um exemplar da arquitetura do ferro do século XIX (Ambitur, 2022). Na frente ribeirinha da cidade, localiza-se a moderna Praça da Liberdade de Fernando Távora, a Biblioteca Municipal de Siza Vieira e o Centro Cultural de Eduardo Souto Moura (Ambitur, 2022)

Culturalmente, possui um conjunto de espaços culturais como, teatro, cinema, biblioteca e diversos museus (CMVC, 2022). Conta com uma rede de museus: O Museu de Artes Decorativas, instalado numa mansão senhorial do século XVIII, possui uma importante e valiosa coleção de faiança antiga portuguesa dos séculos XVII a XIX, que

inclui diversas peças da fábrica de louça de Viana. Neste espaço, é ainda possível descobrir o espólio da azulejaria portuguesa e hispano-árabe. O Museu do Traje alberga um variado espólio de trajes e de ourivesaria tradicional, promovendo e valorizando o património concelhio. O Navio Gil Eannes assumiu funções de museu em 1998, foi construído nos antigos Estaleiros Navais de Viana do Castelo em 1955, teve como missão apoiar a frota bacalhoeira nos mares da Terra Nova e Gronelândia. Em 1998, voltou para se tornar memória viva do passado marítimo e da construção naval da cidade e do país (CMVC, 2022). A Casa dos Nichos é um edifício do séc. XV que acolhe uma área expositiva do espólio arqueológico do concelho, com destaque para o período da Pré-história, Idade do Ferro e Romanização (CMVC,2022).

O feriado municipal a 20 de agosto, marca as festas em honra da Nossa Senhora da Agonia padroeira dos pescadores, também chamada Romaria d'Agonia, que nos moldes atuais se celebra desde 1823. Viana é também uma cidade de Desporto, cidade náutica, ligado ao rio e ao mar a assumir-se, cada vez mais, o turismo desportivo, contando com quatro centros náuticos de remo, canoagem, surf e vela (Ambitur, 2022).

Gastronomicamente está ligada ao bacalhau, pois da cidade partiam para a Terra Nova e Gronelândia os bacalhoeiros. Para além dos diversos pratos de Bacalhau, dos quais se destaca o "Bacalhau à Viana", são típicos o peixe fresco e as pataniscas, acompanhadas pelo Vinho Verde da região. Nos doces, a conventual Torta de Viana (Ambitur, 2022).

Dada a sua posição geográfica, a cidade beneficia com as presenças do rio, da montanha e do mar, oferecendo condições de acolhimento a veleiros de recreio e à prática de todas as modalidades de desportos náuticos, contando com quatro centros náuticos de remo, canoagem, surf e vela (CMVC, 2022). Nos últimos anos a cidade tem vindo cada vez mais a afirmar-se no que diz respeito ao desporto, revelando um novo lado do território. Viana do Castelo foi eleita Cidade Europeia do Desporto em 2023 pela Associação das Cidades Europeias do Desporto (ACES Europe). Esta candidatura teve como propósito destacar a cidade no plano nacional, europeu e mundial como uma referência na área do desporto e do bem-estar. Durante o ano de 2023 foram realizados 406 eventos desportivos, que envolveram 177 clubes/entidades, 203.977 atletas/participantes de 79 modalidades (CMVC, 2023). Possui ainda, uma estruturada rede de trilhos permitindo ao caminhante o encontro e a relação com a natureza e as comunidades locais.

Economicamente, o município de Viana do Castelo, já não se sustenta apenas nos seus Estaleiros Navais, mas também no turismo, no comércio, nos serviços e indústria (Marques & Sobreira, 2016). Reúne cerca de um terço das empresas instaladas no Alto Minho, pois fixa 47,8% das empresas de grande dimensão. Os

estabelecimentos económicos do município, nos diferentes setores de atividade, são responsáveis por 45,2% do volume de negócios gerados no Alto Minho (INE, 2021).

Como destino turístico, a cidade oferece uma combinação de locais históricos e experiências culturais, proporcionando uma conjugação harmoniosa entre a arquitetura clássica e a moderna.

3.2 O Centro Histórico de Viana do Castelo

A cidade atual de Viana do Castelo, provém de uma pequena povoação na foz do Rio Lima, a "villa" de Adro ou *Atrium* (Fernandes F., 1990). Pertence a um conjunto de povoações portuárias com estuário fluvial, para as quais a época da expansão marítima portuguesa foi uma fase de apogeu e crescimento (Fernandes M., 2005).

Em 1973 foi definida uma área designada como Zona Arqueológica, que inclui o centro histórico que se estende até ao Forte de Santiago da Barra, incluindo o espaço afeto aos Estaleiros navais de Viana do Castelo, bem como às imediações do antigo Convento de Santo António e a toda a área circunscrita entre a Avenida Capitão Gaspar de Castro e a Estrada da Papanata, até à junção de ambas, em São Vicente. Mais tarde, em 2002, o poder político municipal vianense definiu os limites do Centro Histórico de Viana do Castelo aquando da implementação do Plano de Pormenor do Centro Histórico publicado na Declaração 248/2002 Série II (Fernandes M., 2005). Segundo este Plano, o Centro Histórico de Viana do Castelo tem uma área de cerca de 61ha, a qual engloba o núcleo medieval e as áreas adjacentes de crescimento da cidade e encontra-se delimitado a nascente e norte pela linha de caminho-de-ferro, a poente pela Avenida do Campo do Castelo e a Sul pela Avenida João Alves Cerqueira, Largo João Tomás da Costa e Jardim Marginal (ver figura 9).

Apresenta uma dimensão e forma urbana sujeita à relação entre os elementos naturais - o mar, o rio e a montanha. O tecido urbano é compacto e regular, de matriz ortogonal adaptada à forma da margem do rio e ao relevo. A partir de uma ocupação medieval, imposta pela muralha, a cidade cresceu até ao princípio do século XX através da abertura de arruamentos ortogonais, que desenharam quarteirões livres de construções no interior e ocupados perifericamente por edifícios geminados entre si, de grande homogeneidade construtiva, caracterizados pelo uso de pedra, madeira e reboco que, resultou num conjunto urbano equilibrado e variado (CMVC, 2016).

Para além das características físicas do território, a cidade teve a sua implantação tendo em conta influências decorrentes de aspetos políticos, socioeconómicos, técnicos e culturais que caracterizavam a época. A muralha apresentava uma forma ovalizada com um perímetro de cerca de 685 metros, 10 metros

de altura e pouco mais de 2 metros de espessura, delineada pelas portas e pela torre de menagem (Fernandes M., 2005). As portas da muralha constituíram elementos essenciais na estruturação do plano urbano e serviam como meio de comunicação com o exterior (ver figura 21). Estas portas e postigos, tinham nomes associados à proteção divina (Porta das Atafonas ou de São Pedro, Porta do Postigo ou de São Crispim, Porta do Campo do Forno ou de São Tiago e Porta da Ribeira ou de São João) (Fernandes M., 2005).

Em termos populacionais e de acordo com os valores do Numeramento entre 1527-1532[2], Viana do Castelo contava com 968 moradores (Fernandes M., 2005).

A seguinte figura ilustra o limite do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo (ver figura 9).

Figura 9 Limite do Plano de Pormenor do Centro Histórico

Fonte: Câmara Municipal de Viana do Castelo

3.3 O Património do Centro Histórico

O Património, nas suas diversas manifestações, desde os monumentos históricos e museus, as práticas tradicionais e formas de arte, enriquece as nossas vidas

[2] O Numeramento dos moradores, ou vizinhos, que viviam nas "cidades, vilas e lugares" das seis comarcas do Reino de Portugal, foi ordenado por D. João III em julho de 1527 e completou-se até abril de 1532. Implementado para tornar mais eficaz a administração do Reino, através do conhecimento pormenorizado do povoamento.

quotidianas de inúmeras formas. Este constitui uma fonte de identidade e coesão para as comunidades (UNESCO, 2024).

O Património é tudo o que nos é transmitido como uma herança, remetendo-nos à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pelos antepassados, sendo também um conjunto de conhecimentos e realizações de uma comunidade, reunidos ao longo da história e que os identifica (Rodrigues & Coêlho, 2023).

Viana do Castelo integra um vasto e diverso património histórico-arqueológico, exemplo disso são: a Citânia de Santa Luzia ou Ruínas da cidade velha de Santa Luzia; a Igreja de Santa Cruz (São Domingos); a Misericórdia de Viana do Castelo; os Paços do Concelho; o Palácio dos Viscondes de Carreira ou dos Távoras ou Câmara Municipal de Viana do Castelo; a Casa de João Velho ou dos Arcos; a Casa de Miguel de Vasconcelos ou Casa dos Medalhões e o Chafariz da Praça da Rainha estes edifícios estão classificados como Monumentos Nacionais. As gravuras rupestres de Montedor; a Casa dos Werneck; a Casa dos Costa Barros; a Casa da Praça ou Casa da Capela das Malheiras; o Forte ou Castelo de Santiago da Barra; a Igreja Matriz de Viana do Castelo; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, estão classificados como Imóveis de Interesse Público (CMVC, 2011).

O Centro Histórico de Viana do Castelo reúne um conjunto patrimonial, que guarda e revela a identidade e a história da cidade e da sua comunidade. Este local é caracterizado por uma mistura de estilos arquitetónicos que refletem diferentes períodos da história portuguesa e o seu património constitui um atrativo turístico.

Como base de seleção das temáticas para o projeto de um Centro de Interpretação, apresenta-se, como complemento à consulta, em **Apêndice**, uma lista dos monumentos mais significativos do Centro Histórico de Viana do Castelo, selecionados pela sua importância histórica e como representações de diferentes épocas que marcaram a construção e evolução da cidade e da sua comunidade, sendo também os mais visitados e os que mais podem contribuir no desenho do circuito interpretativo.

Capítulo VI. Projeto para um Centro de Interpretação para o Centro Histórico de Viana do Castelo

1. Análise

Analisando a oferta turística em Viana do Castelo, no que diz respeito à promoção do seu património e à relação entre o visitante, a cidade/centro histórico, foram identificadas três fragilidades: a promoção turística desintegrada, com foco para o artesanato, folclore e eventos periódicos, como se verifica nos diversos momentos em que o Turismo de Viana do Castelo participa; a escassez de uma oferta turística cultural diversificada e o não aproveitamento do valor histórico da cidade, considerando por exemplo, a época da expansão marítima que muito contribuiu para a sua identidade, história e desenvolvimento.

Novas formas de interpretação e novas dinâmicas culturais resultam da necessidade de se encontrarem diferentes modelos de comunicação cultural e patrimonial. Assim, nos últimos anos, tem surgido um novo conjunto de estruturas culturais, os chamados Centros de Interpretação, no sentido de transmitir e reafirmar conhecimentos, costumes, usos e outras práticas materiais e imateriais que resultam da identidade cultural de cada comunidade (Lima, et al., 2019).

Pretende-se, portanto, a criação de um documento capaz de oferecer as propostas e abordagens metodológicas para o projeto de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo, seguindo a metodologia das bases do plano de interpretação atrás apresentadas.

2. Conceptualização do Centro de Interpretação

A conceptualização de um Centro de Interpretação surge como uma iniciativa inovadora destinada a preservar, valorizar e divulgar a herança cultural e histórica da cidade. Propõe criar uma experiência imersiva e educativa que conecte os visitantes ao

património, à história, aos costumes e à diversidade cultural da região. O conceito de um Centro de Interpretação vai além de uma simples exibição de artefactos e informações, trata-se de criar uma narrativa envolvente que permite aos visitantes compreender e apreciar o valor intrínseco do património cultural de Viana do Castelo. Com um conceito polivalente e inclusivo, servindo como um ponto de encontro para a comunidade local, um recurso educativo para as escolas, e um destino atraente para os turistas.

2.1 Designação

Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo

2.2 Proposta

Apresentação de proposta para a criação de um Projeto para o Centro de Interpretação a apresentar à Câmara Municipal de Viana do Castelo. Realização de estudos de prospeção/diagnóstico; investigação e documentação; planificação; implementação; monitorização e avaliação.

2.3 Breve evolução histórica do território

Far-se-á agora, para melhor enquadramento do estudo de caso, uma breve descrição da evolução histórica da cidade.

Viana do Castelo nasceu de uma pequena póvoa marítima, dotada de porto de mar, que crescia junto à foz do rio Lima, foi lhe concedida a categoria de vila em 1258 por D. Afonso III. São Salvador do Adro, como era até então chamada, possuía uma vigorosa atividade comercial e era povoada por homens do mar, mercadores e almocreves que se deslocavam, tendo por base uma rede de comunicação terrestre e fluvial. As estradas e o rio permitiam acessos rápidos às feiras de Ponte de Lima, Lindoso, Barcelos e Braga, onde eram comercializados produtos agrícolas e têxteis vindos do interior e depois expedidos pelo pequeno mercado marítimo de São Salvador do Adro. Daqui eram também enviados para a Galiza, território de contacto permanente e regular (Cardona, 2011).

No séc. XIII é construída a atual Capela das Almas, também conhecida como Matriz Velha, com funções de igreja paroquial, que marcou o auge desta comunidade com a outorga do foral Afonsino de 1258. Este foral, vem destacar a estratégia de D. Afonso III de fixar população, mas também de promover autonomia administrativa e

progresso económico à região (Cardona, 2011), assim como consagrar as qualidades marítimas da vila e das suas gentes (Peixoto, 2001). Entre os séculos XIV e XVII, a vila, sofre alterações estruturais importantes derivadas das dinâmicas urbanas, políticas e económicas. Em 1347 é concluída a construção da muralha da vila que vem proporcionar mais segurança ao burgo. São definidos os principais eixos viários, realizada a abertura de novas ruas e praças, construção de chafarizes e fontes, edificação de edifícios administrativos (Câmara e cadeia) e equipamentos destinados à cobrança de impostos e o aumento de áreas destinadas às atividades comerciais. Tudo isto levou à fixação e aumento da população (Cardona, 2011).

Dada a sua posição geográfica favorável junto ao mar e ao benefício de possuir um porto, os Descobrimentos tiveram uma grande influência na cidade (Moreira, 2005). Em 1512 é outorgado novo foral a Viana, este por D. Manuel I, O Venturoso, que considerava a vila um importante polo dinamizador do comércio marítimo. Esta importante fase de crescimento da vila, ter-se-á iniciado no século XV, sendo resultante da intensificação do tráfego marítimo e comercial, distribuído por três principais ciclos. O ciclo dos panos ingleses e do sal, até meados do séc. XVI; o ciclo do ferro e do bacalhau, até ao último quarto do séc. XVI e o ciclo do açúcar brasileiro até meados do séc. XVII. As transações comerciais e o negócio prosperavam tanto, que para defender o porto e as embarcações, foi mandada construir junto à foz do Rio Lima, a Torre da Roqueta e mais tarde acrescentada e transformada em fortaleza, que se designou de Forte de Santiago de Barra (Fernandes, 1995). A partir de 1500 foi notória a evolução urbana da vila, já com ramificações extramuros, surgindo novas ruas e praças e também casarios e solares, Viana torna-se apetecível, pois gerava riqueza e movimento (Moreira, 2005).

Uma elite social composta por mercadores banqueiros de diversas origens, designadamente ingleses, franceses, holandeses e alemães fixam-se, no séc. XVII no burgo, conferindo-lhe uma textura cosmopolita. O vigor económico de Viana deste período confirma-se também pela atratividade que exerce sobre estas comunidades estrangeiras. Marca da presença de uma elite social, empreendedora e empenhada, está plasmada na arquitetura civil, como são exemplo, a Casa dos Arcos, a Casa dos Lunas e o Palácio dos Távoras (Cardona, 2011:158).

A vila foi expandindo, intensificando construções tanto civis como religiosas e até militares. A comunicação com a margem sul do Rio Lima, que obrigava ao seu atravessamento, levou à construção de uma Ponte de madeira em 1716, posteriormente reedificada em 1751. Mais tarde, esta ligação é reforçada com a construção do caminho-de-ferro e da ponte metálica em 1877 pelo escritório de Gustavo Eiffel e Théophile Seyrig (Cardona, 2011).

A 20 de janeiro de 1848, por decreto de D. Maria II, Viana da Foz do Lima foi elevada a cidade e adotou o nome pelo qual é até hoje conhecida: Viana do Castelo.

A cidade expande-se em finais do século XVIII e inícios do século XIX, concretizando-se em 1917 a abertura da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o eixo central do Centro Histórico e da cidade (Cardona, 2011).

Hoje, Viana do Castelo é uma cidade, sede de concelho e capital de distrito com o mesmo nome, localizada na região Norte (NUT II) e na sub-região do Alto Minho (NUT III). O concelho apresenta uma área total de 319,02 Km2, com uma população residente de 85 864 habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de 268,9 habitantes/ Km^2, o equivalente a 37,1% do efetivo populacional do Alto Minho (INE, 2021), sendo que 40 000 destes residem na cidade.

2.4 Localização

Atendendo à centralidade do Centro Histórico de Viana do Castelo e da localização dos seus recursos patrimoniais mais significativos, indica-se o antigo edifício da AIMinho – Associação Industrial do Minho (ver figura 10) situado no Campo da Sra. D'Agonia, como o local para a conceção do Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo. Este pavilhão encontra-se sem funções já há alguns anos e foi adquirido pelo Município de Viana do Castelo em 2019.

O imóvel tem 8600 metros quadrados de terreno, um pavilhão de 3100 metros quadrados, entrada com 380 metros quadrados e uma área de serviços e gabinetes de 750 metros quadrados (O Minho, 2019).

Este local beneficia de espaço verde envolvente, da proximidade de parque de estacionamento, e do acesso rápido ao centro histórico e às diversas unidades hoteleiras, de restauração e comércio tradicional da cidade. Assim, justifica-se a escolha deste local, tendo em conta a disponibilidade do edifício e como sendo, até pela falta de outras alternativas, o que melhor se poderia adequar às funções de um Centro de Interpretação.

Figura 10 Pavilhão AIMinho situado no Campo d'Ágonia – Viana do Castelo. O Minho.

Fonte: https://ominho.pt/ex-pavilhao-da-aiminho-em-viana-transformado-em-centro-de-congressos-e-exposicoes/

2.5 Desenho do Espaço e Funções

A principal função do Centro de Interpretação será a de uma exposição permanente que apresente aos visitantes o território, a história e riqueza do património do Centro Histórico de Viana do Castelo e que eduque e desperte a curiosidade e o desejo de conhecer a localidade.

O espaço exterior deverá estar perfeitamente enquadrado com o local de implementação e apresentar uma zona ajardinada que embeleze e crie uma boa imagem do espaço envolvente, bancos exteriores para descanso dos visitantes e rampa de acesso à área de receção para visitantes/colaboradores com mobilidade reduzida.

O percurso expositivo deverá desenvolver-se no único piso, com iluminação, cor e materiais que recriem um passeio pelas ruas do Centro Histórico, tendo como conceito um percurso ao longo da história e dos acontecimentos. Este percurso será materializado através da colocação de painéis amovíeis que farão a divisão dos espaços e tornando a sala polivalente. O percurso inicia e finaliza na zona de receção.

O espaço será desenhado e subdividido seguindo a seguinte ordenação:

Receção/bilheteira e loja;

Cafetaria;

Sanitários duplos e para deficientes;

d) Biblioteca (Centro de pesquisa e documentação);

e) Auditório;

f) Videowall com filme de boas vindas e com a apresentação geral do território de Viana do Castelo com narrador e avatar de língua gestual;

g) Espaço expositivo (painéis amovíveis) com mapa e maquete 3D da muralha e núcleo medieval; realidade virtual ou holografia com a evolução da construção do Centro Histórico; imagens do foral concedido por D. Afonso III em 1258; fotos da descoberta arqueológica da muralha – **"Viana Medieval"**;

h) Espaço expositivo com painéis (amovíveis) com imagens do porto comercial, dos navegadores e réplicas (experiências táteis) das embarcações referentes aos Descobrimentos e expansão marítima – **"O Mar de Viana"**;

i) Espaço expositivo com painéis (amovíveis) contendo pinturas, postais e fotografias antigas da cidade de Viana do Castelo – **"Memórias"**;

j) Vídeo de apresentação dos principais monumentos e casas senhoriais da cidade (tipo vídeo promocional focado no património com narrador e avatar em língua gestual) – **"Viana Nobre"**;

j) Painéis (amovíveis) com fotos do Património do Centro Histórico desaparecido - **"Viana no Passado"**;

l) Espaço da Lenda de Viana com painéis em Banda Desenhada (possibilidade de ver o filme inspirado na Lenda no auditório com horários definidos – legendado e com avatar de língua gestual) - **" Vi Ana"**;

m) Espaço expositivo dedicado à devoção à Nossa Senhora da Agonia com fotografias e vídeos da solenidade e da festa - **"Devoção"**;

n) Mapa interativo/digital com itinerário pelo Centro Histórico, destacando os principais recursos e apresentando uma sugestão de percurso com orientação por voz e através de novas placas interpretativas que seguem uma ordem lógica numérica. Em complemento, mas para uso no exterior, o visitante tem a possibilidade de descarregar o mapa com a sugestão de itinerário, para o seu telemóvel ou tablet através de um QR Code disponibilizado no Centro de Interpretação.

Segue-se o desenho simplificado (ver figura 11) da sugestão para a implementação do Centro de Interpretação.

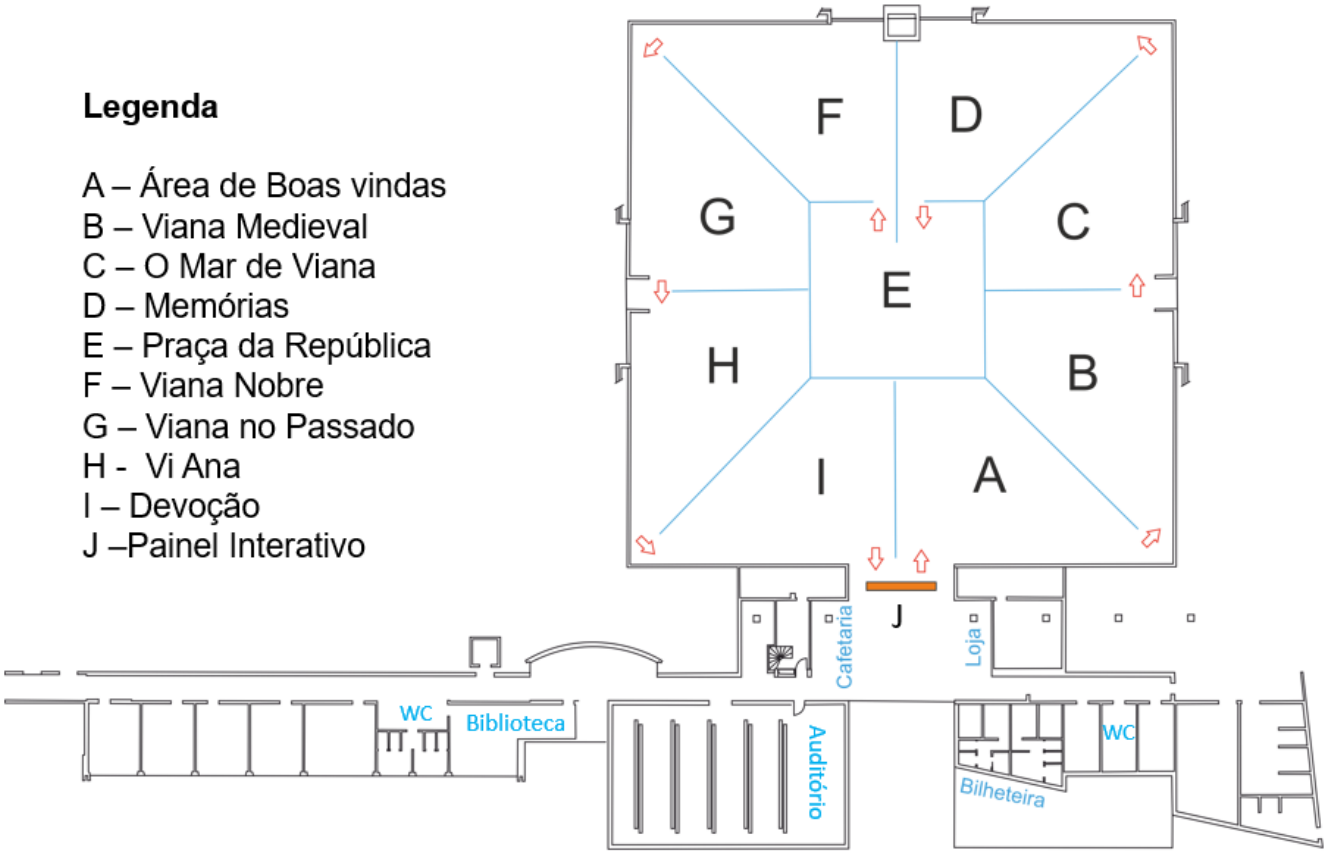


Figura 11 Planta Sugestão Centro de Interpretação

Fonte: Elaboração própria

Na figura 12 apresenta-se o desenho de uma proposta para um painel expositor em madeira com o formato da estrutura do casco de uma embarcação, também conhecido como caverna, alusivo à vocação marinheira e à construção naval que caracteriza o povo vianense.

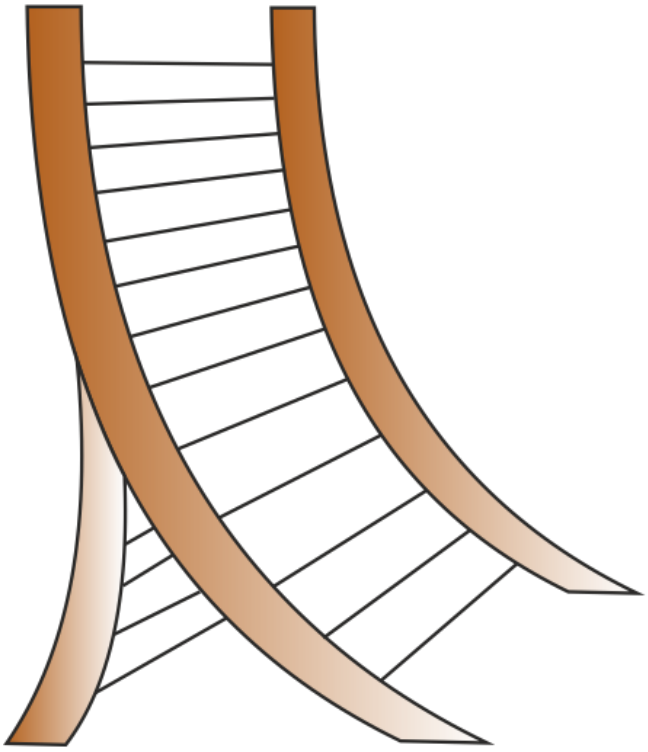


Figura 12 Sugestão de painel de madeira com formato de estrutura do fundo de embarcação (caverna)

Fonte: Elaboração própria

2.6 Equipa de Planeamento

Para desenvolver e implementar um Plano de Interpretação é necessário reunir uma equipa de planeamento. Esta equipa poderá ser constituída por diversos elementos de diferentes origens com características multidisciplinares, entre eles o staff do sítio, onde estão incluídos os gestores e os guias intérpretes. Devem também constituir a equipa, administradores superiores, responsável científico e elementos da comunidade local. A Carta Ename (ICOMOS, 2008) reconhece que a interpretação de sítios culturais deve resultar das sinergias entre os profissionais do património, as comunidades de acolhimento e outros interessados. As tradições, as responsabilidades e os interesses dos proprietários e das comunidades de acolhimento, devem ser considerados e respeitados na elaboração dos programas de interpretação, pelo devem ser abertos aos

comentários e à participação do público. Devem ainda, proporcionar benefícios justos e duradouros a todos os interessados, através da formação, da educação e da criação de emprego, com a integração de elementos da comunidade local no staff.

O tamanho da equipa pode variar de acordo com a progressão do trabalho. Estes integrantes devem ser criativos e visionários, que possam compreender as pessoas, a importância dos recursos, as metodologias interpretativas e os aspetos práticos como um todo (Knudson et al., 2003:314).

Esta equipa deve apresentar uma dinâmica de planeamento, mantendo um grupo de trabalho coeso, que combine processos criativos, com os recursos e os visitantes.

Uma equipa formada apenas por elementos internos à organização pode apresentar limitações. Enquanto que colaboradores externos podem trazer novas, inovadoras e úteis perspetivas, pois possuem uma visão mais ampla, aumentam o diferencial competitivo e trazem diferentes abordagens para questões internas. Ainda assim, independentemente dos benefícios, os colaboradores externos podem desconhecer importantes políticas ou tradições internas, levando ao insucesso da implementação do plano de interpretação. Contudo, acredita-se que os elementos-chave da equipa serão sempre os intérpretes e os líderes locais, pois eles estruturam as etapas para otimizar as oportunidades locais de adesão e a consequente defesa da implementação (Knudson et al., 2003).

Apresenta-se na figura seguinte (ver figura 13) um exemplo de organograma para o Centro de Interpretação.

Figura 13 Exemplo de Organograma do CI

Fonte: Elaboração própria

2.7 Os Recursos Patrimoniais selecionados

Foram selecionados alguns dos recursos patrimoniais mais significativos do Centro Histórico de Viana do Castelo dada a sua importância histórica, centralidade e arquitetura, mas também por serem os mais visitados e os que mais podem contribuir no desenho do circuito interpretativo. Sendo eles:

1) A origem da cidade - Povoado de Atrium e a Capela das Almas (Matriz Velha) (século XIII);
2) A muralha e Torre de Menagem da vila medieval (séculos XIII e XIV);
3) A Igreja Matriz (Século XV);
4) O porto, os navegantes e mercadores de Viana (entre o séc. XV e XVII);
5) Os edifícios que compõe o conjunto da Praça da República (Chafariz, Paços do Concelho, Edifício e Igreja da Misericórdia) (Século XVI);
6) O Castelo de Santiago da Barra (século XVI);
7) A ponte Eiffel, obra da empresa do engenheiro francês Gustave Eiffel (século XIX);
8) A Lenda de Viana que conta a origem do nome da cidade;
9) A Ribeira de Viana e a devoção à Sra. D'Ágonia.

2.8 Meios e métodos Interpretativos

Os meios e métodos interpretativos utilizados devem considerar as características dos visitantes, pelo que devem ser acessíveis a todos. Para Pérez (2009), a interpretação significa abrir uma porta para um público. E segundo Tilden (2007), as placas e os painéis interpretativos, as visitas guiadas e os audiovisuais constituem os métodos interpretativos mais utilizados.

Assim, devem ser considerados os seguintes meios de interpretação:

a) painéis e placas interpretativos (português, castelhano, francês e inglês);

b) áudio guias (português, castelhano, francês e inglês);

c) visitas guiadas com guia intérprete;

d) monitores e painéis multimédia;

e) maquetes 3D;

f) fotografias; mapas e postais;

g) vídeo;

h) realidade virtual;

i) holografia;

j) braille.

2.9 O Perfil do Visitante

Considerando que as características dos visitantes, as suas necessidades e expectativas são parte importante do processo de planeamento, importa desde logo desenvolver um estudo e análise do seu perfil. A afluência de visitantes ao posto de turismo local constitui um importante indicador da procura turística da cidade, pelo que, a seguinte análise ao perfil do visitante se baseia nos resultados de levantamentos estatísticos realizados pelo Viana Welcome Centre – Posto Municipal de Turismo de Viana do Castelo (VWC – PMTVC) durante a década 2010-2020, considerando o contexto pandémico causado pela COVID19 e pelas medidas restritivas adotadas (VWC, 2022).

Desta análise percebeu-se que os fluxos de visitantes têm maior expressão entre os meses de abril e setembro, com posterior decréscimo entre os meses de outubro e março correspondendo ao outono e inverno.

Espanha, ocupa o primeiro lugar como principal emissor internacional de visitantes a Viana do Castelo com 38%, seguido da França com 25% e da Alemanha com 7%. 12% representam destinos como o Reino Unido e o Brasil e os restantes 18% são países, como a Holanda, a Itália e a Bélgica.

Relativamente a Portugal, que representa o mercado emissor nacional, e o que tem maior afluência, são de salientar, com maior número de visitantes, os distritos de Porto e Braga com 43% das visitas, Lisboa com 23%, sendo os restantes 34% referentes aos distritos de Aveiro, Coimbra, Vila Real e outros (VWC, 2022).

Do total de visitantes no ano de 2020, e quanto à estada média, 64% não pernoitaram em Viana do Castelo, 19% optaram por ficar 3 ou mais noites, 10%, 2 noites e os restantes 7%, apenas 1 noite (VWC, 2022).

No que respeita à análise do perfil demográfico e psicográfico do visitante, o último levantamento realizado diz respeito ao ano de 2016. Relativamente à caracterização etária dos visitantes, 44,6% representa os indivíduos entre os 31 e os 49 anos de idade. Surge depois o conjunto de indivíduos com idade inferior aos 30 anos com 38,9% e a faixa etária dos 50 aos 59 com 11,2%. Quanto ao género, a maioria foram mulheres com 52% do total. 48% dos visitantes eram casados e 38,8% solteiros (VWC, 2022).

Quanto ao nível de escolaridade foi possível perceber que a maioria dos inquiridos possuía licenciatura, os quais representaram 51% do número total, seguidos dos que possuíam o ensino secundário/ profissional, ou seja, 36%. Por fim, com o ensino básico 10% e ainda 3% com mestrado ou doutoramento. Os inquiridos foram ainda

auscultados sobre a sua situação profissional, dos 242 indivíduos, 82 referiram ser trabalhadores por conta de outro, representando uma percentagem de 34%. De seguida, 57 indivíduos eram estudantes, cerca de 24% e 52 inquiridos trabalhadores por conta própria, sendo que representam um total de 21%. 7% encontravam-se reformados, outros 7% desempregados, 4% trabalhadores domésticos e finalmente 3% empresários (VWC, 2022).

Foi também registado que o turista viajou acompanhado de pelo menos mais uma ou duas pessoas, sendo na maioria o cônjuge e os filhos, mas havendo igualmente referência a viagens na companhia de amigos. Quanto ao meio de transporte utilizado para chegar a Viana do Castelo, o automóvel próprio foi o meio preferencial com 52,9%. A deslocação por via aérea com recurso a ligação a outro meio de transporte obteve 16,1% das respostas, a deslocação de comboio com 11,2 % e o autocarro com 9,9% (VWC, 2022).

Com respeito à motivação da visita, 75% dos inquiridos referiram ser por férias ou lazer, 14% para visita a amigos e/ou familiares, 8% foram motivados pelos eventos culturais e desportivos a decorrer na cidade e 3% deslocaram-se por motivos profissionais e negócios (VWC, 2022).

Já o principal fator de decisão para a escolha de Viana do Castelo como destino, com 27% das respostas foi através de recomendações feitas por familiares e amigos, 22% foram motivados pelo preço da viagem, 12% por já conhecerem a cidade de viagens anteriores, e os restantes por folhetos turísticos, publicidade, recomendações de agências de viagens ou guias turísticos (VWC, 2022).

Com relação às atividades que mais interessam realizar, o maior número de escolhas recaiu sobre a visita a monumentos/atrações, num total percentual de 18%, seguindo-se atividades como visitas organizadas, spa, eventos desportivos, caminhadas, passeios de barco, excursões e pesca somam um total percentual de 12%. Os passeios e gastronomia e vinhos contam ambos com 11%. Atividades como compras e praia obtiveram 9% das preferências, seguindo-se das feiras e romarias com 8%. Os restantes inquiridos preferem eventos culturais, vida noturna, atividades náuticas e exposições. Neste seguimento foi também possível perceber as preferências relativamente aos pontos de interesse turístico mais visitados ou pretendidos em Viana do Castelo: em primeiro lugar encontra-se o Templo de Santa Luzia com 14%, seguindo-se a Sé Catedral com 11%, depois encontra-se o Navio Hospital Gil Eannes com 9%, o Museu do Traje com 8% e a Igreja da Nossa Senhora da Agonia com 7%. Seguem-se o Forte de Santiago da Barra e a Igreja de São Domingos ambos com 6%. Com 4% das preferências estavam a biblioteca municipal, o Hospital Velho, o Teatro Sá de Miranda

e a Capela das Almas. A visita a Museus representa cerca de 20% dos monumentos totais visitados (VWC, 2022).

Referente aos locais/pontos de interesse mais visitados o Centro Histórico, dada a sua riqueza cultural e histórica enraizada ao longos dos anos reuniu 20% das respostas; seguindo-se do monte de Santa Luzia com 10%. Com cerca de 8% foram referidos três pontos: o Rio Lima, a Praça da Liberdade e as Praias da região. Com menos um ponto percentual, 7% o Jardim Público. Segue-se Zona da Ribeira e o Porto de Recreio englobando um valor percentual de 6% respetivamente. Com 5% das respostas o Cais de Viana, o Parque da Cidade e por último, o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental com 4% (VWC, 2022).

Uma análise mais recente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, refere que o turismo de Viana do Castelo cresce a um ritmo considerável. De janeiro a agosto de 2023 foi visível o aumento de visitantes e turistas, marcado pelo elevado número de eventos realizados no âmbito de "Viana do Castelo – Cidade Europeia do Desporto" (CMVC, 2023).

Tal como no período homólogo de 2022, Viana do Castelo manteve a 7ª posição em número total de hóspedes e 6ª nas dormidas, no ranking da região Norte. O concelho registou mais 11% no nº Total de Dormidas (231.362) e mais 22% no nº Total de Hóspedes (125.340), face a 2022. Os dados indicam que 52% do total de Hóspedes são nacionais e 48% são estrangeiros, sendo que 54% do total de Dormidas são de estrangeiros e 46% de nacionais (CMVC, 2023).

Nos primeiros oito meses de 2023, 48% do total de hóspedes que pernoitaram em Viana do Castelo eram estrangeiros, sendo os principais mercados Espanha, França, Estados Unidos da América, Reino Unido, Alemanha, Brasil, Itália, Países Baixos e Suíça (CMVC, 2023).

Em termos de Dormidas, Hóspedes, Proveitos Totais e Proveitos de Aposento, comparando com o período homólogo de 2022, todos os meses registaram aumentos, tendo sido os meses mais fortes maio, junho, julho e agosto, embora de janeiro a abril também se registassem consideráveis aumentos (CMVC, 2023).

No que toca aos espaços municipais, foi registado um aumento de +26% visitantes no Centro Interpretativo do Caminho Português da Costa, +70% no total de Peregrinos no Caminho Português da Costa, +21% Visitantes no Museu do Traje, +129% visitantes no Museu de Artes Decorativas, +4% Passageiros no Funicular (em apenas 3 meses, pois reabriu em junho 2023), +14% Visitantes no Navio Gil Eannes (CMVC, 2023).

Cerca de uma centena de autocarros de turismo estacionam habitualmente por mês no Centro Cultural e trazem mais de 5.000 visitantes à cidade e centenas de

embarcações de recreio fazem escala porto de recreio de Viana, maioritariamente originárias de França, do Reino Unido, da Holanda e da Alemanha. Viana do Castelo tem apostado na diversificação da oferta turística, mais recentemente com a Rede de Turismo Equestre e a Rede Nacional de Turismo Industrial (CMVC, 2023) e esse facto tem contribuído para a crescente afluência de visitantes.

Assim, conclui-se, após a análise dos dados acima referenciados, que o visitante de Viana do Castelo e potencial público para o Centro de Interpretação é o visitante português, espanhol e francês, com idade entre 31 e 49 anos, sendo na maioria mulheres, casados, com licenciatura e trabalhadores por conta de outrem. Viajam acompanhados e preferem o automóvel como meio de transporte. Escolhem Viana do Castelo para férias ou lazer, recomendados por familiares e amigos, sendo as atividades preferidas as visitas a monumentos e as experiências gastronómicas. Os espaços museológicos municipais têm registado um acréscimo de visitantes, nomeadamente o Museu de Artes decorativas e o Museu do Traje, o que revela o interesse por parte do visitante, em explorar e apreciar a riqueza cultural e histórica da cidade.

2.10 Comunicação e divulgação

É fundamental definir os meios de comunicação e divulgação do Centro de Interpretação. Hoje em dia, com o desenvolvimento das novas tecnologias e com o acesso à Internet cada vez mais generalizado, torna-se primordial desenvolver um plano de comunicação eficaz, capaz de chegar mais longe e ao maior número de pessoas possível.

O marketing digital (site oficial, Facebook, Instagram e Youtube) é a principal estratégia de comunicação e divulgação. Assim como a criação de uma marca e logótipo (ver figura 14) que representem a identidade da cidade e da sua história. Localmente, propõe-se a colocação de painéis luminosos (outdoors) nas entradas da cidade e no Interface de transportes que chamem a atenção do visitante logo à chegada à cidade, assim como, a distribuição de folhetos nos aeroportos mais próximos, nas agências de viagens, restaurantes, hotéis, postos de turismo e interface de transportes, contendo programas, eventos interpretativos, serviços e exposições.

Noutro sentido, mas também com o intuito de chegar às pessoas, será através do envolvimento da comunidade local, criando e desenvolvendo atividades e eventos que estimulem o interesse da comunidade, no sentido da preservação da identidade local e da valorização do seu património, como por exemplo, através de exposições temporárias de artistas e artesãos locais e com a venda, na loja do Centro de Interpretação, de produtos ligados à produção local, e ainda, complementar esta ligação

à comunidade local através da devoção à Nossa Senhora da Agonia, onde a comunidade pode partilhar histórias, memórias e tradições com os visitantes.

Por último, a ligação com a comunidade escolar, académica e científica, através dos agrupamentos escolares, institutos politécnicos e universidades, que em colaboração, poderá fornecer um serviço educativo para estudantes, como visitas de estudo, aulas, workshops, seminários, conferências e recursos, como livros e revistas científicas e outro material de apoio, para professores, com a possibilidade de consulta dos meios e utilização do espaço para pesquisa ou até para aulas. De acordo com a carte Ename (ICOMOS, 2008), os programas de interpretação devem ser considerados como recursos educativos para pessoas de todas as idades. A sua conceção deve ter em conta, a sua possível utilização em vários campos, nomeadamente em programas escolares, em estudos informais ou noutras formas de aprendizagem ao longo da vida, nos meios de comunicação, incluindo a Internet, e em eventos.

Figura 14 Proposta de Logótipo

Fonte: Elaboração própria

2.11 Sugestão de Itinerário Turístico Pedestre

Com a finalidade de preparar o visitante do Centro de Interpretação, para a visita no exterior, sugere-se um itinerário pedestre, que fará a sua conexão com o território.

Os itinerários turísticos podem ser considerados a nova “forma de fazer turismo no futuro”, como um produto inovador, que consegue relacionar a motivação principal

da visita com outras necessidades que o visitante possa ter, apontando alternativas, não limitando o turista ao motivo principal da visita, criando fluxos extra para as localidades/destino e consequente benefício económico (Ferreira, 2008).

Ainda no interior do Centro de Interpretação, sugere-se a apresentação de um mapa de itinerário, através da colocação de um painel com tela interativa (ver figura 15), para que de forma rápida e intuitiva, o visitante possa visualizar e pesquisar os principais pontos de interesse identificados numericamente no mapa, assim como o melhor percurso a seguir (ver figura 16). Propõe-se ainda, que este mapa possa ser facultado ao visitante através da disponibilização de um QRCode (ver figura 17), dando a possibilidade deste o visualizar e consultar durante o percurso exterior no seu telemóvel ou tablet.

Figura 15 Exemplo de painel/tela interativa. Alibaba.

Fonte: https://portuguese.alibaba.com/product-detail/New-Design-Floor-Standing-43-inch-1600221658157.html

As figuras abaixo, ilustram exemplos de visualização do mapa do itinerário. A numeração assinalada estará, em complemento, visível nas placas interpretativas colocadas em frente aos monumentos.

Figura 16 Mapa/sugestão itinerário pedestre

Fonte: Elaboração própria; Google My Maps

Legenda:

1 - Igreja de Nossa Sra. D'Ágonia
2 - Igreja de São Domingos
3 - Palacete dos Barbosa Maciel
4 - Casa da Vedoria
5 - Escola da Avenida
6 - Casa Melo Alvim
7 - Estação Ferroviária
8 - Casa dos Werneck
9 - Convento e Igreja da Caridade
10 - Teatro Sá de Miranda
11 - Palácio dos Távoras
12 - Chafariz da Praça da República
13 - Igreja da Misericórdia
14 - Paços do Concelho
15 - Casa dos Sá Sotomaior
16 - Museu do Traje
17 - Hospital Velho
18 - Casa dos Lunas
19 - Igreja Matriz
20 - Casa João Velho
21 - Casa dos Costa Barros
22 - Casa e Capela das Malheiras
23 - Capela das Almas
24 - Igreja de São Bento
25 - Ponte Eiffel
26 - Estátua de Viana
27 - Biblioteca Municipal
28 - Casa dos Nichos
29 - Centro Cultural
30 - Forte de Santiago da Barra

Figura 17 QR Code

Fonte: Elaboração própria, https://me-qr.com/pt

No mapa interativo (ver figura 18), o visitante, selecionando os números que se apresentam dentro dos círculos, surgem ao lado esquerdo do ecrã, as imagens e a descrição do bem patrimonial correspondente.

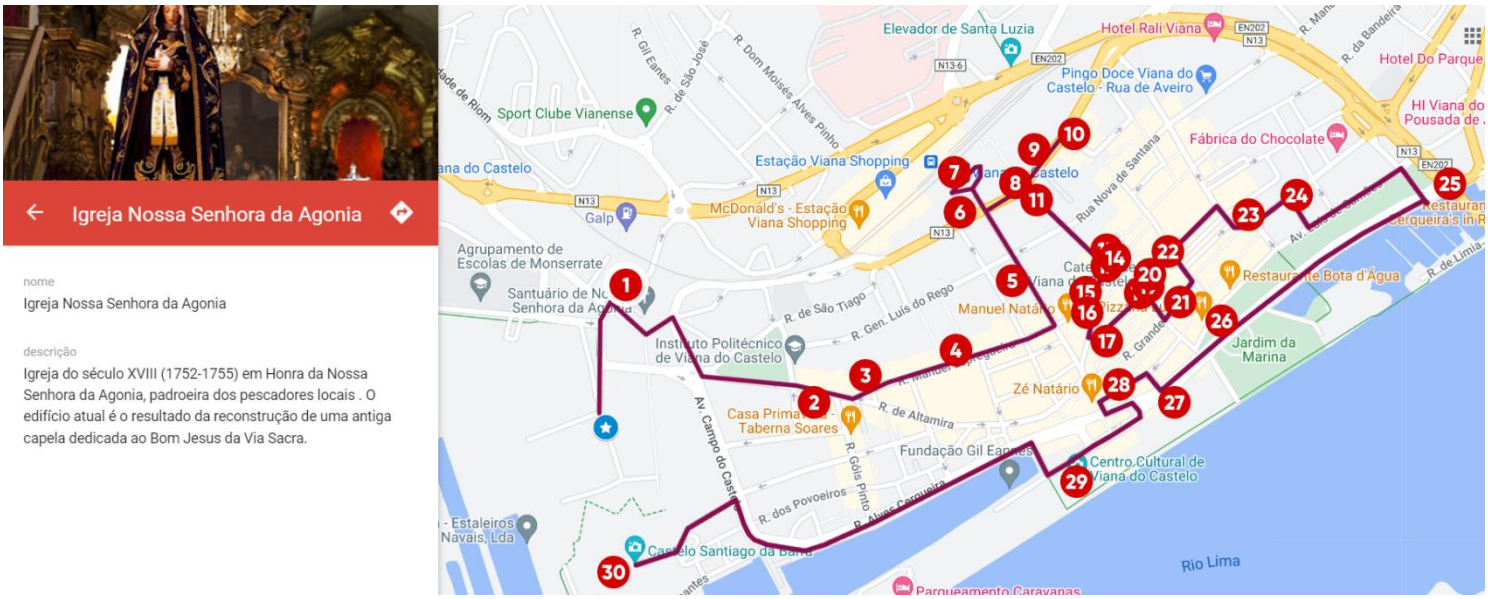


Figura 18 Mapa interativo com legenda

Fonte: Elaboração própria, Google My Maps

Uma outra sugestão de visualização, através da aplicação Google Earth, esta com maior detalhe do terreno e com legenda à direita do ecrã (ver figura 19).

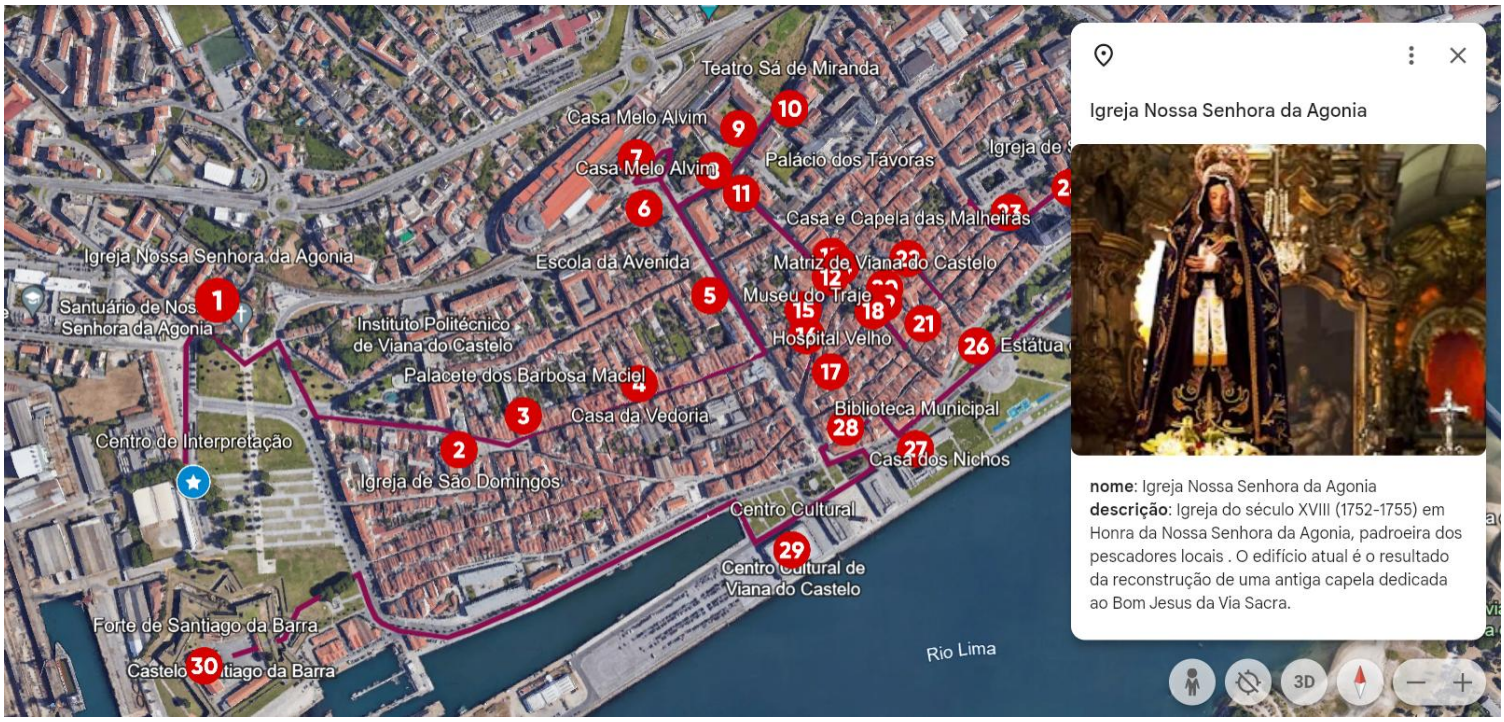
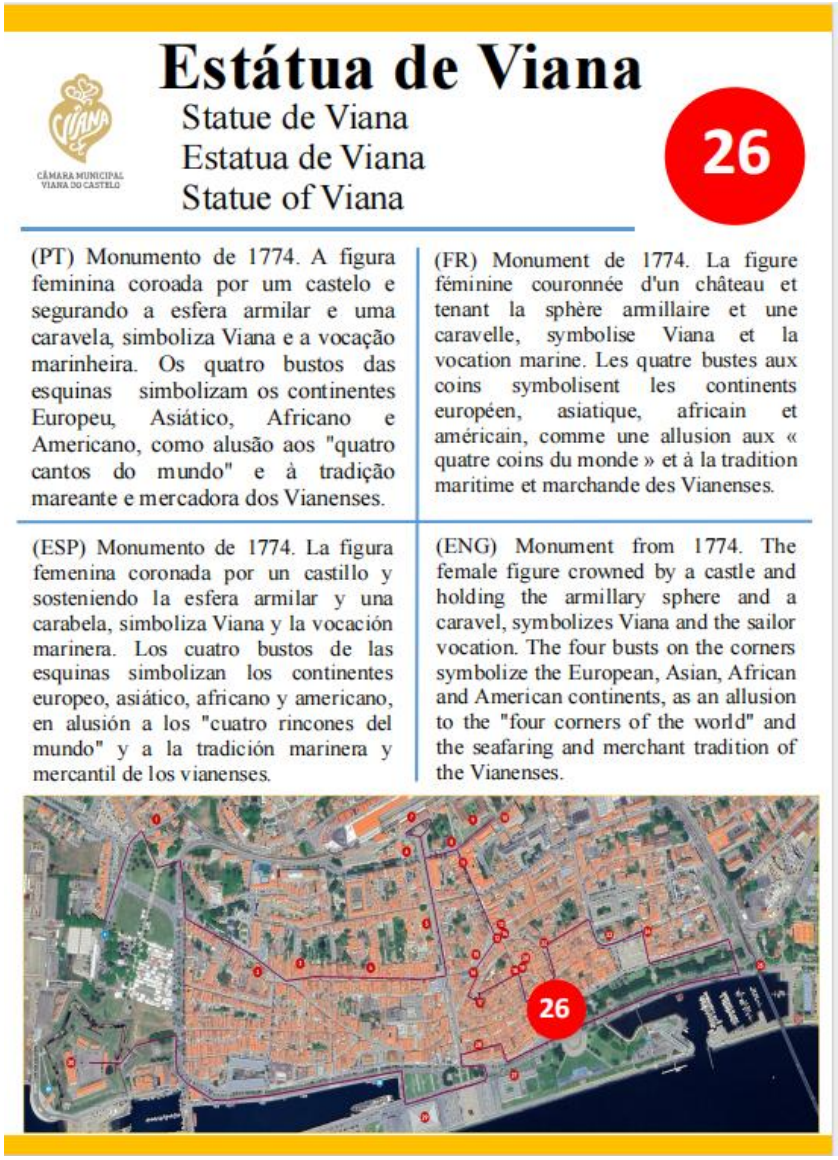


Figura 19 Mapa interativo com legenda no Google Earth

Fonte: Elaboração própria no Google My Maps

Em complemento a este itinerário, sugere-se a colocação de novas placas interpretativas (ver figura 20), respeitando e seguindo as normas da interpretação, (expressas no parágrafo 11.1.3.3 deste projeto e de acordo com os autores Knudson, Cable e Beck (2003). Estas placas seguem um layout intuitivo e apresentam a numeração conforme o itinerário sugerido e a legenda. Devem ser colocadas em frente ao monumento e em harmonia com o envolvente, em local onde os visitantes passem ou se reúnam e ainda possuir um bom contraste de cores, como por exemplo, fundo claro e letra escura. Os textos devem ser breves e apresentar-se em coluna e a escrita requer clareza, simplicidade e interesse, pois as placas interpretativas devem usar uma linguagem acessível ao cidadão comum, evitando por exemplo, termos técnicos. O tipo de letra serifada é o mais usual, com 72 pontos para os títulos e temas, 24 a 36 para os sumários, frases-chave ou subtemas e 18 a 20 para os detalhes de texto e legendas. Quanto aos seus materiais, estes devem ser sustentáveis, resistentes e de fácil manutenção, preferencialmente de metal tratado contra a oxidação, ou fibra de vidro. As dimensões deverão rondar os 40 a 50 cm e no máximo até 106 cm. Na montagem, o ângulo de perfil médio é o ideal, pois oferece facilidade de leitura a pessoas com diferentes estaturas e com mobilidade condicionada.



Estátua de Viana

Statue de Viana
Estatua de Viana
Statue of Viana

26

CÂMARA MUNICIPAL VIANA DO CASTELO

(PT) Monumento de 1774. A figura feminina coroada por um castelo e segurando a esfera armilar e uma caravela, simboliza Viana e a vocação marinheira. Os quatro bustos das esquinas simbolizam os continentes Europeu, Asiático, Africano e Americano, como alusão aos "quatro cantos do mundo" e à tradição mareante e mercadora dos Vianenses.

(FR) Monument de 1774. La figure féminine couronnée d'un château et tenant la sphère armillaire et une caravelle, symbolise Viana et la vocation marine. Les quatre bustes aux coins symbolisent les continents européen, asiatique, africain et américain, comme une allusion aux « quatre coins du monde » et à la tradition maritime et marchande des Vianenses.

(ESP) Monumento de 1774. La figura femenina coronada por un castillo y sosteniendo la esfera armilar y una carabela, simboliza Viana y la vocación marinera. Los cuatro bustos de las esquinas simbolizan los continentes europeo, asiático, africano y americano, en alusión a los "cuatro rincones del mundo" y a la tradición marinera y mercantil de los vianenses.

(ENG) Monument from 1774. The female figure crowned by a castle and holding the armillary sphere and a caravel, symbolizes Viana and the sailor vocation. The four busts on the corners symbolize the European, Asian, African and American continents, as an allusion to the "four corners of the world" and the seafaring and merchant tradition of the Vianenses.

Figura 20 Sugestão de Placa interpretativa

Fonte: Elaboração Própria

2.12 Descrição geral de um Itinerário – como exemplo

Como componente deste projeto sugere-se um itinerário que conecta o visitante do Centro de Interpretação ao Centro Histórico, convidando as pessoas a conhecer *in citu* este território.

Esta é uma sugestão de percurso linear, de fácil leitura e sem qualquer relação cronológica ou histórica.

O itinerário tem início no Centro de Interpretação e percorre 30 (trinta) dos principais e mais assinaláveis recursos patrimoniais do Centro Histórico de Viana do Castelo. A primeira paragem é na Igreja de Nossa Senhora da Agonia (1), padroeira da Cidade e dos Pescadores. Siga para o Largo de São Domingos onde se localiza a Igreja (2) com o mesmo nome que remonta ao século XVI e subsiste do antigo convento de Santa Cruz fundado pelo Dominicano D. Frei Bartolomeu dos Mártires, beatificado em 2019 e conhecido pelo seu empenho em questões sociais e obras de caridade. No mesmo largo localiza-se o Palacete dos Barbosa Maciel (3), casa nobre que melhor conserva os espaços interiores e a respetiva decoração, hoje alberga o Museu de Artes Decorativas. Dirija-se para a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, passagem obrigatória pela Casa da Vedoria (4), palacete brasonado do séc. XVII onde funciona o Arquivo Distrital. Já na Avenida destaque para a Escola Primária da Avenida (5), edifício do século XX, ainda em funções e a estação ferroviária (6) património histórico industrial da cidade. Viana do Castelo beneficiou pela sua localização geográfica, com a expansão marítima, e o facto de possuir um porto, chamou à então Vila, mercadores e negociantes. Os séculos XVI e XVII foram prósperos para o negócio, e famílias abastadas construíram aqui as suas moradas, são exemplo disso a Casa Melo Alvim (7), a Casa dos Werneck (8) e o Palácio dos Abreu Távora (11), agora edifício da Câmara Municipal de Viana do Castelo. Este itinerário passa também pelo Teatro Municipal Sá de Miranda (10), edifício de estilo Teatro "Italiano" a mais antiga casa de espetáculos do Alto Minho. Mesmo em frente observe o Convento e Igreja da Caridade, edifício do séc. XVII construído pela nobreza, onde hoje funciona um Lar de Idosos.

A Praça da República, ponto central do Centro Histórico, reúne em si, um conjunto de edifícios históricos do século XVI onde se destacam o Chafariz (12) e a Igreja da Misericórdia (13), que deve visitar e apreciar o interior de grande riqueza decorativa. De destacar, ainda, o edifício dos antigos Paços do Conselho (14), a casa dos Sá Sotomaior (15) e o Museu do Traje (16). Em direção à Praça da Erva, encontra-se o Hospital Velho (17) fundado em 1468 como pousada de acolhimento de peregrinos, hoje Centro de Interpretação do Caminho Português da Costa. De seguida, visite a Igreja Matriz (19), datada do século XV. No mesmo largo situa-se a Casa de João Velho ou dos Arcos (20) do final do séc. XV que se mantém bem preservada. Na Casa dos Lunas veja os detalhes decorativos na fachada (18). Mais abaixo na Rua de São Pedro, localiza-se a Casa dos Costa Barros (21), casa abastada quinhentista. Destaque para uma das janelas, de maiores dimensões e abundância decorativa. De seguida, contemple a Casa e Capela das Malheiras (22), da família Malheiro Raimão. O edifício com o número 23 é a Capela das Almas, datada do século XIII, foi a primeira Matriz de Viana, passou a chamar-se Capela das Almas pelo facto de o seu adro ter sido local de

enterramento desde o tempo de D. Afonso III, até finais do século XIX. A seguir conheça o Mosteiro de São Bento (24), edifício do séc. XVI que serviu de Mosteiro feminino da Ordem Beneditina.

Siga até à margem do Rio Lima, vislumbre a Ponte Eiffel (25), inaugurada em 30 de junho de 1878, em plena época da Arquitetura do Ferro, sob o risco e os cálculos da Casa Eiffel. Continue pela margem do rio, e passeie pelo Jardim público onde permanece a Estátua de Viana (26), um dos ex-libris da cidade. Monumento do século XVIII, representa uma figura feminina de vestes ondulantes, segurando uma caravela, simboliza Viana e a sua vocação marinheira. Continue pela Rua de Viana, passagem pela Casa dos Nichos (27) do séc. XV que alberga hoje em dia o Núcleo Museológico de Arqueologia de Viana do Castelo.

Mais à frente e ainda na margem do Rio, encontram-se reunidos dois edifícios modernos do século XXI, que contrastam com as características mais clássicas do Centro Histórico, são eles a Biblioteca Municipal (28) de Viana do Castelo, da autoria do arquiteto Siza Vieira, e o Centro Cultural de Viana do Castelo (29) ou Coliseu, desenhado pelo Arquiteto Eduardo Souto Moura.

O percurso segue pela zona ribeirinha onde pode contemplar o Navio Museu Gil Eannes, a frota de barcos de pesca, a doca comercial e por fim termine o percurso no Forte de Santiago da Barra (30), fortaleza seiscentista, onde funciona a Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo.

2.13 Plano de Manutenção, Monitorização e Avaliação

Considerando que são necessárias condições mínimas para possibilitar a visitação dos espaços, monumentos ou equipamentos culturais, é necessário assegurar um programa de manutenção periódica, adaptado à realidade do sítio, com tarefas alinhadas em rotinas diárias, semanais, mensais ou anuais, apostando na limpeza dos espaços e recolha de lixos, na verificação do estado e funcionalidade dos recursos, dos painéis e placas interpretativas, etc. Quando se tratam de locais privados, cabe à tutela assegurar a responsabilização do proprietário pela garantia de conservação do sítio. A inexistência de um plano de manutenção, poderá conduzir ao insucesso do projeto (Matos, 2008), pois este é fundamental para a preservação e segurança do acervo patrimonial, para a conservação do espaço e ainda para a garantia de uma boa experiência para os visitantes. Para além da limpeza diária dos espaços e equipamentos, deve ser implementado um plano que permita a limpeza a fundo de todas as áreas, pelo menos quatro vezes por ano. Todos os tipos de lixos devem ser diariamente retirados do edifício. Os contentores devem ser limpos e desinfetados

regularmente. A inspeção/verificação aos equipamentos técnicos deve ser um procedimento de rotina, de forma a identificar e a detetar qualquer tipo de anomalias, evitando riscos e custos desnecessários. Devem também, assegurar a verificação periódica de todos os sistemas de alarme e deteção, câmaras de vídeo vigilância e a manutenção de extintores. Uma boa manutenção do edifício é de importância crucial, pelo que, deve ter-se em atenção a existência de fendas ou infiltrações (Instituto dos Museus e da Conservação, 2007).

A interpretação de um sítio cultural não deve ser considerada como terminada no momento da entrada em funcionamento de um equipamento ou de serviços de interpretação, pelo que, é prevista a sua monitorização e avaliação. A investigação e a contínua recolha de opiniões são necessárias para promover a compreensão e a apreciação da importância do sítio (ICOMOS, 2008), por exemplo, através da recolha das opiniões dos visitantes sobre a sua experiência pelo meio de inquéritos por questionário. Os programas interpretativos devem ser revistos periodicamente pelo que têm de ser concebidos e realizados de modo a facilitar a sua revisão e possível expansão. É necessário, também, prever o seu acompanhamento permanente e uma avaliação contínua a fim de observar o seu impacte físico, através de análises científicas e de comentários/opiniões do público (ICOMOS, 2008), evitando assim a sua estagnação e mantendo os programas interpretativos atualizados (Knudson et al., 2003). Os visitantes, os membros das comunidades de acolhimento e os profissionais do património, devem ser associados ao processo de avaliação (ICOMOS, 2008). A sua periodicidade pode variar, pelo que pode ser anual, através de um relatório anual de atividades, pode ser semestral, através da recolha de opiniões dos visitantes, ou ainda trimestral se o espaço receber muitas visitas diárias, justificando-se a manutenção do plano atualizado para responder a mudanças rápidas e inovadoras.

A avaliação dá valor à interpretação e enquadra-se em pelo menos quatro categorias: a avaliação do visitante, dos seus interesses, das suas necessidades e dos comportamentos para melhor ajuste das atividades e experiências; a avaliação de desempenho do staff, para que se possa encontrar mais e melhores métodos e abordagens interpretativas; a avaliação das instalações, para perceber se alcançam eficazmente os objetivos propostos ao nível das infraestruturas ou dos itinerários apresentados e a avaliação da produtividade geral no sentido de determinar e eficiência dos gastos. Para a sobrevivência de um programa interpretativo, deve produzir-se um serviço interessante, atrativo e instrutivo e neste sentido, a avaliação contribui para o seu sucesso.

Capítulo VII - Conclusões

A interpretação do património como ferramenta e estratégia de comunicação, desempenha um papel crucial na promoção da educação, na preservação e na valorização do património, contribuindo para o sucesso do processo interpretativo. Ao integrar os princípios interpretativos nas práticas de gestão de sítios, são enriquecidas as experiências individuais, fortalecida a identidade cultural e promovido um desenvolvimento sustentável e inclusivo das comunidades e dos destinos turísticos. Os benefícios da interpretação abrangem o património, os visitantes, a sociedade em geral e os gestores dos sítios. Os visitantes beneficiam do serviço direto prestado pelos guias intérpretes; a sociedade, por ter cidadãos informados e em sintonia com seu ambiente cultural e natural; e os gestores dos sítios, pelos resultados positivos de um serviço público eficaz.

Com o objetivo de orientar e conectar os visitantes aos recursos patrimoniais de forma sustentável e enriquecedora, deve desenvolver-se um Plano de Interpretação, que serve também como base sólida para a gestão do sítio. O plano, contextualiza e estrutura a visão interpretativa, focando-se em como os recursos patrimoniais podem ser apresentados aos visitantes, adequado às suas características, necessidades e interesses. Propõe temas, histórias e experiências, utilizando métodos e técnicas apropriadas ao contexto específico do sítio e ao perfil do visitante. O plano também contempla metas de tempo e financiamento, orientando o desenvolvimento contínuo de exposições, produtos e programas interpretativos e ainda recomendações especificas como o caso da construção de Centros de Interpretação.

O Centro Histórico de Viana do Castelo, foi caracterizado como o estudo de caso do presente projeto, apresentando a importância dos centros históricos para o turismo e uma breve visão sobre a cidade como destino turístico, destacando o seu património mais relevante. Viana do Castelo possui um património diversificado e bem conservado que reflete a identidade e a história da cidade e dos seus habitantes. Dada a sua posição geográfica favorável junto ao mar e ao benefício de possuir um porto, os Descobrimentos tiveram uma grande influência no desenvolvimento da cidade. As transações comerciais e o negócio atraíram à cidade uma elite social empreendedora, que se fixou e daí, surgiram as construções tanto habitacionais como religiosas mais significativas e que ainda hoje caracterizam a riqueza histórica e patrimonial do Centro Histórico.

Portanto, a criação de um Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo é proposta como uma estratégia crucial para a valorização e preservação do

património e da memória da comunidade vianense. Mas, para tal, e para que a proposta seja adequada e ajustada aos visitantes, foi também necessário fazer uma análise de perfil, onde se concluiu que o potencial público para o Centro de Interpretação é o visitante português, espanhol e francês, com idade entre 31 e 49 anos, sendo na maioria mulheres, casados, com licenciatura e trabalhadores por conta de outrem. Viajam acompanhados e preferem o automóvel como meio de transporte. Escolhem Viana do Castelo para férias ou lazer, sendo as atividades preferidas as visitas a monumentos, espaços museológicos e as experiências gastronómicas, o que revela o interesse por parte do visitante, em explorar e apreciar a riqueza cultural e histórica da cidade.

A efetivação deste Centro, visa estabelecer um espaço imersivo e educativo que celebre a história, os costumes e a diversidade cultural da região. Este projeto delineia os valores fundamentais de um Centro de Interpretação e destaca os recursos e experiências que os visitantes poderão esperar, promovendo a consciencialização e a apreciação do património cultural. Cada aspeto do projeto, desde a seleção do local até a integração de diversos meios interpretativos, foi considerado para garantir que o Centro de Interpretação se torne um destino inspirador e educativo. O centro poderá assumir funções polivalentes, sendo um espaço aberto à comunidade, às escolas e desempenhando um papel ativo na interpretação do património, na educação e na preservação da memória. Foram desenvolvidas sugestões para o design do espaço e as suas funções, a seleção dos recursos patrimoniais mais significativos, propostas de itinerários e novas placas interpretativas.

Em síntese, a fundamentação teórica, que apresentamos, abarcou os conceitos, os princípios, os objetivos e os benefícios da interpretação do património, destacando a importância de promover uma compreensão profunda e apreciativa do património cultural e natural entre os visitantes. A interpretação é apresentada como uma ferramenta crucial de comunicação e educação, capaz de qualificar a experiência dos visitantes e valorizar o património de forma sustentável. Analisou-se o conceito de Centro Histórico, com foco na sua relevância para o turismo e a conservação cultural, ressaltando a importância de tais espaços geográficos para a preservação e celebração da identidade e história de uma localidade. Explora ainda, a filosofia subjacente à interpretação, reunindo componentes essenciais como os visitantes, os recursos e as metodologias interpretativas. Essa abordagem é fundamental para criar um plano de interpretação eficaz, que considere as características, as necessidades e os desejos dos visitantes, ao mesmo tempo que promove a preservação e a valorização dos recursos patrimoniais.

A componente prática deste projeto descreve os passos para a implementação do Centro de Interpretação do Centro Histórico de Viana do Castelo, traduzindo a

fundamentação teórica em propostas. Estas propostas englobam a seleção do local, a definição dos recursos interpretativos e as experiências oferecidas aos visitantes, garantindo que cada aspeto do projeto seja considerado para alcançar o objetivo de criar um espaço educativo e envolvente. Além disso, inclui ainda propostas para o design e a funcionalidade do espaço, concebendo áreas interativas e educativas que atendam às necessidades de diversos públicos. As exposições interativas, o itinerário sugerido e as novas placas interpretativas, foram projetadas para enriquecer o conhecimento e a apreciação mais qualificada do património de Viana do Castelo.

Assim, acredita-se que é possível proporcionar uma nova e inovadora experiência interpretativa, fortalecendo a identidade cultural e promovendo o desenvolvimento turístico e educacional de Viana do Castelo, sendo o Centro de Interpretação o ponto de partida e chegada para o reconhecimento e valorização do património histórico e cultural da cidade.

Embora este projeto aborde os benefícios da criação e a proposta para a conceptualização do Centro de Interpretação, não foi possível desenvolver a componente financeira. Isto deve-se à complexidade de estimar custos específicos sem um estudo preliminar detalhado das necessidades, bem como os custos associados a diferentes elementos do projeto, como a construção, a tecnologia interpretativa e a manutenção.

Capítulo VIII - Recomendações

A implementação bem-sucedida de um centro de interpretação requer um planeamento meticuloso, uma execução cuidadosa e uma gestão dinâmica e adaptativa. As recomendações apresentadas neste capítulo fornecem algumas propostas baseadas nos fundamentos teóricos estudados ao longo deste projeto.

Um centro de interpretação não se estabelece apenas como um recurso educativo valioso, mas também como um ponto de referência cultural e social que enriquece a comunidade e promove a preservação do património. Com uma abordagem integrada e um compromisso contínuo, é possível criar um espaço que inspira, educa conecta e preserva.

Para futuros desenvolvimentos, recomenda-se realizar uma análise financeira abrangente, que inclua estimativas de custos, através de uma avaliação dos custos de construção, de instalação de exposições e tecnologias interativas, despesas com o staff e despesas de manutenção. Propõe-se ainda, o desenvolvimento de um plano para garantir a sustentabilidade financeira que permita assegurar possíveis fontes de financiamento, incluindo subsídios governamentais, patrocínios privados, parcerias público-privadas, etc., assim como, projeções de receitas, através do cálculo das receitas provenientes da bilheteira, da loja de lembranças, de eventos especiais e outras atividades.

Relativamente ao planeamento e gestão do espaço, após ter o tema central delineado é importante contratar e treinar uma equipa qualificada e motivada, incluindo guias, educadores e pessoal de apoio para a manutenção. Depois, estabelecer um cronograma de manutenção para assegurar que todas as instalações e equipamentos estejam sempre em boas condições. E por fim, implementar um sistema de avaliação e monitorização para aferir a satisfação dos visitantes e identificar áreas de melhoria.

No que diz respeito ao design e conteúdo, sugere-se a utilização de tecnologias interativas e multimédia que envolvam os visitantes e proporcionem experiências imersivas. O desenvolvimento de materiais educativos de qualidade, como vídeos, exposições, painéis informativos e workshops. E ainda, garantir que o centro seja acessível para pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, oferecendo, por exemplo, recursos como rampas, audioguias, legendas em vídeo e material em braile.

Quanto à comunicação e marketing é crucial estabelecer uma estratégia de comunicação e divulgação eficaz e de maior alcance, sendo o marketing digital (site oficial, Facebook, Instagram e Youtube) o principal meio. Para promover o Centro de Interpretação, aumentar a visibilidade e atrair diferentes públicos ao longo do ano, é

necessário organizar eventos temáticos, exposições temporárias e programas educacionais que podem ser estabelecidos através de parcerias com outras organizações culturais, educacionais e turísticas. Quanto à imagem, propõe-se a criação de uma marca e um logótipo que representem a identidade da cidade e da sua história. E por último, o envolvimento da comunidade local através de programas de voluntariado (guias, workshops e storytelling), programas educacionais e atividades de sensibilização que envolvam escolas, universidades e grupos comunitários.

A interpretação do património é uma ferramenta fundamental para a preservação e valorização da herança cultural dos povos, revelando as histórias e significados que nos conectam ao passado e inspiram as gerações futuras.

Chegamos ao fim deste projeto, conscientes de que a verdadeira aprendizagem está nos desafios superados e em cada elemento do conhecimento adquirido.

Bibliografia

Afonso, I. (2014). *Novos usos do Património Monástico do distrito de Viana do Castelo.* [Dissertação de Mestrado. 2º Ciclo de Estudos em História e Património Ramo de Mediação Patrimonial. Faculdade de Letras - Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/76608/2/32734.pdf

Alderson, W., & Low, S. (1985). *Interpretation of Historic Sites.* (2º ed.). Altamira Press; American Association for State and Local History. https://books.google.pt/books/about/Interpretation_of_Historic_Sites.html?id=N2ww-P1suYIC&redir_esc=y

Alibaba (s. d.). *Lcd Screen Stand Interactive Advertising Totem Touch Information Kiosk.* Obtido de: Totem1600796877761.html?spm=a2700.7724857.0.0.25bd5399Q8ZRnW. Acedido em 22 de junho de 2024.

Almeida, C. & Almeida, P. (2009). *Sítios que fazem História: Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo - II- Da Idade Média à Actualidade*. Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Ambitur. (2020). *Viana do Castelo – Uma cidade que fica no coração.* Obtido de: https://www.ambitur.pt/viana-do-castelo-uma-cidade-que-fica-no-coracao/. Acedido em 26 de dezembro de 2022.

Babbie, E. (2020). *The practice of social research (14ª ed.).* Wadsworth Publishing.

Baeyens, H. (2005*). Heritage Interpretation Centres*- The Hicira Handbook.

Baptista, A., & Ferreira, A. (2010). O Turismo e a Cultura enquanto estratégias de regeneração de centros históricos. O caso de Álcacer do Sal*. Revista Turismo e Desenvolvimento* nº13/14, 513-523.

Beck, L., & Cable, T. (2002). The Meaning of Interpretation. *Journal of Interpretation Research*, Vol 7, Série 1, 5-72.

Beck, L., & Cable, T. (2011). *The Gifts of Interpretation - Fifteen Guiding Principles for Interpreting Nature and Culture (3ª ed.)* Sagamore Publishing.

Beeho, A., & Prentice, R. (1997). Conceptualizing the experience of heritage tourists: a case study of New Lanark World Heritage Village. *Tourism Management*, nº18, 75-87.

Bertonatti, C., Iriani, O., & Castelli, L. (2010). Los centros de interpretación como herramientas de conservación y de desarrollo. *Boletín de Interpretación*, nº 23, 21-26.

Bishara, N. A., Lopes, E. R., Amorim, E., & Figueira, L. M. (2014). O comportamento do turista em centros históricos: o caso do centro histórico da cidade de Tomar (Portugal). *International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality,* 1-11.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994*). Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.

Brás, J. M. (2005). Interpretação em Áreas Protegidas. *RT&D,* volume II. Universidade de Aveiro, 25-34.

Brito, L. (2008). O Guia-Intérprete: Mediador Intercultural. *Revista Turismo e Desenvolvimento* nº10, 67-84.

Caetano, L. (1999). Reabilitação e Revitalização dos centros históricos urbanos. O exemplo de Zaragoza. *Cadernos de Geografia* nº 18, 15-37.

Cardona, P., (2011). Viana do Castelo. Uma cidade, um rio e o mar, interpretação das dinâmicas urbanísticas*. Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*, 151-164.

Carrión, F., & Hanley, L. (2007*).* Urban Regenaration and revitalization in the Americas: Toward a Stable State. *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, 20-28.

Cavém, M. (2007). *Centros históricos contemporâneos. Mudanças de perspectiva na gestão*. *Lisboa e Bruxelas.* [Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Departamento de Geografia].

Comarcas (s.d.). *Tribunal Judicial de Viana do Castelo*. Obtido de: https://comarcas.tribunais.org.pt/comarcas/instgestao.php?com=vianacastelo&cat=1. Acedido em 25 de junho de 2024.

CMVC (2011). *Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética.* Câmara Municipal de Viana do Castelo. https://www.cm-viana-castelo.pt/wp-content/uploads/2022/12/PASEVC.pdf

CMVC. (2016). *Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Viana do Castelo.* Câmara Municipal de Viana do Castelo. https://www.cm-viana-castelo.pt/wp-content/uploads/2022/12/peru_chvc.pdf

CMVC. (s.d.). *Casa dos Nichos*. Obtido de: https://www.cm-viana-castelo.pt/visitar/turismo-e-lazer/museus-e-espacos-museologicos/casa-dos-nichos/. Acedido em 22 de novembro de 2022.

CMVC. (s.d.). *Centro Cultural*. Obtido de: https://www.cm-viana-castelo.pt/viver/cultura/espacos-culturais/centro-cultural/ . Acedido em 22 de novembro de 2022.

CMVC. (s.d.). *Museu do Traje*. Obtido de: https://www.cm-viana-castelo.pt/viver/cultura/espacos-culturais/mt/ . Acedido em 22 de novembro de 2022.

CMVC. (s. d.). *Viana do Castelo. Apresentação*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Obtido de: http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/apresentacao. Acedido em

11 de dezembro de 2022.

CMVC. (s. d.). *Muralha Medieval.* Obtido de http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/noticias/descoberta-muralha-medieval-no-centro-historico-da-cidade . Acedido em 15 de janeiro de 2023.

CMVC. (s. d.). *Paços do Concelho*. Obtido de http://www.cm-viana-castelo.pt/pt/directorio/antigos-pacos-do-concelho. Acedido em 9 de janeiro de 2023.

CMVC. (s. d.). *Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto.* Câmara Municipal de Viana do Castelo. Obtido de: https://www.cm-viana-castelo.pt/ced2023/. Acedido em 3 de dezembro de 2023.

CMVC. (s. d.). *Percursos Culturais.* Câmara Municipal de Viana do Castelo. Obtido de: https://www.cm-viana-castelo.pt/visitar/turismo-e-lazer/o-que-fazer/percursos-culturais/. Acedido em 14 de julho de 2024.

Declaração nº 248/2002 do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano: Registado o Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo. Diário da República n.º 183/2002, Série II de 9 de agosto de 2002. https://dre.tretas.org/dre/2045216/declaracao-248-2002-de-9-de-agosto

Decreto-Lei nº426/89 do Ministérios da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Aprova as Medidas Cautelares de Segurança contra Riscos de Incêndio em Centros Urbanos Antigos. Diário da República n.º 280/1989, Série I de 6 de dezembro de 1989. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/426-1989-550577

Decreto-Lei nº220/2008 do Ministério da Administração Interna: Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios. Diário da República n.º 220/2008, Série I de 12 de novembro de 2008. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/220-2008-439866

DGOTDU. (2005). *Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território.* Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, nº2, 99-117.

Federación Española de Municipios y Provincias (2003). Guía de Estándares de los equipamientos culturales en España. *Federación Española de Municipios y Provincias*, 1-254. http://femp.femp.es/files/566archivo/Ley%20131985%20del%20Patrimonio%20Hist%C3%B3rico%20Espa%C3%B1ol.pdf

Fernandes, F. (1990). *Viana Monumental e Artística. Espaço Urbano e Património de Viana do Castelo*. Companhia Editora do Minho, S.A.

Fernandes, J. (2011). Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. In M. Rocha (Org.), *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente* (pp. 12-25). Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Biblioteca Digital.

Fernandes, M. (1995). *Viana do Castelo: a consolidação de uma cidade (1855-1926)*. Edições Colibri.

Fernandes, M. (2005). Monumentos 22. *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos,* 1 - 42.

Ferreira, L. (2008). Itinerários Turísticos - Elementos Fundamentais na Estruturação da Oferta Turística. *Revista Científica do ISCET. Percursos & Ideias* nº3 e 4, 1-137.

Filho, M. (2012). Sistema de transcrição leva a Língua de Sinais para o ambiente digital. *Jornal da Unicamp* nº526, 3.

Garrido, M., Sánchez, J. (2015). Los Centros de Interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz. *Boletin de la Associación de Geógrafos Españoles* nº67, 143-165.

Gonçalves, F. J. (2012). *Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos.* [Dissertação de Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo].
Repositório Científico IPVC
http://repositorio.ipvc.pt/handle/20.500.11960/1337

Hall, C., McArthur, S. (1998). *Integrated Heritage Management: Principles and Practice*. Stationery Office.

Henriques, C. (2003). *Turismo cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável.* Edições Sílabo.

Hudolin, V. (1973). Book Reviews: A Modern Dictionary of Sociology by George A. Theodorson and Achilles G. Theodorson Methuen and Co. Ltd., London. 1970. *The International Journal of Social Psychiatry*, Vol 19, 154-155.

IA. (s. d.). *Interpretation Australia*. Obtido de: https://interpretationaustralia.asn.au/. Acedido em 1 de fevereiro de 2023.

ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios.* Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20%20ICOMOS%201964.pdf

ICOMOS (1987). *Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas.* Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf

ICOMOS (1999). *Carta Internacional do Turismo Cultural.* Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
https://5cidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/03/carta-internacional-do-turismo-cultural.pdf.

ICOMOS. (s. d.). ICOMOS em resumo. Obtido de: https://www.icomos.org/fr/a-propos-de-licomos/mission-et-vision/licomos-en-bref. Acedido em 23 de fevereiro de 2023.

ICOMOS. (s. d.). *Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios*. Obtido de: https://www.icomos.org/fr# . Acedido em 23 de fevereiro de 2023.

ICOMOS. (2008). *Carta sobre a Interpretação e a Apresentação de sítios culturais*. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20%20ICOMOS%202008.pdf

INE. (s. d.). *Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.* Obtido de: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE. Acedido em 14 de julho de 2024.

Instituto dos Museus e da Conservação. (2007). *Temas de Museologia. Plano de Conservação Preventiva. Bases orientadoras, normas e procedimentos.* TEXTYPE. *https://biblioteca.culturanorte.gov.pt/catalogo/winlibimg.aspx?&doc=25021&img=8114*

Instituto Português dos Museus. (2004). *Temas de Museologia – Museus e Acessibilidades*. Facsimile, Lda., p. 1-120. https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/ipm_2004_museus_e_acessibilidade_1c69c8ee11.pdf

IP. (2021). *Estação de Viana do Castelo.* Infraestruturas de Portugal. Obtido de https://www.ippatrimonio.pt/pt-pt/estacoes/estacao-de-viana-do-castelo. Acedido em 3 de outubro de 2023.

IP. (s. d.) *Símbolos Indicações Culturais*. Infraestruturas de Portugal. Obtido de http://81-90-53-65.addr.refertelecom.pt/rede/rodoviaria/seguranca-rodoviaria/normas-de-sinalizacao/simbolos-indicacoes-culturais. Acedido em 22 de junho de 2024.

Jones, S. (2007). Sharing Our Stories. Guidelines for Heritage Interpretation. *The National Trust of Australia (WA) and Museums Australia (WA)*, 1-37.

Knudson, D., Cable, T., Beck, L. (2003). *Interpretation of Cultural and Natural Resources.* (2ª Ed). Venture Publishing, Inc.

Lei nº 107/2001 da Assembleia da República: Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Diário da República n.º 209, Série I - A de 8 de setembro de 2001. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2001-72871514

Lei nº 47/2004 da Assembleia da República: Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. Diário da República nº195, Série I - A de 19 de agosto de 2004. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/08/195a00/53795394.pdf

Lima, A., Pereira, C., Ferreira, D., Silva, F., Providência, F., Casella & Rosmaninho, S. (2019). *Centros Interpretativos: Técnicas, Espaços, Conceitos e Discursos.* Direção Regional de Cultura do Norte.

Marques, G., & Sobreira, R. (2016). Construção e Comunicação de uma Marca territorial: o caso do Município de Viana do Castelo*. Cadernos de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria*, Vol 20, nº3, 1-57. https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/22921/pdf

Maslow, A. H. (1954*). Motivation and Personality*. Harper & Row.

Matos, O. (1992). *[Recensão a] Franco Minissi, Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione, "Strumenti, 4"*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Matos, O. (2008). Valorização de Sítios Arqueológicos. *Praxis Archaeologica* 3, 31-46.

McGinnis, R. (2007). *The Disabling Society,* Routledge.

Mesquita, S., Carneiro, M. (2012). A acessibilidade à interpretação para deficientes visuais em museus de Lisboa. *Revista Turismo & Desenvolvimento* nº17/18, 1441-1452.

Mills, E. A. (1920). *The adventures of a nature guide*. Page & Co.

Mineiro, C. (2006). *Onde está o meu Pintor.* Instituto Português de Museus.

Morales, J. (2001). *Guía práctica para la interpretación del patrimonio: el arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante.* Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

Monumentos. (s.d.-a). *Chafariz da Praça da Rainha*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3551. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-b). *Paços Municipais.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=3487. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-c). *Misericórdia de Viana do Castelo.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5175. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-d). *Casa dos Sá Sotomaior.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6583. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-e). *Hospital Velho.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6584. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-f). *Igreja Matriz*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4129. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-g). *Casa dos Costa Barros*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=434. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-h). *Capela e Casa das Malheiras*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9066. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-i). *Teatro Municipal Sá de Miranda*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7333. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-j). *Palacete dos Barbosa Maciel*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15722. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-k). *Igreja e Convento de S. Domingos.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4146. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-l). *Igreja da Sra. Da Agonia.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3530. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-m). *Museu do Traje.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=22585 Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-n). *Forte Santiago da Barra.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2215. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-o). *Casa da Vedoria.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15721. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-p). *Casa dos Lunas*. Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4116. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-q). *Mosteiro de São Bento.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3513. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-r). *Casa dos Melo Alvim.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6585. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-s). *Escola da Avenida.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-t). *Casa dos Werneck.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6577. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-u). *Estação Ferroviária.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21874. Acedido em 18 de junho de 2024.

Monumentos. (s.d.-v). *Casa de João Velho.* Obtido de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4118 . Acedido em 18 de junho de 2024.

Moreira, M. (2005). *A História de Viana do Castelo em dispersos - I*. Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Moreira-Wachtel, S.; Solís, E. (2013). La interpretación del patrimonio natural y cultural: una visión intercultural y participativa. *Ministério del Ambiente e Dirección General de Educación, y Ciudadania Ambiental*, 1 - 96.

Murta, S., & Albano, C. (2005). *Interpretar o patrimônio - Um exercício do olhar.* Editora UFMG.

Museu da Presidência. (s. d.). *Acessibilidade.* Obtido de https://www.museu.presidencia.pt/pt/visitar/museu-da-presidencia-da-republica/acessibilidade/ . Acedido em 22 de junho de 2024.

NAI. (s. d.). *Interpretation.* National Association for Interpretation. Obtido de https://www.interpnet.com/NAI/interp/About/About_NAI/What_We_Believe/nai/_About/Mission_Vision_and_Core_Values.aspx?hkey=ef5896dc-53e4-4dbb-929e96d45bdb1cc1. Acedido em 14 de julho de 2024.

Nowacki, M. (2012). *Heritage Interpretation*. Academia de Educação Física Eugeniusz Piasecki.

O Minho. (2019). *Ex-pavilhão da AIMinho em Viana transformado em centro de congressos e exposições*. Jornal O Minho. Obtido de: https://ominho.pt/ex-pavilhao-da-aiminho-em-viana-transformado-em-centro-de-congressos-e-exposicoes/. Acedido em 14 de julho de 2024.

OEA (1967). *Normas de Quito*. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico. Organização dos Estados Americanos, Quito, Equador.

Oliveira, L. V. (2020). Turismo e patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros*. RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 36 - 60.

OMT. (1997). *Seguridad em turismo. Medidas prácticas para los destinos*. Organização Mundial do Turismo.

Pacheco, J., & Brilha, J. (2014). Importância da interpretação na divulgação do património geológico: uma revisão*. Comunicações Geológicas*, 101 – 107.

Peixoto, A. (2001). *O litoral e a Cidade: Matrizes cartográficas*. Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

Pérez, X. P. (2009). Turismo Cultural. Uma visão antropológica. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 3-309.*

Piñol, M. (2011). Los paramuseos, un fenómeno de cambio de milénio*. Revista Didáctica de las ciencias experimentales y sociales,* 117 – 130.

Poria, Y., Reichel, A., & Biran, A. (2006). Heritage site management: Motivations and Expectations*. Annals of Tourism Research,* Vol 33, 162 – 178.

Rezende, B. (2016). *O uso do recurso audiovisual na divulgação do património do Museu Nacional de Machado de Castro.* [Relatório de Estágio. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].
Repositório científico da Universidade de Coimbra
https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/31054?mode=full

Rocca, L., & Oliveira, L. (2020). Turismo e patrimônio em pequenos centros históricos: quatro casos sul-brasileiros*. RITUR – Revista Iberoamericana de Turismo*, 36-60.

Rodrigues, R., & Coêlho, J. (s. d.). *O patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade.* Fundação de Cultura Elias Mansour. Obtido de

https://www.femcultura.ac.gov.br/o-patrimonio-historico-cultural-e-sua-importancia-para-a-sociedade/. Acedido em 14 de julho de 2024.

Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planejamento sustentável: A protecção do meio ambiente,* (14ª Ed.). Papirus.

Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009*).* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 1-15.

Salgueiro, T. B. (1992). *A Cidade em Portugal - Uma geografia urbana*. Edições Afrontamento.

Sebastião, A. (2010). *Planeamento estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras.* [Dissertação de Mestrado. Centros históricos: evolução de paradigmas e desafios. Universidade de Lisboa].
Repositório da Universidade de Lisboa
https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3862.

Silva, E. P. (2000). Património e identidade. Os desafios do Turismo Cultural*. Antropológicas,* Vol.4, 218 - 224.

TCP. (s. d.). Turismo do Centro de Portugal. Obtido de https://turismodocentro.pt/museus-nucleos-museologicos-e-centros-de interpretacao/. Acedido em 20 de março de 2024.

Tilden, F. (2007). *Interpreting Our Heritage,* 3rd Edition. The University of North Carolina Press.

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Turismo de Portugal https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf

UNESCO. (1976). *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea.* Obtido de http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf. Acedido em 14 de julho de 2024.

UNESCO. (s. d.). *Comissão Nacional da UNESCO*. Obtido de https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-promover-a-criatividade. Acedido em 14 de julho de 2024.

UNESCO, ICCROM & ICOMOS (1994, novembro, 1-6). *Documento de Nara Sobre a Autenticidade do Património Cultural.* Conferência de Nara sobre a Autenticidade no âmbito da Convenção do Património Mundial, Nara, Japão. https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf

Unicamp. (2012). *Comunicação estabelecida.* Universidade Estadual de Campinas. Obtido de https://www.unicamp.br/unicamp/ju/526/comunica%C3%A7%C3%A3o-estabelecida. Acedido em 22 de junho de 2024.

Veverka, J. (1994). *Interpretive Master Planning.* Museums Etc Ltd.

Viana Welcome Centre - VWC. (2012). Estudo do Perfil do Turista 2011*. Viana Welcome Centre,* 1-24.

Viana Welcome Centre - VWC. (2017). Perfil do Turista 2016*. Viana Welcome Centre*, 1-24.

Viana Welcome Centre - VWC. (2022). Análise década 2010-2020.*Viana Welcome Centre,* 1-39.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso. Planeamento e métodos* (2ª ed). Bockman.

Apêndices

Lista de Monumentos do Centro Histórico de Viana do Castelo

Os seguintes apêndices constituem uma lista complementar dos monumentos e do património construído do Centro Histórico de Viana do Castelo, obtida a partir do levantamento geral realizado. Esta lista visa fornecer informações adicionais que aprofundam e enriquecem a compreensão dos recursos patrimoniais apresentados.

As imagens foram recolhidas através de trabalho de campo desenvolvido e são antecedidas de uma breve descrição dos monumentos, tendo por base duas fontes as quais se consideram ser as mais fidedignas, como a Direção Geral do Património Cultural e em complemento a Câmara Municipal de Viana do Castelo. Alguns conceitos mais técnicos foram substituídos por descrições mais gerais e básicas para poderem ser entendidos pelo público em geral.

Os recursos patrimoniais apresentados na proposta do desenho para um Centro de Interpretação, foram selecionados pela sua importância histórica e como exemplares de representações de diferentes épocas que marcaram a construção e a evolução da cidade e da sua comunidade, sendo também os mais visitados e os que mais podem contribuir para o desenho do circuito interpretativo. Estes estão listados de forma aleatória, mas tendo como princípio a distribuição geográfica dentro do Centro Histórico, partindo da construção da Muralha.

Qualquer um destes recursos, pode ser, a qualquer momento, integrado no plano interpretativo, nos itinerários e no Centro de Interpretação, uma vez que é proposto que o processo interpretativo seja dinâmico e que possa ser avaliado e modificado sempre que necessário.

Citando Tilden (2007: 40):

"A interpretação é a apresentação do todo e não apenas de parte..."

Apêndice 1 – Muralha e Portas da cidade

A muralha da cidade, ficou concluída em 1374 e apresentava um perímetro ovalizado de 685 metros de perímetro, 10 metros de altura e pouco mais de 2 metros de espessura, possuía ainda, quatro portas e uma torre de menagem. As ruas do seu interior formavam um espaço contido e bastante regular. Existiam duas ruas principais: a da Praça Velha e a do Hospital. Estas duas ruas eram atravessadas por sete outras ruas transversais: Rua do Cais, Rua da Viela Cega, Rua Grande, Rua da Judiaria, Rua do Tourinho, Rua do Poço e Rua dos Fornos. As quatro portas designavam-se de: Porta do Campo do Forno ou de S. Tiago, da Ribeira ou de S. João, do Postigo ou de S. Crispim e das Atafonas ou de S. Pedro; que se correspondem aos quatro pontos cardiais e eram encimadas por imagens de santos (Almeida, 2009).

A decisão de amuralhar Viana partiu da vontade de D. Afonso III, mas as primeiras referências escritas à muralha surgem durante o reinado de D. Fernando, razão pela qual se lhe atribui o nome de muralha fernandina (ver figura 21). A torre de menagem foi demolida em 1695 para alargar a Matriz, hoje Sé Catedral e nos primórdios de oitocentos iniciou-se a demolição da muralha medieval, sendo a pedra destinada às obras públicas, incluindo o calcetamento das ruas de S. Sebastião (hoje Rua Manuel Espregueira) e da Bandeira. Recentes trabalhos arqueológicos decorridos na Travessa da Vitória, permitiram identificar parte do troço da muralha medieval (CMVC,2023).

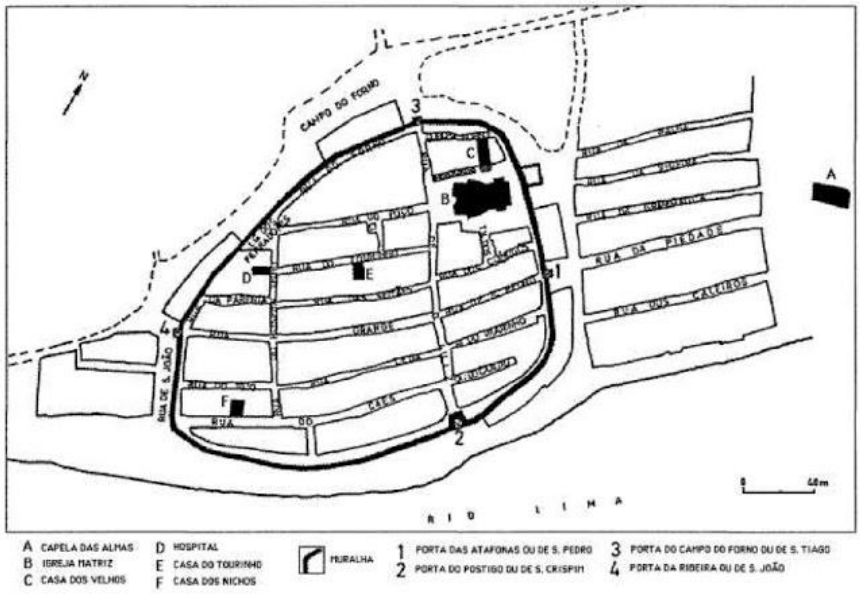


Figura 21 Mapa da Muralha Medieval e das Portas

Fonte: Câmara Municipal de Viana do Castelo

Apêndice 2 - Capela das Almas

Data do século XIII, foi a primeira Matriz de Viana, até à construção da atual Sé Catedral dentro do perímetro muralhado em meados do século XV. Conhecida tradicionalmente por Matriz Velha, passou a chamar-se Capela das Almas pelo facto de o seu adro ter sido local de enterramento, desde o tempo de D. Afonso III até finais do século XIX. Da estrutura primitiva do século XIII, reedificada e acrescentada em 1719, por ação do cónego Domingos de Campos Soares, restam um arco-sólio na parede sul do templo e a cruz de cabeceira, sendo no restante um edifício típico dos pequenos templos do barroco setecentista (CMVC, 2023).

Figura 22 Capela das Almas

Apêndice 3 - Chafariz da Praça da República

Data de 1559, obra do mestre canteiro João Lopes “o velho”, de arquitetura maneirista com grande riqueza decorativa, foi durante vários séculos o ponto de abastecimento de água potável da população vianense. Pela sua monumentalidade e localização, é uma das referências urbanas do burgo. Trata-se de um Chafariz central de tanque de planta circular, formado por lajes, colunas ornadas com motivos vegetais diferentes e duas taças, também circulares, em esquema piramidal (DGPC, 2023).

Figura 23 Chafariz da Praça da República

Fonte: Monumentos.pt

Apêndice 4 - Paços do Concelho ou Paços Municipais

Situam-se na Praça da República, foram construídos na primeira década do século XVI por ordem de D. Manuel para casa da Câmara. Este espaço foi também cadeia, mercado de pão e farinha e biblioteca (CMVC, 2023).

De arquitetura político-administrativa, gótica e judicial maneirista, de planta retangular simples, com fachadas de dois pisos em cantaria, fachada principal e laterais com arcada de arcos quebrados, encimados ao nível do segundo piso por janelas de sacada maneiristas, adornadas por elementos heráldicos (DGPC, 2023).

Figura 24 Paços do Concelho

Apêndice 5 - Edifício da Misericórdia e Igreja

Arquitetura religiosa, maneirista e barroca. Edifício de antigo hospital, de três pisos, com fachada principal virada a sul, terminada em friso e cornija, e rasgada por janelas e portal de arco de volta perfeita, encimado por frontão com imagem da Virgem.

Igreja de misericórdia, de planta transversal composta por nave única e capela-mor, exterior sóbrio, próprio do maneirismo, e interior de grande riqueza decorativa barroca, com azulejos azuis sobre fundo branco e talha dourada. A pintura do teto da nave segue o modelo da época, tendo em primeiro plano desenho arquitetónico, e no segundo, um certo efeito celeste, com cenas alusivas à Virgem em medalhões. Possui dois púlpitos laterais confrontantes, seis capelas laterais, pouco profundas, teto da nave em falsa abóbada de estuque e capela-mor com cúpula e torre sineira. Os retábulos, na sua maioria, são barrocos de estilo nacional, mas revelam uma reforma rococó (DGPC, 2023).

Figura 25 Edifício da Misericórdia

Apêndice 6 - Casa dos Sá Sotomaior

Casa nobre quinhentista em estilo classicista, de planta retangular irregular, destaca-se pela riqueza decorativa da fachada. A fachada principal abre diretamente para a Praça da República, flanqueada por imóveis com a mesma estrutura. Nas traseiras um antigo jardim com chafariz ao centro e limitado por um muro de alvenaria, revestido a azulejo monocromático (DGPC, 2023).

Figura 26 Casa dos Sá Sotomaior

Apêndice 7 - Museu do Traje

O Museu do Traje de Viana do Castelo está instalado num edifício construído entre 1954 e 1958, com características arquitetónicas do “Estado Novo”, onde funcionou até 1996 a delegação do Banco de Portugal. Trata-se de um edifício austero com linhas verticais acentuadas, decorado por dois altos-relevos da autoria de Roque Gameiro, que representam as atividades económicas: a pesca e a agricultura. Em 1997, assumiu a função de Museu dedicado à etnografia vianense, particularmente ao Traje à Vianesa. O acervo do museu é constituído, na sua maioria, por um conjunto de trajes populares rurais do concelho de Viana do Castelo (nomeadamente de domingar, de festa, de trabalho, de dó e de noiva). Completam o acervo, coleções de objetos de valor etnográfico relacionadas com a confeção e com situações do uso do traje, nomeadamente na festa e no trabalho (alfaias agrícolas, especialmente o ciclo do linho). O Museu possui também coleções de outras peças de vestuário e objetos que têm algum fator identitário em relação ao Alto Minho ou que demonstram as influências e a contemporaneidade do traje no quotidiano e ainda um núcleo expositivo sobre o ouro (DGPC, 2023).

Figura 27 Museu do Traje

Apêndice 8 - Hospital Velho

Edifício de Arquitetura Civil, antiga pousada de acolhimento de peregrinos, fundada por João Paes-o-Velho em 1468, remodelada no séc. XVI. A fachada é fruto da reconstrução do século XVI, sendo visíveis as janelas manuelinas, sendo que a pedra de armas e o nicho sobre a porta são já do século XVII. Também quinhentista é o pátio interior, ao qual se acede através de três arcos muito largos e abatidos. Sediou a Região de Turismo do Alto Minho e atualmente o Centro Interpretativo do Caminho Português da Costa (DGPC, 2023).

Figura 28 Hospital Velho

Apêndice 9 – Igreja Matriz (Sé)

A Sé de Viana apresenta uma estrutura de arquitetura românica, influenciada pela estética gótica e revivalista, tendo a sua construção sido iniciada no século XV. O portal apresenta um arco ogivado recortado por três arquivoltas profusamente decoradas, que são suportadas por seis esculturas que representam outros tantos apóstolos (S. Pedro, S. Paulo, S. João, S. Bartolomeu S. Tiago e Santo André) (CMVC, 2023). Apresenta planta em cruz latina composta por três naves a que se adossam capelas laterais de diferentes dimensões (DGPC, 2023).

Figura 29 Igreja Matriz

Apêndice 10 – Capela e Casa das Malheiras

Casa nobre rococó, de planta retangular irregular, composta por corpo residencial e capela. A chamada Capela das Malheiras (por alusão à família proprietária - os Malheiro Reimão), é um exemplar da arquitetura rococó portuguesa, mandada edificar por D. António do Desterro (Malheiro), na altura Bispo do Rio de Janeiro. Para além da elegante fachada, para alguns autores obra de Nicolau Nasoni ou da sua escola, esta Capela apresenta um notável retábulo em talha policromada, um dos melhores exemplares de talha minhota em estilo rococó (DGPC, 2023).

Figura 30 Casa e Capela das Malheiras

Apêndice 11 - Casa dos Lunas

É denominada por Casa de Miguel de Vasconcelos e Casa dos Medalhões, edifício de estilo renascentista, de planta retangular e frente com fachadas de três pisos. A decoração das fachadas, viradas à rua, constitui um importante exemplar da arquitetura residencial renascentista, com maior riqueza decorativa ao nível do andar nobre e com inscrição gravada ao longo da própria fachada. Provavelmente, possuía inicialmente fachadas de apenas dois pisos, a que se acrescentou, ainda no séc. XVII, um terceiro, conforme parece indicar a marcação das diferentes cornijas da fachada principal e a própria decoração dos vãos do último piso, com decoração maneirista. A decoração da cantaria é tipicamente de estilo maneirista, com retratos de pessoas, medalhões, laços, etc., sendo as próprias cornijas ornadas de folhas (DGPC, 2023).

Figura 31 Casa dos Lunas

Apêndice 12 - Casa de João Velho ou dos Arcos

Arquitetura residencial, de estilo arquitetónico tardo-gótico e maneirista. Pequena casa de finais do séc. XV, inícios do XVI, de planta retangular, fachadas de dois pisos, possuindo alpendre no primeiro piso com amplos arcos. Fachada principal em cantaria, tendo no primeiro piso arco abatido e acesso ao interior por porta de arco ondulado. Fachadas laterais com arcos quebrados. Interior com salas amplas em ambos os pisos, tendo o superior teto de madeira em masseira. Designada documentalmente como "Arcos da Matriz", constitui atualmente a única sobrevivente e uma das poucas casas de habitação urbana, de pedra, em estilo tardo-gótico, que se conservam no país. O brasão da fachada principal, com as armas de João Velho, deve ter sido ali colocado posteriormente, já que esta não era a casa daquele vianense. A sua situação inicial e o facto de, no século XIX, ter pertencido com outros dois lotes a um só proprietário, poderão explicar a falta de comunicação interior entre os pisos e não possuir vestígios da cozinha (DGPC,2023).

Figura 32 Casa dos Arcos

Apêndice 13 - Casa dos Nichos

Casa manuelina do século XV, implantada sensivelmente a meio da Rua de Viana, antiga Rua do Cais. Embora tenha sofrido grandes remodelações, principalmente ao nível das portas e janelas, apresenta ainda duas esculturas góticas que representam a cena da Anunciação. Recentemente foi recuperada para acolher uma área expositiva de parte do espólio arqueológico do concelho, com destaque para o período da Pré-história, Idade do Ferro e Romanização (CMVC, 2023).

Figura 33 Casa dos Nichos

Apêndice 14 - Casa dos Costa Barros

Casa nobre manuelina e maneirista, de planta retangular. Fachada principal manuelina, de dois pisos, cada um deles rasgado por quatro vãos. Casa abastada quinhentista a que se apôs brasão no século XVIII, aquando da sua aquisição por nova família, na posse da qual ainda permanece. A decoração da fachada principal, constitui um exemplar importante da arquitetura residencial manuelina nacional. Destaque para uma das janelas, de maiores dimensões e profusão decorativa ornada de enrolamentos e cornucópia. Interior com vestíbulo lateral a partir do qual evoluem as escadas de ligação aos vários pisos, à volta das quais existem arcos abatidos sobre colunas e guarda de cantaria (DGPC, 2023).

Figura 34 Casa dos Costa Barros

Apêndice 15 - Estátua de Viana

Monumento do século XVIII, mandado construir em 1774 pelo Conde da Bobadela, José António Freire de Andrade, Governador de Armas da província do Minho é um dos ex-libris da cidade. A figura feminina de vestes ondulantes, segurando uma caravela, em estilo rococó, que domina todo o conjunto, simboliza Viana e a sua vocação marinheira. Os quatro bustos que rematam as esquinas do pedestal, simbolizam os continentes europeu, asiático, africano e americano, como alusão aos "quatro cantos do mundo" e à tradição mareante e mercadora dos vianenses (CMVC, 2023).

Figura 35 Estátua de Viana

Apêndice 16 - Convento de S. Bento

Arquitetura religiosa de estilos quinhentista, maneirista e barroca. Mosteiro feminino da Ordem Beneditina, com igreja longitudinal de nave única e capela-mor, interiormente mais baixa e estreita, cobertas por tetos de madeira entalhados formando caixotões pintados, com marcação dos coros, antessacristia, sacristia e ala do claustro. No interior, tem paredes da nave revestidas a azulejos maneiristas, assinalando a separação dos coros por arco de madeira, com púlpito joanino todo em talha dourada e quatro retábulos laterais, de talha dourada, em barroco nacional (DGPC, 2023).

Figura 36 Igreja de São Bento

Apêndice 17 - Ponte Eiffel

Inaugurada a 30 de junho de 1878, em plena época da arquitetura do ferro, obra da Casa Eiffel. A ponte metálica, sobre o rio Lima, veio não só permitir o tráfego ferroviário, como também substituir a velha ponte de madeira que ligava o terreiro de São Bento, em Viana, à margem esquerda do rio Lima (Darque). Com quinhentos e sessenta e três metros de comprimento e seis de largura, foram necessários mais de 2.000.000 kg de ferro para a construção dos tabuleiros que assentam em nove pilares em cantaria de granito, cujas fundações chegam a atingir os 22 metros (CMVC, 2023).

Figura 37 Ponte Eiffel

Apêndice 18 - Casa dos Abreu Távora (“dos Condes da Carreira”)

Casa de arquitetura gótica e maneirista. Paços municipais de planta retangular simples, com fachadas de dois pisos em cantaria, rasgados no primeiro piso da fachada principal e laterais por arcada de arcos quebrados, encimados ao nível do segundo piso por janelas de sacada maneiristas, com elementos heráldicos. Junto à fachada posterior desenvolvia-se a antiga cadeia, de que se conserva o portal maneirista, em arco de volta perfeita. Antigos paços municipais construídos no início do séc. XVI, mas integrando-se ainda, espacial e estilisticamente, dentro da tradição gótica. Os vãos do segundo piso correspondem a uma reforma maneirista. O arco central da fachada principal corresponde a uma reconstituição da primeira metade do século XX. Destacam-se as janelas e portas "manuelinas", às quais as alterações e os acrescentos posteriores vieram, mais do que preservar, realçar e valorizar. Neste edifício funciona, desde 1972, a Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC, 2023).

Figura 38 Casa dos Abreu Távora

Apêndice 19 - Casa dos Werneck

Casa nobre em estilo neogótico, de planta quadrangular, fachada principal de 2 pisos, salas interiores do andar nobre decoradas com pinturas de temática romântica e paisagística e alguns bustos. Palacete com fachada de inspiração neogótica. Destaca-se na sala de visitas o único retrato conhecido do pintor João Batista Rio, devidamente identificado. Portão em estilo rococó, coroado por escudo nacional (DGPC, 2023).

Figura 39 Casa dos Werneck

Apêndice 20 - Igreja da Caridade / Convento de Sant'Ana

Igreja do antigo Convento de Santa Ana, de freiras beneditinas, mandado edificar pela nobreza local com o apoio da Câmara, para albergar as filhas dos nobres vianenses que eventualmente não casassem. O convento primitivo, de raiz gótica, foi obra de Pero Galego, morador em Caminha. Depois de algumas obras de ampliação realizadas no início do século XVIII, foi entre 1897 e 1905 que se executaram as principais obras de reformulação do edifício conventual, daí resultando um grandioso conjunto arquitetónico que preservou a igreja setecentista em estilo "barroco joanino" (CMVC, 2023).

Este mosteiro foi adaptado a lar de idosos em 1905 (Afonso, 2014).

Figura 40 Convento da Caridade

Apêndice 21 - Teatro Municipal Sá de Miranda

Teatro "Italiano" dos finais do século XIX, de arquitetura cultural, recreativa, neoclássica, do arquiteto João Marques Sardinha. É um edifício sóbrio, com alguns elementos neoclássicos, onde se destaca o teto abobadado com uma pintura a fresco da autoria de João Baptista Rio. É pintada com figuração do céu em "trompe l'oeil", com retratos de Calderon de la Barca, Shakspeare, Schiller, Alfieri, Molière, Corneille, Gil Vicente e Almeida Garrett, e outros elementos decorativos. Possui ainda o pano de boca original, idealizado pelo cenógrafo Italiano Manini e executado por Hercole Lambertini (CMVC, 2023). Interior com dois átrios seguidos e sala de cena de planta em ferradura, com uma lotação de 388 lugares, distribuídos por plateia, frisas e camarotes, unidos por balaustradas metálicas e com cobertura em cúpula estucada e pintada. Integrado na Rede Nacional dos Teatros e Cine-Teatros, constitui a mais antiga casa de espetáculos do Alto Minho (DGPC, 2023).

Figura 41 Teatro Municipal Sá de Miranda

Apêndice 22 - Casa dos Melo Alvim

Casa nobre de construção quinhentista do século XVII, apresenta planta composta, tendo o corpo principal retangular, com fachadas evoluindo em dois pisos, a frontaria de linguagem manuelina, rasgada por vãos em arcos duplos e triplos. O edifício possui vãos em estilo clássico. Na fachada poente, integra janelão em revivalismo neogótico. No interior saliente-se a colunata e escadaria de acesso ao segundo piso, onde inicialmente os compartimentos se dispunham em torno de um grande salão central (DGPC, 2023). É considerado o solar mais antigo da cidade. Ostenta ainda janelas e ameias em estilo manuelino, sendo visíveis alguns acrescentos já dos finais do século XVI. No interior são percetíveis elementos dos séculos XVI e XVII, nomeadamente a escada monumental em granito. Foi alvo de restauro na década 90 para a instalação de uma Estalagem (CMVC, 2023).

Figura 42 Casa dos Melo Alvim

Apêndice 23 - Estação Ferroviária de Viana do Castelo

Estação ferroviária construída do final do século XIX. É um projeto do Engenheiro Alfredo Soares e construída no local onde se situava o antigo convento de São Teotónio dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho ou Crúzios. São de destacar, a sua estética e implantação ampla em frente da linha e de uma avenida (DGPC, 2023).

O edifício de passageiros, é principalmente revestido a granito e possui dois andares. Apresenta um corpo central mais elevado, coroado por um frontão interrompido e um relógio encimado por uma coroa real (IP, 2023).

A grande cobertura da plataforma e da linha férrea ao longo do edifício, as guardas dos passadiços exteriores cobertos virados à cidade, e as vedações do recinto ferroviário são de ferro fundido, exemplares da arquitetura do ferro e do património histórico industrial (IP, 2023).

A sala de espera é adornada por composições de azulejos lisos brancos e azuis e as fachadas exteriores laterais por painéis de azulejos de grandes dimensões com a toponímia “VIANA DO CASTELO” ou só “VIANA”, com letras e molduras azuis sobre fundo branco (IP, 2023).

Figura 43 Estação Ferroviária

Fonte: IP – Infraestruturas de Portugal

Apêndice 24 - Escola da Avenida

Arquitetura revivalista (DGPC, 2023). O início da sua construção remonta ao ano de 1928 e na altura foi dado à Escola o nome de “Escola Dr. Alfredo Magalhães”, por ser esse o nome do ministro da Instrução que a mandou construir. Na fachada principal podemos observar dois painéis de azulejos, um em cada extremo, que ilustram passagens de “Os Lusíadas”. Em frente ao edifício estão colocadas duas esculturas, uma representando um menino e outra uma menina, que serviam para identificar a metade do edifício que era utilizado pelos estudantes do sexo masculino e a outra pelos do sexo feminino (CMVC, 2023).

Figura 44 Escola da Avenida

Apêndice 25 - Casa da Vedoria (Arquivo distrital)

Construída no século XVII, com projeto do engenheiro Manuel Pinto de Vila Lobos, seguindo as características comuns das casas contemporâneas de Viana, também projetadas por engenheiros militares, de linhas clássicas. Apresenta planta retangular composta de fachada principal organizada em dois pisos, separados por cornija e terminados em friso e cornija sobreposta por beirado. Sobre o portal principal surge uma lápide inscrita, frontão e brasão. O piso térreo apresenta portas e janelas de peitoril e, no segundo, por janelas de sacada. A fachada lateral, mais simples, possui janelas retangulares e janelas de peitoril. No interior, possui vestíbulo descentrado, com escada de acesso ao andar nobre. O estilo da casa da Vedoria teve um sucesso tão grande que influenciou outras na cidade, nomeadamente a dos Barbosa Maciel (DGPC, 2023).

Figura 45 Casa da Vedoria

Apêndice 26 - Museu Municipal / Palacete dos Barbosa Maciel

Casa nobre maneirista, de planta retangular seguindo as características comuns das casas contemporâneas de Viana, projetadas ou construídas por engenheiros militares e de linhas clássicas. No interior, vestíbulo central retangular ao fundo do qual se desenvolve escada de acesso ao andar nobre, onde as salas possuem azulejos barrocos e oratório virado ao pátio posterior, com retábulo barroco (DGPC, 2023). Atualmente Museu de Artes Decorativas de Viana do Castelo possui coleções de faiança antiga portuguesa dos séculos XVII a XIX, que inclui diversas peças da Fábrica de Louça de Viana. Para além de um importante acervo de pintura, desenho e peças de arte sacra, destaca-se a coleção de mobiliário indo-português do século XVIII. Neste espaço, é possível ainda descobrir um espólio de azulejaria portuguesa e hispano-árabe, único na sua variedade e riqueza (CMVC, 2023).

Figura 46 Palacete dos Barbosa Maciel

Apêndice 27 - Igreja e Convento de São Domingos

A Igreja de S. Domingos, subsiste do antigo convento de Santa Cruz fundado pelo Dominicano D. Frei Bartolomeu dos Mártires, o Arcebispo Santo, recentemente beatificado pelo Papa João Paulo II, é um templo quinhentista, edificado entre 1566 e 1576, sob risco do dominicano Frei Julião Romero. No interior possui vários altares de talha dourada, com destaque para o retábulo do braço norte em "talha gorda" que recebeu do prestigiado especialista Robert Smith a classificação de "obra-prima do estilo rocaille de toda a Europa" (CMVC, 2023). Convento masculino da ordem de São Domingos, cuja igreja constituiu paradigma das origens do chamado "Estilo Chão". A igreja possui planta composta por uma nave em cruz latina, com capelas laterais, separadas por arcaria e capela-mor retangular, com cobertura de madeira, constituindo uma versão simplificada do que então se divulgava na Europa com origem na igreja de "Jesu". Apresenta fachada principal tipo retábulo, maneirista. No interior, os retábulos têm talha maneirista, barroca e rococó, sendo o da capela-mor em barroco nacional (DGPC, 2023).

Figura 47 Igreja de São Domingos

Apêndice 28 - Igreja da Senhora da Agonia

Arquitetura religiosa, rococó (DGPC, 2023). O edifício atual da Igreja de Nª Srª d'Agonia data de meados do século XVIII e é o resultado da reconstrução de uma antiga capela terminal de uma via-sacra. Neste exemplar do barroco final, é possível detetar algumas influências do barroco luso-brasileiro, destacam-se os retábulos dos altares decorados em "talha gorda", com especial relevo para o cenotáfio da Paixão. A torre, que data de 1868, foi construída deslocada do corpo do edifício, para não impedir as tradicionais voltas da romagem em torno da Igreja (CMVC, 2023).

Figura 48 Igreja da Nossa Sra. da Agonia

Apêndice 29 - Forte ou Castelo de Santiago da Barra

Arquitetura militar, de estilo quinhentista e seiscentista. Fortaleza de planta poligonal composta por 4 baluartes, virados a terra, e integrando a torre da Roquete a sul. Possui no interior dois antigos quartéis, de planta retangular, com fachadas de dois pisos rebocadas e pintadas, e terminadas em cornija e beirada (DGPC, 2023). Nos finais do século XVI, a fortaleza foi alvo de sucessivas obras de beneficiação, tendo sido já sob a dominação espanhola, durante o reinado de Filipe II (Filipe I de Portugal), que foi edificada a atual fortaleza de planta poligonal, a partir de um projeto da autoria de Filippo de Terzi, o mais famoso projetista de edificações militares dessa época. O forte passou para a tutela do Ministério das Finanças em 1979. A partir de 1983 instalou-se a extinta Região de Turismo do Alto Minho, sendo em 2021 a sede do Turismo Porto e Norte. No espaço funciona também a Escola de Hotelaria de Viana do Castelo, fundada em 2007. (CMVC, 2023).

Figura 49 Forte de Santiago da Barra

Apêndice 30 - Navio Gil Eannes

O navio-hospital Gil Eannes, construído nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em 1955, apoiou, durante décadas, a frota bacalhoeira portuguesa que atuava nos bancos da Terra Nova e Gronelândia. Ficou durante anos abandonado no porto de Lisboa, até ser vendido a um sucateiro para abate em 1997. Após ser resgatado da sucata pela comunidade vianense e receber profundas obras de reabilitação foi aberto ao público como Navio Museu, em 1998. O projeto de reconversão transformou-o em Núcleo Museológico e Centro de Mar (CMVC, 2023).

Figura 50 Navio Gil Eannes

Apêndice 31 - Biblioteca Municipal

Arquitetura do século XXI. A nova Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, da autoria do arquiteto Siza Vieira, está localizada entre o Rio Lima e o Centro Histórico da cidade. O edifício ocupa uma área total de 3.130 m2 e desenvolve-se em dois pisos, tendo no rés-do-chão instalação de serviços técnicos, gabinetes de trabalho e de consulta, área de depósito, sala polivalente, bar, balcão de atendimento, arrumos e instalações sanitárias. O piso superior tem uma grande sala de leitura e uma secção infantil, salas de trabalho e de multimédia, zonas mais restritas para leitura e ateliês de expressão artística. Este piso tem, também, átrio de receção, balcão de atendimento e reprografia. A luz natural inunda os vários espaços, sobretudo os de leitura (CMVC, 2023).

Figura 51 Biblioteca Municipal

Apêndice 32 - Coliseu | Centro Cultural

O Centro Cultural de Viana do Castelo | Coliseu, foi desenhado pelo Arquiteto Eduardo Souto Moura. Foi inaugurado no dia 14 de julho de 2013. Este espaço, orientado para eventos culturais e desportivos, tem uma área de implantação de 3.792 metros quadrados com 70,1 metros de cumprimento, 54,1 metros de largura e 9,12 metros de altura. Situado junto ao rio Lima, está preparado para acolher eventos, como festivais de música, concertos, cinema, congressos, exposições e feiras. A sua capacidade é de cerca de duas mil pessoas, podendo o número aumentar para 2700. Interior amplo e permeável com acesso de visão sobre o Rio Lima, nomeadamente no piso de entrada, revestido a vidro. No exterior contempla uma zona relvada e de aparcamento (CMVC, 2023).

Figura 52 Centro Cultural